

# filantropia & gestão social

## Comunicação

Como aproveitar a mídia espontânea para gerar recursos

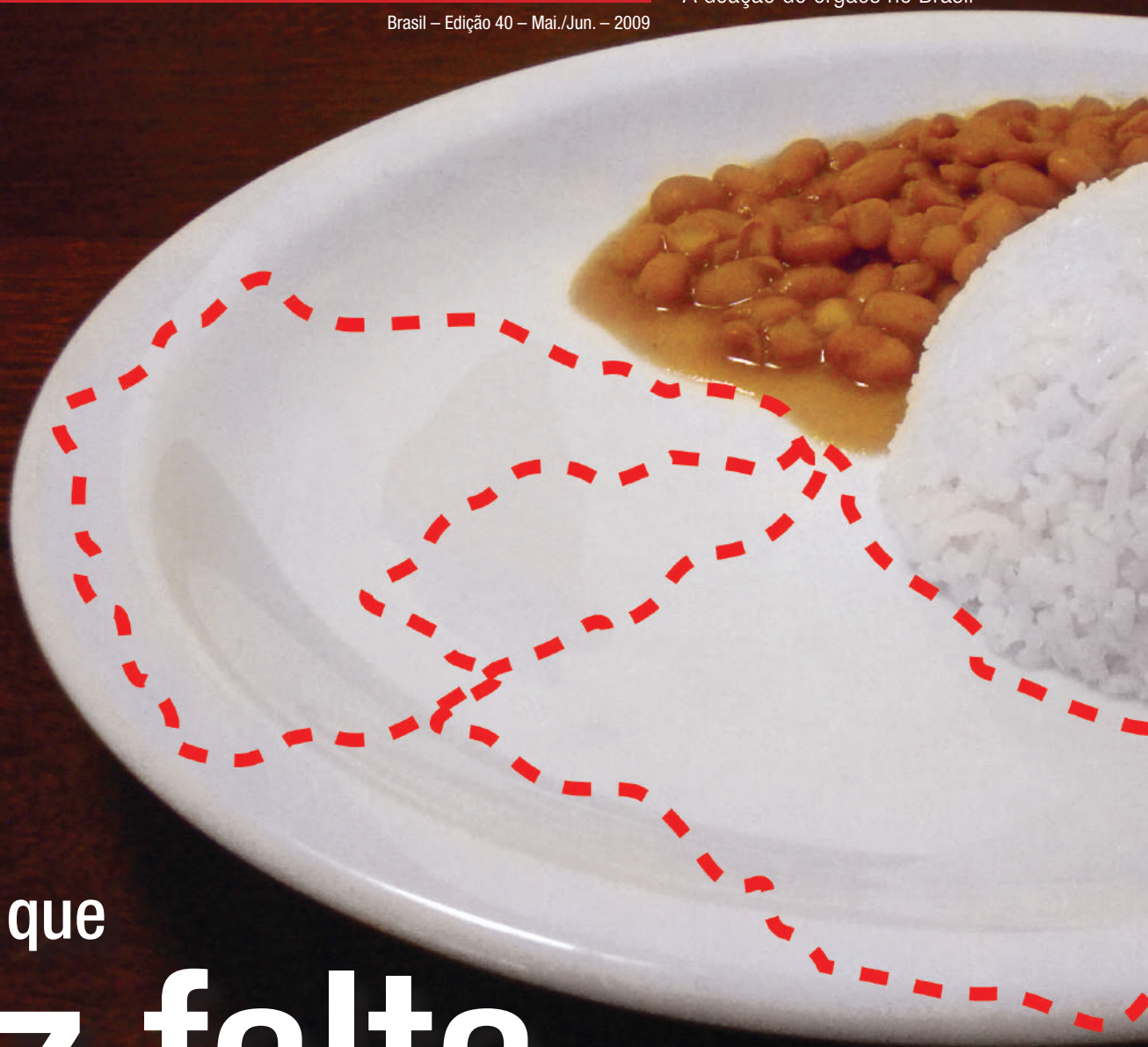
## Meio Ambiente

Caminhos para ser mais sustentável em meio à crise

## Especial

A doação de órgãos no Brasil

Brasil – Edição 40 – Mai./Jun. – 2009



A falta que

# faz falta

Como evitar a inadimplência de associados e colaboradores das organizações sociais

Comunicadora e política fala sobre engajamento e diferenças sociais no Brasil

Entrevista  
Soninha Francine





SE VOCÊ NÃO SABE MAIS  
COMO SE LIVRAR  
DAS COISAS VELHAS,  
LIGUE **5562 2285**  
(011) **5562 2285**  
QUE A GENTE RETIRA.









# Sumário



04

## Entrevista

Soninha Francine

Política fala sobre a luta pela igualdade social e os problemas do país



18

## Captação de Recursos

Arrumando a casa

Como organizar um departamento de captação de recursos



36

## Capa

Inadimplência

Técnicas de gestão evitam que associados deixem de contribuir



53

## Artigo

Awakening Customers

Consumidores estão mais conscientes na hora de escolher os produtos

Acontece	08
Ponto de vista	14
Comunicação	16
Contabilidade	20
Voluntariado	24
Meio Ambiente	28
Legislação	30
Especial	42

Sustentabilidade	44
Administração	55
Case empresarial	58
DataFilantropia	60
Serviços	62
Geração de renda	66
Reflexão	68



Redação: imprensa@revistafilantropia.com.br

Publicidade: filantropia@revistafilantropia.com.br

Assinaturas: assinaturas@revistafilantropia.com.br

Tel. (11) 2978-6686



**Zeppelini Editorial Ltda.**  
Rua Doutor César, 530, cj. 1.308  
CEP 02013-002  
São Paulo/SP – Brasil  
PABX (11) 2978-6686

Editor-chefe  
Marcio Zeppelini (MTB 43.722/SP)  
Coordenadora de Gestão Social  
Thais Iannarelli (MTB 46.415/SP)  
Administração  
Mauro Zeppelini  
Stefany Herrán Martins  
Comercial  
Hilton Rocha da Justa  
Departamento de Eventos  
Carolina Brascioli  
Rogério Ramos Costa  
Atendimento  
Ana Luisa Morais do Nascimento  
Raquel Siqueira Gomes  
Colaboradores  
Luciano Guimarães  
Paula Craveiro  
Valeuska de Vassimon

Coordenação de Arte  
Adriano Aguina  
Assistente de Arte  
Rafael Sarto  
Assistente Editorial  
Cristiane Gonçalves Cabral  
Diagramação  
Karine dos Santos Barbosa  
Ruben Moreira da Silva  
Vinicius Pinheiro Mendes  
Controle Editorial  
Janaina Beltrame dos Santos  
Coordenação de Revisão  
Viviane Rodrigues  
Revisão  
Angélica Beatriz Halcsik  
Melina Marin de Castro

Conselho editorial deliberativo  
Marcelo Monello  
Marcio Zeppelini  
Marcos Biasoli  
Mauro Zeppelini  
Ricardo Monello

Conselho editorial de pauta  
Anísia Sukadolnik  
Antonio Brito  
Custódio Pereira  
Eduardo Sabo  
Felipe Mello  
Fernando Credidio  
Livio Giosa  
Marcelo Estraviz  
Milú Villela  
Roberto Ravagnani  
Synésio Batista da Costa

Os artigos assinados são de responsabilidade do autor, não caracterizando necessariamente a filosofia da revista. Direitos autorais reservados à Zeppelini Editorial Ltda. A publicação de parte ou íntegra de qualquer texto desta revista em outra mídia impressa, eletrônica ou qualquer outro meio só será permitida mediante autorização por escrito da editora.





# Editorial

## Bom senso como solução

*Em recente viagem feita com o grande amigo e advogado Rogério Mártir e nossas respectivas famílias, conversávamos, entre uma cerveja e outra, sobre as mazelas deste mundo e as belezas que a humanidade deixa de usufruir por medo, preconceito ou egoísmo – e, por que não, egocentrismo.*

*A conclusão utópica e minimalista a qual chegamos nesse dia é que bastaria que as pessoas tivessem **senso** para que o mundo fosse diferente do que é. A violência deixaria de ser gratuita, a corrupção não faria o menor sentido e a ganância daria lugar à solidariedade. Drogas teriam somente o objetivo de cura e o meio ambiente agradecerá a não cegueira de seus habitantes. Tudo isso somente com o desejado bom senso das pessoas.*

*As mais de 350 mil ONGs brasileiras e as quase 5 milhões de organizações que militam em prol de alguma benesse social, ambiental ou cultural teriam seu trabalho facilitado e esforço minimizado, se o ser humano fosse dotado de uma válvula limitadora chamada senso. Daí, o “bom senso” (que, ironicamente, está presente em diversos animais ditos irracionais) faria toda a diferença nas decisões tomadas pelos seres humanos a cada segundo.*

*Muito simples seria se pudéssemos imputar, assim como um software que elimina vírus de nossos computadores, esse senso – o bom – em cada um dos 6 bilhões de habitantes da Terra. Dada a magnitude e impossibilidade de tal conjuntura como salvação do universo, resta uma semente: o bom senso pode ser dado às pessoas em doses homeopáticas.*

*Como se sabe, a educação é a porta da sabedoria e, com ela, o senso crítico se estabelece a fim de limitar o que é certo e errado. Então, a conscientização da causa e efeito – em qualquer aspecto e área estudada – traz esse efeito imaterial, chamado popularmente de “bom senso”.*

*Como premissa de organização e melhoria social, toda e qualquer atividade do Terceiro Setor deve desenvolver ou ampliar programas de conscientização dentro da área em que a organização atua.*

*Já que prevenir é melhor que remediar, conscientizar é dar a luz ao bom senso! Pense nisso!*

**Marcio Zeppelini**  
marcio@zeppelini.com.br

Francielle Jordania



Foto feita por Francielle Jordania, ex-aluna do curso profissionalizante de fotografia da ImageMagica



Não basta fazer o bem, é preciso fazer bem feito.  
Aprimore-se lendo a **Revista Filantropia**.

### Idealizadores



ECONÔMICA  
Desenvolvimento Empresarial  
www.economica.com.br



www.sergiomonello.com.br



ZEPPELINI  
editoriais  
www.zeppelini.com.br

### Parceiros Institucionais



www.revistafilantropia.com.br





# Engajamento pela **igualdade**

Por meio da comunicação e da atuação política, Soninha luta pelos direitos humanos e pelo fim da desigualdade social

Por Thaís Iannarelli



**S**ônia Francine Gaspar Marmo, mais conhecida como Soninha, tornou-se famosa nos anos 1990 como uma das VJs da MTV, canal de música e informação voltado para jovens. Formada em cinema pela Universidade de São Paulo (USP), apresentou também programas em outros canais e, atualmente, escreve algumas colunas e é comentarista esportiva da ESPN Brasil.

Além da faceta de comunicadora, Soninha sempre conviveu com a vontade de mudar as injustiças da sociedade. Foi isso que a levou para o mundo da política. Em 2004, tornou-se vereadora pelo Partido dos Trabalhadores (PT), em São Paulo, e, até o fim do seu mandato, trabalhou em defesa dos direitos humanos e da democratização do acesso ao esporte e à cultura. Hoje, atua como subprefeita da região da Lapa e continua ligada a essas questões.

**Revista Filantropia: Quando trabalhava na televisão, seu contato com os jovens era grande. Qual era a sua posição em relação ao comportamento deles frente às questões sociais?**

**Soninha Francine:** Na verdade comecei a trabalhar com jovens por coincidência, porque quando estava na faculdade, recebi um convite para ir para a MTV. Mas lembro-me de quando eu tinha uns 14 anos e achava que os jovens eram idealistas, inconformados, mas que isso passava com o tempo. Para mim, sentia que o que me incomodava continuaria me incomodando, não passaria. E o jovem de hoje continua tendo indignação, revolta, vontade de mudar as coisas. É natural dessa etapa da vida, que é quando você precisa escolher para onde vai. Então, da primeira à oitava série, você vai passando de ano, simplesmente. Depois, você já começa a decidir por si mesmo, tem de fazer escolhas sozinho, então é legal preservar essa vontade de fazer as coisas de maneira diferente. O que eu queria era reconhecer esse vigor, essa indignação, e dar razão a ela. Muitas vezes, os jovens ouvem dos mais velhos: olha, que bonitinhos os jovens, como são idealistas. Eu acho bom que eles sejam idealistas! E que não se esqueçam disso quando ficarem mais velhos.

**RF: E como foi sua decisão de entrar na vida política?**

**SF:** Isso também foi desde os meus 13, 14 anos. Eu queria fazer as coisas, mudar o mundo, e a política, certamente, é um meio de se fazer isso. Mas quando eu tinha essa idade era a época da ditadura militar, havia eleições indiretas para presidente, então desisti da ideia da política, porque seria tudo tão limitado que eu não ia conseguir mudar mundo nenhum. Mas nunca deixei de ser

militante, engajada, então, se ia para a televisão, continuava querendo mudar o mundo. Se eu dava aula, também. Depois de uns anos, isso não passava. Eu achava legal trabalhar na televisão, fazer um programa de debate, de informação, de conscientização das pessoas, mas não adianta você conscientizar alguém da importância de fazer coleta seletiva se não vai haver coleta seletiva. Comecei a ficar tão frustrada, que acabei voltando pra ideia original de entrar na política, para ter mais alcance e poder mudar alguma coisa.

**RF: Como você enxerga a atuação das organizações sociais no país?**

**SF:** Muitos dizem que as ONGs são substitutas do Estado, que deveria garantir os direitos, mas eu não vejo assim. Tudo bem, claro que é papel do Estado, mas desde quando o Estado é um ente à parte, competente, todo poderoso, capaz de fazer tudo por si? Quando estamos fora da política, da máquina pública, olhamos para o Estado e pensamos que ele tem de garantir educação, saúde, meio ambiente saudável etc. Mas quando estamos dentro da administração pública, olhamos para a sociedade e pedimos socorro. A participação dela é necessária para garantir todos esses direitos, isso sem a menor dúvida. Eu vim para o poder público, mas tenho certeza de que a sociedade civil é indispensável para a formação e para o desenvolvimento.

**RF: Então, a atuação do Estado e das organizações da sociedade civil é diferenciada?**

**SF:** Sim, são coisas diferentes. Por outro lado, as pessoas podem dizer: para que ter o Estado se as ONGs fazem melhor? Mas aí é que está, são possibilidades

Muitos dizem que as ONGs são substitutas do Estado, mas eu não vejo assim. A participação da sociedade é necessária para a garantia dos direitos



Soninha durante sua atuação como vereadora em São Paulo



Juvenal Pereira

Nosso problema é tanto ser um país pobre quanto ser um país desigual. A desigualdade acentua os problemas da pobreza em si

distintas. O Estado tem de garantir a universalidade e, com isso, tem um pouco de limitação também, porque são experiências, e não dá para ficar experimentando muita coisa, não se pode criar diferenças, é preciso buscar essa universalização. Já com as ONGs, é possível experimentar, focar em determinados públicos de um lugar específico, ou seja, é possível enxergar as particularidades de um grupo da população. Então os dois lados se complementam, até com objetivos semelhantes, e abrem possibilidades de ação totalmente diferentes.

**RF: Em sua opinião, existe um problema principal específico a ser combatido na sociedade brasileira?**

**SF:** Existe uma ação que eu acho que resolveria todas as coisas, que é reduzir as distâncias, todas elas. Nosso problema é tanto ser um país pobre quanto ser um país desigual. A desigualdade acentua os problemas da pobreza em si. Por causa dela você acaba, por exemplo, “expulsando” os mais pobres para cada vez mais longe dos centros urbanos, dos lugares com melhor infraestrutura. E o preço da terra sobe, porque à medida que começa a existir interesse econômico, passa-se a cobrar mais para morar em tal lugar. As distâncias dos tipos de vida, de escolaridade, e até as distâncias geográficas, colocam as pessoas mais distantes umas das outras. Mas como existe também a riqueza e a prosperidade, acaba existindo o desejo do consumo e as diferenças. Esse é o problema que temos de resolver.

**RF: E qual seria o meio para resolver essa questão?**

**SF:** São coisas indispensáveis. Por exemplo, basta analisar os conjuntos habitacionais da periferia, onde há muitas pessoas morando em imóveis modestos, com as casas iguais às outras, sem nenhuma riqueza de cidade. E o que é riqueza de cidade? É ter diversidade, comércio, serviços, cultura, espaços de convivência. Quem mora em Cidade Tiradentes, por exemplo, “vem para a cidade” para encontrar os itens que precisa para viver. Depois ele volta lá pro “interior”. Isso não é qualidade de vida, tem de ter uma reforma urbana para reduzir essas distâncias. Então, temos de ver as classes sociais pobres e tomar medidas sociais ricas. Distâncias de serviços, esse é o ponto. Essa estrutura também é necessária para se ter outra relação com o meio ambiente, com as pessoas, com o sistema de valores.

**RF: Que outros benefícios essa aproximação pode trazer?**

**SF:** Muitos. Há um instrumento, também superpoderoso do ponto de vista da geração de renda, das atividades econômicas que isso traria, e de promoção de qualidade de vida mesmo. Além disso, todos devem ter acesso à boa música, à literatura. Então precisamos conseguir fomentar, garantir o acesso e a difusão disso. Afinal, como você considera a vida de uma pessoa, se é rica ou se é pobre? A pessoa rica materialmente, mas que tem uma vida cultural pobre, pode ser infeliz, estressada e deprimida, por exemplo. Então, ter acesso a essas informações é importante para todas as pessoas. 🍷



# Qual a sua contribuição para a nova economia global?

O que precisamos mudar para o surgimento de uma nova economia baseada no desenvolvimento sustentável?

Quais as características do modelo a ser adotado?

Quais ferramentas, parcerias interssetoriais, lideranças, comunicação e marketing precisariam ser construídos para torná-lo viável?

Venha debater conosco!



## 15 a 18 de junho

### Hotel Transamérica

Av. das Nações Unidas, 18.591 - São Paulo, SP



**Rumo a uma Nova Economia Global:**  
A Transformação das Pessoas, das Empresas e da Sociedade

**Inscreva-se já**  
[www.ethos.org.br/ci2009](http://www.ethos.org.br/ci2009)  
e aproveite valores promocionais

Mais informações:  
**Telefone: 55 11 3514-9910**  
e-mail: [conferencia@ethos.org.br](mailto:conferencia@ethos.org.br)



#### Patrocinadores



#### Parceiros



#### Realização



O Instituto Ethos só aceita patrocínio das empresas associadas. Empresas públicas e mistas são aceitas como empresas associadas e patrocinadoras porque atuam no mercado nas mesmas condições que as empresas privadas. A logomarca do Governo Federal acompanha a logomarca das empresas públicas e mistas patrocinadoras em função da exigência da Instrução Normativa 31, de 10 de setembro de 2003 da Secretaria de Comunicação de Social (SECOM), que essas empresas são obrigadas a observar.



Divulgação/White House



Barack Obama, presidente norte-americano empossado em janeiro passado

Marcello Casai Jr./ABr



Ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, na reunião do Conselho Nacional dos Recursos Hídricos

José Cruz/ABr



Bloco de meninos e meninas de rua no lançamento da Campanha Nacional contra a Exploração Sexual Infanto-Juvenil

Divulgação/ISD



Participantes durante a cerimônia de abertura do 5º Fórum Mundial da Água

## Meio ambiente e energia na pauta de Obama

Em 21 de janeiro, mesmo dia em que Barack Obama foi empossado como presidente dos Estados Unidos, foi anunciado no site da Casa Branca o plano de governo que traz em detalhes as estratégias elaboradas para áreas como Energia e Meio Ambiente. O plano de investimento em energias alternativas e renováveis é a aposta de Obama para combater a crise climática global e criar milhões de empregos e tem como objetivos: criar cinco milhões de postos de trabalho investindo US\$ 150 bilhões nos próximos dez anos para orientar os esforços privados para a construção de um futuro baseado em energia limpa; implementar um programa econômico geral de capital e troca para reduzir as emissões de gases de efeito estufa em 80% até 2050; desenvolver e contratar tecnologia de carvão limpo; fazer dos EUA um líder nas iniciativas contra a mudança climática, entre outros.

[www.whitehouse.gov](http://www.whitehouse.gov)

## Referência em gestão de recursos hídricos

Após o lançamento da primeira edição do Relatório de Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil, em 26 de março, o presidente da Agência Nacional de Águas (ANA), José Machado, afirmou que o Brasil é referência mundial em gestão de recursos hídricos. "Temos uma legislação e um modelo de gestão extremamente modernos e adequados às dimensões continentais de nosso país e o relatório é mais um exemplo disso". Entretanto, segundo Machado, o país começou tarde. A Lei Nacional das Águas, que estabeleceu diretrizes e instrumentos para a gestão das águas brasileiras, por exemplo, foi criada apenas em 1997.

[www.ana.gov.br](http://www.ana.gov.br)

## Rota da exploração sexual infanto-juvenil

Segundo informações do Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil (Pair), cinco cidades maranhenses (São Luís, Imperatriz, Caxias, Timon e Açailândia) estão entre as mais vulneráveis ao tráfico e exploração sexual de crianças e adolescentes no país. Na lista do Pair constam 94 cidades brasileiras. A pesquisa mostra, entre outros pontos, que os principais agressores são, em primeiro lugar, padrastos, seguidos por pais e primos. No Brasil, em 82% das denúncias, a violência é cometida contra crianças do sexo feminino, sendo 57% de abuso sexual e 43% de exploração sexual.

[www.redeandi.org](http://www.redeandi.org)

## 5º Fórum Mundial da Água

Entre os dias 16 e 22 de março, deputados e senadores brasileiros participaram do 5º Fórum Mundial da Água, em Istambul, na Turquia. Realizado a cada três anos pela organização não-governamental francesa World Water Council (WWC), o fórum, que tem como objetivo o intercâmbio de experiências na área ambiental entre os países participantes, especialmente na área de governança, debateu alternativas para convivência com secas e inundações, gestão de bacias e os efeitos do aquecimento global sobre os recursos hídricos, entre outros temas.

<http://worldwaterforum5.org/>



José Cruz/ABr



Presidente Lula recebe em audiência o herdeiro do trono britânico, príncipe Charles

Valter Campanato/ABr



O diretor-geral da FAO, Jacques Diouf, e o diretor do Departamento de Integração do Ministério das Relações Exteriores, embaixador José Antônio Marcondes de Carvalho

## Selo Combustível Social

O Selo Combustível Social alterou os percentuais para a aquisição de matéria-prima da agricultura familiar voltada à produção de biodiesel. Para as regiões Nordeste, Sudeste e Sul, o percentual agora é de pelo menos 30% de aquisições (antes era 50%). Já para as demais regiões, este valor é de 10% até a safra 2009/2010. Por meio do selo, o produtor de biodiesel terá acesso a alíquotas de PIS/Pasep e Cofins com coeficientes de redução diferenciados, além de poder usufruir melhores condições de financiamento. Todas as novidades do aperfeiçoamento do Selo Combustível Social estão na Instrução Normativa número 1, publicada em 25 de fevereiro no Diário Oficial da União.

 [www.mda.gov.br](http://www.mda.gov.br)

## Apoio a pequenos agricultores

Cerca de 90 famílias da região de Coronel José Dias (PI) participam do projeto *Fecundação - Fundos Produtivos Solidários*. A ideia do projeto é promover uma nova relação de trabalhadores com o semiárido, por meio da inserção de novas práticas de convivência com a terra, água e meio ambiente. Desde 2006, a iniciativa é implementada por meio de um convênio entre o Banco do Nordeste e a Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes/MTE). O aporte inicial de recursos para atender aos produtores rurais do município foi de R\$ 80 mil, totalmente direcionados para o investimento em atividades como a caprinocultura e avinocultura, além da realização de capacitações.

 [www.cliquesemiario.org.br](http://www.cliquesemiario.org.br)

## Visita do príncipe Charles

A visita do príncipe Charles ao Congresso Nacional em 11 de março foi simbólica e totalmente voltada para a questão ambiental, segundo destacou o presidente da Câmara, Michel Temer. O herdeiro da monarquia inglesa e sua esposa, Camilla Parker Bowles, estiveram reunidos por cerca de 30 minutos com deputados e senadores no gabinete da presidência do Senado. Na oportunidade, foram apresentados projetos relativos à defesa da floresta amazônica ao príncipe.

 [www.agenciabrasil.gov.br](http://www.agenciabrasil.gov.br)

## Diretor-geral da FAO visita o Brasil

O diretor-geral da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), Jacques Diouf, esteve no Brasil para visita oficial entre 8 e 10 de março. Durante o período, Diouf encontrou-se com representantes da sociedade civil, com o ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, com a secretária-executiva do Ministério do Meio Ambiente, Isabela Teixeira, e participou da assinatura de memorando de entendimento com a Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) para apoiar a produção agrícola sustentável em países da América Latina, África e Haiti.

 [www.agenciabrasil.gov.br](http://www.agenciabrasil.gov.br)

## Moeda com identificação para deficientes

O Projeto de Lei Complementar (PLC) nº 440/08, em tramitação na Câmara, determina que as moedas e as notas de Real passem a ser confeccionadas com elementos que possibilitem a identificação dos valores por pessoas com deficiência visual. Caberá ao Conselho Monetário Nacional (CMN), responsável legal pela definição das características da moeda brasileira, regulamentar a lei. O PLC estabelece, ainda, que o novo dinheiro deverá ser resistente para garantir a identificação no mesmo prazo de vida útil estimado para cédulas e moedas. A substituição pelo novo modelo deverá ser feita até 24 meses após a promulgação da lei.

 [www2.camara.gov.br](http://www2.camara.gov.br)

## Mulheres são maioria na área social

Levantamento inédito e exclusivo da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, realizado entre os dias 15 de janeiro e 2 de fevereiro junto às prefeituras das 26 capitais brasileiras, confirma um quadro de sub-representação feminina em seus recém-nomeados secretariados. A média nacional é de duas mulheres em cada dez titulares das secretarias municipais. São 79 secretárias (19,85%) e 319 secretários (80,15%) nas 398 secretarias apuradas. Nas secretarias de políticas sociais, entretanto, o número se inverte: 54,49% dos casos estão nas mãos de mulheres – na região Centro-Oeste do Brasil, este percentual chega a 83,33%

 [www.portalms.com.br](http://www.portalms.com.br)



Juvenal Pereira/WWF-Brasil



Pátio de madeira signatária do Protocolo de Cooperação



Fachada do showroom da Grand Special, em São Paulo



Os painéis solares ocupam mais de 2 mil m<sup>2</sup> do teto da loja de Aguascalientes



Logotipo da parceria Planetary Skin

## Madeira É Legal

A Orsa Florestal é uma das 15 empresas que compõem o Grupo de Produtores Florestais Certificados na Amazônia (PFCA), signatário do Protocolo de Cooperação vinculado ao Programa Madeira é Legal, lançado em 18 de março, em São Paulo. Empresa do Grupo Orsa, uma das maiores corporações produtoras de madeira, celulose, papel e embalagens do país, a Orsa Florestal tem como foco comercial a produção de madeira tropical serrada e certificada pelo FSC (Forest Stewardship Council).

[www.orsaflorestal.com.br](http://www.orsaflorestal.com.br)

## Carro zero para pessoas com deficiência

Comprar um veículo novo é sempre prazeroso, principalmente quando se pode retirá-lo da concessionária em poucos dias. Mas não é o que acontece com pessoas com deficiência, que têm o direito de comprar um veículo novo com isenções de impostos. A burocracia envolvida nesse processo pode se tornar uma "via-crucis". Ciente das dificuldades, o Grupo Grand Brasil criou a Grand Special, o único showroom com atendimento exclusivo para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, que disponibiliza aos seus clientes, em um só local, o processo de regularização, adaptação, carteira especial de habilitação, entre outros serviços.

[www.grandbrasil.com.br](http://www.grandbrasil.com.br)

## Painel solar

O Wal-Mart do México completou recentemente a instalação de 1.056 painéis solares no telhado de uma de suas lojas na cidade de Aguascalientes. De acordo com a Associação Nacional de Energia Solar (Anes) do México, esse é o maior sistema fotovoltaico da América Latina. A instalação produzirá 174 kw de energia, quantidade suficiente para suprir 20% das necessidades elétricas da loja, e eliminará cerca de 140 toneladas nas emissões de dióxido de carbono por ano. As estruturas ocupam uma área de aproximadamente 2.170 m<sup>2</sup>. Atualmente, o maior conjunto de painéis solares do mundo é o sistema de uma fábrica espanhola da General Motors, de 12 megawatts.

[www.walmartmexico.com.mx](http://www.walmartmexico.com.mx)

## De olho na devastação

A National Aeronautics and Space Administration (Nasa) anunciou no primeiro trimestre deste ano uma nova parceria chamada *Planetary Skin*, que coletará e analisará dados globais do meio ambiente em tempo real. As informações serão disponibilizadas para governos, empresas e público em geral. A Cisco Systems, fabricante de soluções de conectividade, segurança de dados e *backbones*, será a responsável pelos sistemas tecnológicos utilizados no programa. As atividades serão iniciadas ainda este ano com o projeto piloto *Rainforest Skin*, que consiste em monitorar a devastação florestal com um sensor tecnologicamente capacitado.

[www.cisco.com](http://www.cisco.com)  
[www.nasa.gov](http://www.nasa.gov)  
[www.planetaryskin.org](http://www.planetaryskin.org)





Modelo de token em Braille sendo entregue à Karolline Fernandes Sales pelo gerente do departamento de estratégia de canais, Paulo Roberto Previdelli

Suzana V. Gnipper



Presidente da AlfaSol, José Gregori; a aluna Simona da Silva Pereira; Fernando Henrique Cardoso; o alfabetizador José Gilton Ferreira dos Santos; e a superintendente executiva da AlfaSol, Regina Célia Esteves de Siqueira

## Água limpa na África

A Coca-Cola Company anunciou em 16 de março que se comprometeu em US\$ 30 milhões durante os próximos seis anos para fornecer acesso à água potável segura em comunidades por toda a África por meio de sua iniciativa *Replenish Africa Initiative* (Rain – em português, Iniciativa Reabastecer África). Implementada pela The Coca-Cola Africa Foundation, a Rain fornecerá água limpa e saneamento a pelo menos 2 milhões de africanos até 2015. Entre 2004 e 2015, estima-se que o número de pessoas vivendo sem acesso à água potável segura na África Sub-Saara aumente em 47 milhões. Atualmente, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), esse número é de cerca de 300 milhões de africanos.

[www.thecoca-colacompany.com](http://www.thecoca-colacompany.com)

## Investimento em sustentabilidade

Líder de mercado na área de ferramentas motorizadas portáteis, a Stihl tem planos ousados para 2009, em linha com as metas definidas pelo seu Comitê de Sustentabilidade. Entre eles estão investimentos de R\$ 4,74 milhões em uma nova estação de tratamento de efluentes (ETE) e de R\$ 6,24 milhões em uma nova ETE industrial, ambas com tecnologia de ponta; uma nova unidade de fabricação de 21 mil m<sup>2</sup> com reaproveitamento de água da chuva; e a preparação para a conquista da SA 8000, norma internacional de avaliação da responsabilidade social. Para Cláudio Guenther, vice-presidente de Finanças da Stihl, ter um compromisso com a sustentabilidade significa ter uma visão ampla sobre continuidade do meio ambiente, das relações, dos negócios e do planeta.

[www.stihl.com.br](http://www.stihl.com.br)

## Cartão token em braille

O Banco Nossa Caixa começou a oferecer a Nossa Chave de Segurança em Braille, um cartão que garante total segurança aos clientes com deficiência visual nas transações efetuadas por meio do Internet Banking e que permite até 1.200 combinações de senhas. O novo dispositivo tem as mesmas funcionalidades do token convencional. Impresso em braille, contém uma tabela com letras e números que, quando associados, formam diferentes combinações de senhas. A tela que solicita a digitação da chave de segurança foi adaptada de modo a permitir a leitura pelo software de acessibilidade instalado no computador do usuário. Assim, a orientação sobre como compor a senha é dada ao cliente por meio de comando de voz antes de cada transação.

[www.nossacaixa.com.br](http://www.nossacaixa.com.br)

## Rede Chevrolet de Educação Solidária

A Alfabetização Solidária (AlfaSol) apresentou em março os resultados obtidos com o programa Rede Chevrolet de Educação Solidária, fruto de uma parceria com a General Motors do Brasil por meio do Instituto General Motors (IGM) e da Rede de Concessionárias Chevrolet. O programa mobilizou 240 salas de alfabetização, cada uma com 25 alunos em média, possibilitando o atendimento a cerca de 6 mil jovens e adultos de 24 municípios com as mais altas taxas de analfabetismo e os menores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) nos Estados de Sergipe e Piauí. Mais do que uma prestação de contas, o encontro, realizado na sede da montadora em São Caetano do Sul (SP), afirmou o Rede Chevrolet de Educação Solidária como um exemplo de sucesso e com grande potencial multiplicador.

[www.alfasol.org.br](http://www.alfasol.org.br)

## SA 8000

A HSBC Seguros Brasil recebeu em fevereiro a certificação internacional de responsabilidade Social SA 8000, que estabelece e garante o cumprimento de normas internacionais de responsabilidade corporativa e de direitos humanos no trabalho, tornando-se a primeira seguradora no mundo a receber tal certificado. A recomendação foi feita pela Bureau Veritas ao Centro Administrativo Vila Hauer, prédio do HSBC onde se localiza a sede da seguradora e, para isso, foram necessárias cerca de 200 entrevistas, visitas e análises de documentos e sistemas de controle.

[www.hsbc.com.br](http://www.hsbc.com.br)

## Jovens profissionais

O Instituto Crescer para a Cidadania e a Associação Telecentros de Informação e Negócio (ATN) firmaram um acordo de cooperação. Com a parceria, ambos credenciaram-se e estruturaram-se para realizar projetos de formação profissional, como o Jovem Aprendiz, baseado na Lei da Aprendizagem. Além disso, tornam-se aptos a ajudar empresas a implementar cursos e projetos que atendam às exigências dessa lei, que objetiva preparar jovens para o exercício profissional, garantindo a inclusão social por meio da empregabilidade. A parceria visa, ainda, à realização de um evento sobre inclusão digital e formação profissional no segundo semestre.

<http://atn.org.br>  
[www.institutocrescer.org.br](http://www.institutocrescer.org.br)



Divulgação



Grupo de estudo durante atividade da Imersão em Captação de Recursos

Juvenal Pereira/WWF-Brasil



Funcionário de madeira trabalha de acordo com os critérios da certificação

WWF-Brasil/Juvenal Pereira



População de São Paulo durante a Hora do Planeta

Divulgação/ISD



Jan Heino, diretor-geral assistente da FAO

## Imersão em Captação e Mobilização de Recursos

Entre os dias 23 e 27 de março, em Atibaia, aconteceu a Imersão em Captação e Mobilização de Recursos, realizado pela Diálogo Social Eventos e apoiado pela Revista Filantropia e pela Associação Brasileira de Captadores de Recursos (ABCR). Com participantes de todo o país, o treinamento de cinco dias abordou assuntos como comunicação e marketing, fontes de financiamento, geração de renda, leis de incentivo, fidelização de doadores, elaboração de projetos, entre outros. A participação efetiva do grupo foi uma das características principais da atividade, que permitiu a integração entre profissionais de diferentes organizações para trocar experiências com o objetivo de implementar melhorias em seus ambientes de trabalho.

[www.dialogosocial.com.br](http://www.dialogosocial.com.br)

## Programa Madeira é Legal

O governo e a prefeitura de São Paulo, o Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), a ONG WWF-Brasil, o Sindicato da Indústria da Construção Civil de Grandes Estruturas (SindusCon-SP), o Grupo de Produtores Florestais Certificados na Amazônia (PFCA) e outras organizações da sociedade civil e setor privado lançaram em 18 de março o Programa Madeira é Legal. O objetivo é incentivar e promover o uso da madeira de origem legal e certificada na construção civil em São Paulo por meio da cooperação técnica e institucional entre as partes para viabilizar a adoção de um conjunto de ações que garantam a consolidação do programa, além de realizar pesquisas e desenvolvimento de produtos mais adequados à construção civil.

[www.anggulo.com.br](http://www.anggulo.com.br)

## Hora do Planeta

No dia 28 de março, a ONG WWF-Brasil participou pela primeira vez da Hora do Planeta (ou *Earth Hour*, como é globalmente conhecida). A iniciativa é um ato simbólico no qual governos, empresas e cidadãos de todo o mundo são convidados a apagar as luzes durante uma hora para demonstrar sua preocupação com o aquecimento global. Na primeira edição, realizada em 2007, aproximadamente 2 milhões de pessoas na Austrália apagaram as luzes. No ano seguinte, mais de 50 milhões de pessoas em todas as partes do mundo aderiram à campanha. Já em 2009, a WWF calcula que houve a participação de aproximadamente 1 bilhão de pessoas em cerca de mil cidades ao redor do mundo. No Brasil, 113 cidades participaram.

[www.horadoplaneta.org.br](http://www.horadoplaneta.org.br)

## Geração de emprego

A Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) informou em março que o gerenciamento florestal sustentável pode ajudar a criar 10 milhões de novos postos de trabalho. A afirmação é do diretor-geral assistente da FAO para o Departamento de Florestas, Jan Heino, e, segundo ele, a iniciativa levaria ao combate do efeito estufa e da pobreza ao mesmo tempo. Para a FAO, o investimento na economia verde levará a oportunidades nos setores agroflorestal, de gerenciamento de áreas de lazer, desenvolvimento sustentável e de replantio de florestas degradadas.

[www.fao.org](http://www.fao.org)



Divulgação



Realização do prêmio na Sala São Paulo

## Prêmio Construindo a Nação

Projetos de cidadania realizados em 2008 por estudantes e professores de 279 escolas do ensino médio e fundamental e da Educação de Jovens e Adultos (EJA) foram premiados em 16 de março com o Prêmio Construindo a Nação, promovido pelo Instituto da Cidadania Brasil, em parceria com a Fundação Volkswagen e a Confederação Nacional da Indústria e Serviço Social da Indústria (Sesi). Na ocasião, também foi lançada a 9ª edição do prêmio. Os projetos desenvolvidos estão beneficiando comunidades de todo o país e também os jovens que dele participam, os quais são estimulados, inclusive no ensino, por atuarem de maneira participativa e como cidadãos conscientes.

 [www.institutocidadania.org.br](http://www.institutocidadania.org.br)

Divulgação



Jovens formandos do programa Aprendiz Legal

## Aprendiz Legal

Estruturado a partir de conceitos como ética, diversidade e profissionalismo, dentre outros, o programa Aprendiz Legal formou no início de março suas primeiras turmas no Estado de São Paulo. Durante a cerimônia, conduzida pelo jornalista Zeca Camargo, 228 jovens receberam o certificado de conclusão do programa. Além disso, na ocasião foi lançado o selo Empresa que apoia a aprendizagem, um reconhecimento às companhias que participam da rede social do Aprendiz Legal e acreditam que a aprendizagem proporciona oportunidades para melhorar a qualidade de vida dos jovens brasileiros.

 [www.aprendizlegal.org.br](http://www.aprendizlegal.org.br)

## Conservação da biodiversidade

Com foco no apoio à criação e implementação de reservas particulares nos Estados de Bahia e em Sergipe, a Associação de Proprietários de Reservas Particulares da Bahia (Preserva), fundada em 2000, conta com programas de incentivo à pesquisa científica, educação ambiental e capacitação, bem como à recuperação de nascentes e matas ciliares. Entre os objetivos do Instituto Preserva estão incentivar e apoiar as ações da associação de proprietários de reservas particulares da Bahia no Corredor Central da Mata Atlântica, com acompanhamento técnico, orientação, divulgação e obtenção de recursos. O instituto atua na articulação de políticas públicas junto ao Poder Público e a sociedade civil na busca de instrumentos de estímulos à conservação da biodiversidade.

 [www.preserva.org.br](http://www.preserva.org.br)

## Fome e a pobreza

Os indicadores mostram que apenas 42% dos municípios brasileiros deverão cumprir, até 2015, o Objetivo de Desenvolvimento do Milênio (ODM) relacionado à redução da pobreza e da fome. Dados do Censo Demográfico apontam que, no período de 1991 a 2000, 58% dos municípios não apresentava um ritmo de decréscimo da pobreza suficiente para cumprir o objetivo. A meta, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), é reduzir em 50% a proporção de pessoas com renda familiar per capita inferior a meio salário mínimo. Os dados na íntegra estão disponíveis no Portal ODM.

 [www.portalodm.com.br](http://www.portalodm.com.br)

## Práticas ecológicas

O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) pediu às missões de paz da ONU que utilizem práticas e tecnologias ecologicamente corretas. A recomendação faz parte do relatório *Do conflito à construção da paz: o papel de recursos naturais e o meio ambiente*, publicado em 12 de março em Nairóbi, no Quênia. De acordo com a agência da ONU, a demanda por madeira e água, por exemplo, pode colocar ainda mais em risco áreas ecologicamente vulneráveis. Para especialistas, outra preocupação é a possibilidade de confrontos devido à escassez de recursos naturais. Estudos do Pnuma revelam que pelo menos 18 conflitos violentos, desde 1990, tiveram sua origem no problema.

 [www.pnuma.org](http://www.pnuma.org)

## Prevenção à Violência Sexual e Doméstica

Criado pela AlfaSol, terá início ainda em 2009 o projeto Prevenção à violência sexual e doméstica, combate ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes e do trabalho infantil por meio da inserção no processo educacional contextualizado de jovens e adultos no município de São Paulo. Aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Paulo (CMDCA) e financiado por meio do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (Fumcad), o programa visa a contextualizar temas que envolvem a prevenção da violência contra crianças e adolescentes de modo a combater a violência sexual e doméstica, o abuso, a exploração sexual e o trabalho infantil na capital paulistana.

 [www.alfabetizacao.org.br](http://www.alfabetizacao.org.br)





# Inclusão sem fronteiras

Senador Flávio Arns atua pela educação e integração das pessoas com deficiência na sociedade

Por Thaís Iannarelli

**F**lávio Arns, formado em Direito e em Letras, com mestrado em Letras e Ph.D. em Linguística pela Universidade Northwestern, nos Estados Unidos, iniciou sua vida política em 1991 e sempre dedicou seu tempo à questão da inclusão das pessoas com deficiência na sociedade.

Seu comprometimento com a causa é visível: já foi presidente da Federação Nacional das Apaes, da Federação das Apaes do Estado do Paraná, presidente da Associação Brasileira de Desportos de Deficientes Mentais, vice-presidente da Liga Internacional Pró-Pessoas Portadoras de Deficiência (Inclusion International), membro do Conselho Nacional da Criança e do Adolescente e presidente do Conselho Deliberativo do Comitê Paraolímpico Brasileiro.

A trajetória na política começou em 1991, quando foi eleito deputado federal. Reelegeu-se em 1994 e, em 1998, foi o sétimo deputado mais votado do Paraná. Em 2003, tornou-se senador federal.

Atualmente, ainda como senador da República, continua defendendo os direitos das pessoas com deficiência. Em entrevista à **Revista Filantropia**, ele fala sobre essa atuação.

**Revista Filantropia: Como você começou a trabalhar com a questão da inclusão dos deficientes?**

**Flávio Arns:** Em primeiro lugar, quero dizer que tenho um filho com deficiência intelectual. Ele vai completar 34 anos, então já faz 34 anos que estou envolvido com a área. Tanto no trabalho como professor quanto no mestrado e no doutorado, desenvolvi assuntos relacionados a essa área. Durante oito anos dirigi o departamento de educação especial da Secretaria de Educação do Paraná, e realizei outros trabalhos também, com as Apaes, por exemplo.

Minha esposa também se especializou em educação especial. Enfim, estamos trabalhando nesse sentido, não só com deficiência intelectual, mas pela cidadania, pelos direitos e oportunidades para todas as pessoas com deficiência.

**RF: Como é sua atuação como senador nessa área?**

**FA:** Tento continuar debatendo o assunto no senado, apresentando projetos de lei, relatando também projetos de outros senadores e deputados federais. Além disso, há três anos foi criada a Subcomissão Permanente



de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência, que tem dialogado com as instituições da área.

**RF: *Quais são os maiores entraves encontrados nesse trabalho?***

**FA:** Penso que a maior dificuldade ainda seja a falta de sensibilidade e de humanidade dos públicos federais. Até diria que há uma “perseguição” em relação às entidades como Apaes, Pestalozzis e co-irmãs, então essas pessoas querem dizer que a sociedade organizada não deve manter escolas especiais. Isso é um fundamentalismo, um radicalismo que impede o desenvolvimento da cidadania da pessoa com deficiência. Essa falta de humanidade, de sensibilidade é um atraso para o país. Nunca houve isso na história do Brasil, que a sociedade fosse tão menosprezada.

**RF: *E o que o senhor sente que falta para acabar com essas dificuldades?***

**FA:** Existe a falta de uma política pública consistente, com um orçamento definido. As pessoas costumam falar muito sobre os direitos das pessoas com deficiência – os três níveis, municipal, Estadual e Federal. Mas e o orçamento? Costumo dizer que falar sobre os direitos da pessoa com deficiência, da criança e do adolescente ou do idoso, seja lá que segmento for, é uma coisa, mas um orçamento é demagogia, então isso cria uma dificuldade. O outro problema histórico, do meu ponto de vista, é o cumprimento da legislação existente. As leis precisam ser adequadas e transformadas em realidade.

**RF: *Qual é a sua opinião a respeito das escolas especiais?***

**FA:** O universo das pessoas com deficiência é muito variado e grande. Segundo o IBGE, aproximadamente 24 milhões de brasileiros têm algum tipo de deficiência, mas esse número é variado. Há pessoas com deficiência intelectual, visual, auditiva, física, múltipla, transtorno de conduta, enfim, muitos tipos. Assim, as necessidades das pessoas também são variadas. Então é nesse sentido que pensamos onde elas terão o direito à educação assegurado. A grande maioria dessas pessoas tem de ter o direito a sentar-se numa classe comum, sem dúvida. Com apoio, qualificação dos professores, materiais adequados, ou seja, serviços que possam ser estruturados em uma escola comum. Ao mesmo tempo, também há um percentual importante de pessoas cujas necessidades podem ser atendidas

## Curiosidade

Dos mais de 24 milhões de deficientes que existem no país, 11,6% são crianças e jovens entre zero e 17 anos. Segundo estudo do MEC/Inep, apenas 24,6% do total da população com deficiência em idade escolar está matriculada em classes regulares e especiais.

Em São Paulo, a política de inclusão educacional da Secretaria Municipal de Educação determina que toda criança com deficiência deve se cadastrar no Centro de Formação e Acompanhamento à Inclusão (Cefai), sob pena de as instituições de educação especial conveniadas com a Secretaria e que atendem às suas necessidades pedagógicas e terapêuticas específicas não receberem mais o repasse de verba da prefeitura.

em uma estrutura especificamente organizada, ou seja, uma escola especial.

**RF: *Na realidade de hoje, a inclusão nas escolas públicas já é viável?***

**FA:** Penso que seja um desafio grande, mas, ao mesmo tempo, tanto as escolas quanto a sociedade e os órgãos públicos têm de se mobilizar para que isso aconteça. Acho também que o fato de ser difícil não pode impedir que o trabalho aconteça, temos de abrir possibilidades. Adaptações físicas nas escolas, por exemplo, a qualificação dos professores, a diminuição do número de crianças por sala e o apoio de alguma organização são coisas que podem ser feitas. Isso tudo como parte de um projeto político-pedagógico. A estrutura educacional estará suficientemente organizada quando tivermos o atendimento na escola comum com apoios necessários, ou na escola especial. Se eliminarmos as alternativas, qualquer uma delas, um contingente grande de pessoas fica à margem da educação. Nesse sentido, as escolas especial e comum devem se somar.

**RF: *O que seria, efetivamente, uma solução para a inclusão?***

**FA:** No mundo inteiro se fala em inclusão social. Isso significa que precisamos alcançar o grande objetivo da educação, ou seja, a educação para a independência, para que a pessoa viva bem, que participe da vida de sua família, de sua comunidade e desenvolva seus potenciais. Nesse sentido, busca-se uma educação para a vida inteira, desde o nascimento até quando for necessário. Então, para isso, temos de tentar encaminhar o ser humano para a inclusão social, a inclusão na vida. ☺

Se eliminarmos as alternativas, um contingente grande de pessoas fica à margem da educação. Nesse sentido, as escolas especial e comum devem se somar



# Virei notícia! E agora?

Mídia espontânea atrai atenção para as organizações, que devem estar preparadas para o retorno da ação



Marcio Zeppelini

[marcio@zeppelini.com.br](mailto:marcio@zeppelini.com.br)

Consultor em comunicação para o Terceiro Setor, editor da Revista Filantropia, produtor editorial pela Universidade Anhembi Morumbi e diretor executivo da Zeppelini Editorial & Comunicação.

**A**parecer na mídia, seja ela impressa, televisiva, radiofônica ou virtual, é uma excelente maneira de divulgar qualquer empreendimento ou produto. E isso não é diferente para as organizações sociais, que podem utilizar a divulgação como meio de conquistar credibilidade e captar recursos, tornando-se uma ferramenta de gestão indispensável.

Para estar nesses meios de comunicação, há sempre a opção de comprar um espaço e publicar um anúncio ou informe publicitário sobre sua organização. No entanto, os preços dessa veiculação são sempre muito altos e costumam estar fora do alcance das instituições do Terceiro Setor.

Outra maneira muito mais econômica de ganhar um espaço no mundo midiático é a chamada mídia espontânea. Espontâneo, na descrição do dicionário Houaiss, significa “fazer por si mesmo, sem ser incitado ou constrangido por outrem; voluntário”. E é exatamente isso o que a expressão quer dizer. Conseguir um espaço de mídia espontânea é ser citado, sem custo algum, em matérias jornalísticas desses meios de comunicação. Sua aparição pode ser pequena, sendo citada como exemplo de alguma situação abordada na matéria ou como fonte de referência sobre algum assunto, ou maior, com a divulgação da instituição propriamente dita e das causas por ela defendidas.

Porém, conseguir um espaço nesses meios de comunicação é o desafio maior, especialmente para as organizações sociais. Além do crescente número delas no país – segundo o IBGE, em 2005 eram 338 mil –, a grande mídia tem uma imensa gama de assuntos a tratar, e a área social ainda não tem muito peso na hora de escolher a pauta do dia.

## Como emplacar uma notícia?

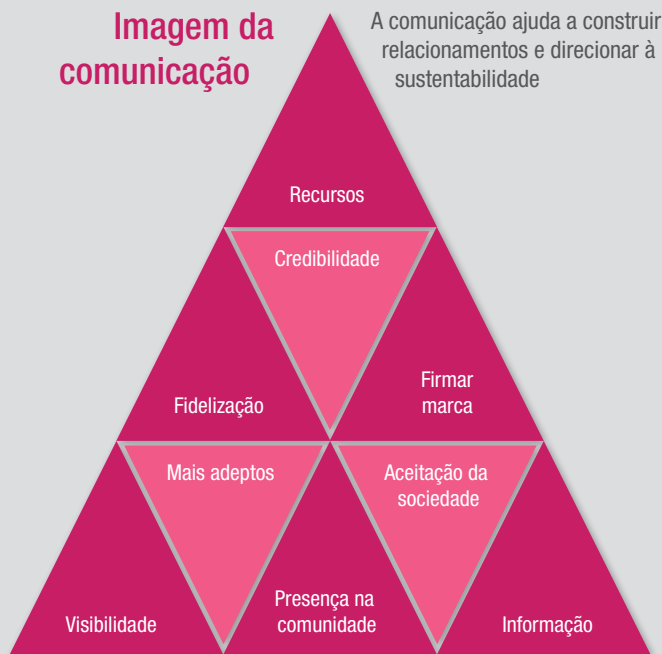
Chamar a atenção da mídia com notícias sobre uma instituição não é fácil. Primeiramente, o contato com a imprensa deve ser direcionado e planejado, caso a organização não tenha uma assessoria de imprensa profissional. Não basta enviar textos a todos os meios de comunicação sem um critério de temas e assuntos. Isso significa que não adianta enviar um release sobre um tratamento inovador do câncer de mama para uma revista ou programa de televisão com foco em política, por exemplo. É preciso saber direcionar os assuntos aos meios de comunicação que se interessem por ele.

Outro ponto é que enviar releases falando sobre a história da organização, a data de sua fundação e o número de atendidos dificilmente renderá alguma matéria jornalística. A causa que a instituição defende – ou seja, seu objetivo social – é sempre a maior aliada na hora de conseguir se tornar fonte de alguma matéria. Por isso, ela deve ser explorada, dada a experiência prática nas situações que resolvam os problemas da sociedade. Se uma organização trata de crianças com Síndrome de Down, por exemplo, é mais fácil falar sobre a patologia, os cuidados, o tratamento, diagnóstico, a psicologia da família, entre tantos outros temas, tornando-se referência na área, do que falar da entidade e de seus fundadores.

O Projeto Quixote, que atua com crianças e adolescentes em situação de risco social, tem aparecido constantemente em meios de comunicação de grande porte. “Nos últimos anos, temos atuado mais ativamente



## Imagem da comunicação



junto a crianças de rua na região central da cidade de São Paulo. Essa população gera muito interesse na mídia, e isso proporcionou uma maior visibilidade ao nosso trabalho. Fomos, entre outros, destaque nas duas últimas edições de Natal da Veja São Paulo e, durante o ano, saímos na revista Seleções em uma entrevista com profissionais do Terceiro Setor”, conta Bettina Grajcer, coordenadora de parcerias do projeto.

Parcerias com agências de comunicação e assessorias de imprensa facilitam o trabalho. Muitas delas realizam trabalhos voluntários para apoiar instituições do Terceiro Setor. “Contamos com a assessoria de imprensa da Unifesp, que disponibiliza o conteúdo dos diversos programas desenvolvidos para a mídia, além de uma assessoria de imprensa voluntária pelo Clube do Estilo. Também desenvolvemos campanhas sobre temas específicos com o auxílio da Long Play, agência de comunicação voluntária”, conta Bettina.

## Depois de virar notícia...

É preciso estar preparado para receber o retorno que a mídia traz. Uma multidão pode se interessar pela causa da organização após vê-la na mídia e querer mais informações, ou se tornar voluntários, doadores etc. É uma grande oportunidade, que requer preparo – a fim de não virar um estorvo.

Toda a comunicação nesse momento é crucial. O site deve estar atualizado e ser de fácil acesso. Ali a pessoa deve conseguir encontrar tudo o que deseja: dados, imagens e cadastros para se tornar doador, receber a newsletter ou ser voluntário. Números de telefone para

contato e informações gerais sobre a organização também devem estar disponíveis nesse espaço.

Internamente, toda a equipe precisa estar por dentro do que acontece nos projetos e atividades. Assim, eles ficam preparados para responder as dúvidas que possam aparecer com a garantia da manutenção da unidade da instituição, sem o risco de passar dados errados. No Quixote, para que isso aconteça, não há um treinamento específico para lidar com a mídia, mas reuniões semanais para tratar temas da instituição com a equipe. “Os coordenadores têm reuniões sistemáticas para alinhamento com as diretrizes institucionais, garantindo a identidade da instituição”, conta Bettina.

## Benefícios

Aparecer em meios de comunicação, seja na grande mídia ou na segmentada, aumenta a visibilidade da instituição. As pessoas que têm acesso a esses meios passam a conhecê-la, e essa é uma forte estratégia para captar recursos. Por isso, é preciso também tomar cuidado na hora de decidir participar de uma matéria ou de dar os depoimentos. “Nem sempre a mídia transmite a mensagem da forma desejada. Precisamos estar preparados para reparar eventuais comunicações não condizentes com a postura institucional”, diz Bettina. Se isso ocorrer, a presença de um profissional de assessoria de imprensa é essencial.

Porém, normalmente é o lado positivo que aparece. A causa e a instituição conseguem a divulgação desejada e, ainda, ganham credibilidade, pois suas experiências acabam se tornando exemplo para outras instituições. 🌟

### As instituições mais votadas

Categoria	Organização	Realização	Como RS se fez	Participação no Brasil
Aids	Associação de Apoio ao Adolescente e à Criança com Câncer	1998	Realizou o curso de formação em dia de aproximação com o Conselho de Saúde	1998
Alta	Fundação Abrinq	1999	Curso mensal de debates no campo "Alta cultura". Paralelo: Encontro com o Conselho de Saúde	1999
Alta	Projeto Quixote	1999	Promover o exercício da cidadania	1999
Educação	Ação Educativa	1999	Promover direitos juvenis, com justiça e desenvolvimento	1999
Educação para o desenvolvimento humano	Casa do Zezinho	1999	Criar, pelo educador, que jovens e crianças tenham autonomia	1999
Arte	ISA (Instituto Socioambiental)	1999	Construir garantias	1999

Projeto Quixote foi divulgado na revista Seleções, como indicação de instituições em que você pode confiar



# Organizando a casa



pedroadam@terra.com.br

Vice-presidente da Associação Brasileira de Captadores de Recursos (ABCR), consultor nas áreas de captação de recursos e elaboração de projetos sociais. Mestre em Administração pela PUC-SP, advogado e professor universitário.

**E**m meados de 2008, um pequeno abrigo na região metropolitana de São Paulo apresentava uma situação dramática: seu único doador deixara de apoiar financeiramente a instituição. Para agravar o quadro, diversas funções administrativas da instituição que eram prestadas pelo antigo doador foram canceladas.

A presença prolongada do único doador para prover a instituição a deixou acomodada, sem a necessidade de procurar novas fontes de recursos. Essa situação emblemática é mais do que comum: vários articulistas e autores recomendam a diversidade de fontes de receita para poder diluir os riscos à sustentabilidade financeira das organizações. Assim, se houver a perda de alguns doadores, a instituição permanece funcionando. O problema imediato era como buscar outras fontes de recursos, pois não existia na instituição quem soubesse como fazer a captação deles.

## Primeiros passos

A primeira providência foi escolher uma pessoa da própria instituição que apresentasse potencial para enfrentar o desafio. Capacitações foram realizadas por meio de cursos gratuitos, o que possibilitou uma visão panorâmica inicial da captação de recursos.

O segundo passo foi divulgar o trabalho da instituição, o que levou à criação de um novo logotipo. Surgiu, assim, uma parceria com alunos de webdesign de uma escola técnica estadual situada na cidade.

O resultado dessa parceria foi um estudo gratuito, completo e personalizado feito com qualidade, envolvendo vários aspectos da comunicação institucional como logotipo e suas fontes, papelaria, cartão de visitas e um site mais interativo. Bom para a instituição, que ganhou identidade visual, e imprescindível para os alunos, que apresentaram o trabalho na sua conclusão de curso.

## O coração da ação

No processo de elaboração da captação de recursos, um dos documentos escritos mais importantes é a elaboração do *case statement* ou, simplesmente, caso. Esse método permite uma visão completa da instituição, facilitando a participação nos editais (públicos ou privados) e a captação de recursos com empresas e doadores individuais.

Os principais elementos que compõem o caso são: visão, missão, objetivos de longo e curto prazo, situação jurídica, público atendido, localização, descrição dos programas/projetos, estrutura organizacional e finanças.

Em todas as organizações os elementos mais intangíveis, como a visão e a missão, podem ser de difícil compreensão, e por isso mesmo o uso de comparações é bem-vindo. No caso, a visão é o porto, ou seja, o destino final que a organização quer alcançar, e a missão é o tipo de barco que a organização representa.

O importante na elaboração da visão e da missão é que, ao desenvolvê-las, inicia-se a construção da confiança autêntica, ou seja, de acreditar em uma possibilidade generosa para o futuro envolvendo pessoas.

Os autores Robert Solomon e Fernando Flores afirmam que "confiar modifica tanto a pessoa em quem se confia como a pessoa que confia" (construa confiança nos negócios, na política, na vida). Assim, confiar é uma escolha sobre aquilo que realmente importa: criar, manter, aprofundar e restabelecer relacionamentos. Esta é lista que importa à captação de recursos.

## Colocando em prática

O captador de recursos precisa de projetos, produtos ou serviços concretos para elaborar a captação, e o problema consiste em separar os projetos daquilo que são apenas cartas de intenções. Uma sugestão prática inicial é separar todos os "candidatos a projetos" que têm algo a entregar; pode ser um produto ou um serviço bem descrito, incluindo preços e prazos.

Feita a seleção inicial, é necessário detalhar as ações realizadas, estabelecer a sua sequência racional e encontrar os fundamentos do projeto, ou seja, quais as bases teórica e metodológica para aquilo que está sendo executado. Não existe atalho, o essencial é conversar com quem executa o projeto e pesquisar para entender.

São motivos como esses que demonstram que é mais eficiente "desenvolver" um captador de recursos em potencial, que já faz parte da instituição e conhece sua história, programas, projetos etc.

No caso da organização citada acima, os aspectos metodológicos dos programas foram sanados com parcerias de técnicos de outras instituições, o que promoveu uma troca de conhecimento muito rica, além de novas possibilidades de projetos em conjunto.


O entendimento das atividades, projetos e programas tornou possível detectar uma série de situações importantes, tais como questões de ordem trabalhista que foram apontadas e posteriormente sanadas, até o próprio estatuto da instituição, que foi refeito para ampliar as possibilidades de captação de recursos.

## Orçamentos

Outra constatação frequente é a falta de experiência na elaboração de orçamentos, fato que resulta em despesas imprevistas e cria uma instabilidade financeira na instituição, além de gerar uma falta de recursos imediata para cumprir com os projetos em andamento.

A elaboração de um orçamento pede o conhecimento integral de todas as etapas do projeto. Só assim é possível levantar todos os custos diretos e indiretos, principalmente na área trabalhista. Um exemplo comum é a contratação em regime CLT sem previsão de custos demissionais após o término do projeto.

No caso citado, a construção dos orçamentos ajudou a conscientizar os funcionários sobre as despesas reais com os projetos. A organização dos mesmos permitiu uma maior previsibilidade nos gastos da instituição e, portanto, orçamentos mais precisos.

A criação de um setor de captação profissional, competitivo e transparente contribuiu para a reestruturação da instituição e de sua gestão. Os resultados foram a conquista de novas empresas doadoras, a participação em editais e o retorno do antigo doador, cativado pelo esforço, competência e profissionalização da instituição. 

O importante na elaboração da visão e da missão é que, ao desenvolvê-las, inicia-se a construção da confiança autêntica, ou seja, de acreditar em uma possibilidade generosa para o futuro envolvendo pessoas

# 10º

CONGRESSO  
BRASILEIRO DE DIREITO,  
CONTABILIDADE E  
TESOURARIA DO  
TERCEIRO SETOR

2 de Outubro de 2009

Hotel Renaissance  
Alameda Santos, 2.233 - São Paulo  
Tel.: (11) 5102-4654

Inscrições abertas  
[www.economica.com.br](http://www.economica.com.br)

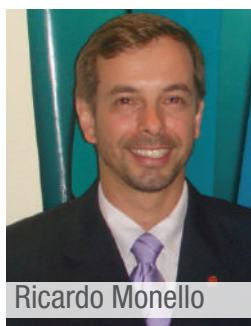
Realização:



ECONOMICA  
Desenvolvimento Empresarial



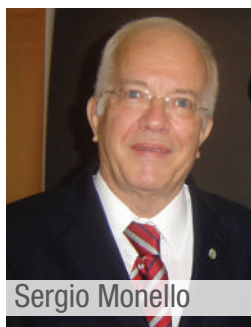
# Manutenção de religiosos integrantes de Instituto de Vida Consagrada



Ricardo Monello

atendimento@sergiomonello.com.br

Advogado, contador e auditor, é membro da Audisa Consultoria e Auditoria para o Terceiro Setor, da Advocacia Sergio Monello e da Comissão de Direito do Terceiro Setor da OAB/SP. Atua como editor da Revista Filantropia.



Sergio Monello

atendimento@sergiomonello.com.br

Advogado, contabilista, professor, Salesiano cooperador, sócio da Advocacia Sergio Monello e do Escritório Contábil Dom Bosco.

A fiscalização tributária e previdenciária tem interpretado que as despesas de manutenção de membros de Instituto de Vida Consagrada (IVC) – Ordens e Congregações – se constituem em remuneração e benefícios aos próprios membros, o que viria, em tese, segundo a própria fiscalização, descaracterizar o direito à imunidade tributária e previdenciária, em especial quando esses membros pertencem à diretoria da própria entidade.

A manutenção de membros de vida religiosa consagrada se dá com despesas alimentares, médicas, odontológicas e farmacêuticas, além de custos ligados à condição da vida religiosa, como pagamento de estudos, participações em Assembleia e Capítulos do IVC, viagens nacionais e internacionais, inclusive contribuição para a Previdência Social.

É importante esclarecer que para ser membro de IVC, o associado necessita ser religioso professo, isto é, o candidato à vida religiosa, após cumprir um período de experiência vocacional, por sua total e integral liberdade e com aprovação do Instituto, professa primeiramente seus votos temporários, e, depois de um novo período de experiência e vivência religiosa, professa os votos perpétuos.

Nesse período de experiência, e mesmo após os votos perpétuos, o religioso professo se dedicará integralmente à vivência do carisma de seu IVC, prestando os serviços que lhe serão destinados por seus superiores, em decorrência do voto de obediência, no atendimento e na promoção do povo de Deus.

Assim, a profissão religiosa se caracteriza pela entrega total da própria vida do religioso professo a Deus, a serviço da coletividade onde for designado a trabalhar. A pessoa doa-se como “voluntário permanente”, sem qualquer pretensão financeira ou material.

Igualmente, para ser membro do IVC e participar de sua diretoria, obrigatoriamente, o candidato precisa se tornar associado. E, para se tornar associado, é preciso

ser religioso professo. Para isso, é necessário que o candidato à vida consagrada tenha vocação e preencha os requisitos religiosos exigidos pelo Código de Direito Canônico (CDC), pelas regras e constituições religiosas e professe os votos de pobreza, castidade e obediência, designados por Conselhos Evangélicos.

O Cânone 654, do CDC, dispõe que “pela profissão religiosa os membros assumem, com voto público, a observância dos três conselhos evangélicos, consagram-se a Deus pelo ministério da Igreja e são incorporados ao instituto com os direitos e deveres definidos pelo direito”. O religioso professo deve viver e observar as disposições contidas no Cânone 662 do mesmo Código: “os religiosos tenham como regra suprema da vida o seguimento de Cristo, proposto no Evangelho e expresso das constituições do próprio instituto”.

No seguimento a Jesus, proposto no Evangelho e expresso no CDC, nas regras e constituições religiosas, o religioso professo desenvolve todo e qualquer trabalho de ensino, educação, saúde e assistência social, objetivando sempre o atendimento, a promoção e a defesa das pessoas, em especial, as mais pobres, carentes e hipossuficientes.

O desprendimento às coisas materiais e a vivência da pobreza religiosa é fato real e concreto na vida do religioso professo. Em decorrência do voto de pobreza e por não receber qualquer tipo de remuneração, o associado é assistido pela entidade em suas necessidades essenciais com base nos direitos fundamentais da pessoa humana.

O religioso professo, por meio da vivência dos votos de obediência, castidade e pobreza, conforme já comentado, se entrega ao serviço de Deus na comunidade onde estiver inserido, promovendo a coletividade sem qualquer interesse econômico e pessoal. Por consequência, sua manutenção é de responsabilidade da entidade a qual pertencer, uma vez que o religioso se tipifica em pessoa desprovida de quaisquer recursos financeiros à sua manutenção. E tal feito encontra guarida na leitura da Constituição Federal

combinada com a legislação ordinária, em especial, a tributária, pois que estas reconhecem o direito ao pleno exercício da liberdade de culto e associação.

Os custos incorridos com a manutenção dos religiosos professos se constituem em despesas da própria atividade da pessoa jurídica a qual esteja vinculado e integrado, tendo em vista que toda a sua vida e suas atividades são desenvolvidas a favor da própria entidade e de seus assistidos.

Os religiosos professos nada recebem pelos serviços que prestam. Seu ideal é servir às pessoas, sem qualquer interesse econômico e financeiro. Esta é a realidade da vida religiosa consagrada.

É importante ficar esclarecido que o custo de manutenção do religioso professo, inclusive o pagamento de sua contribuição obrigatória para a Seguridade Social não significa, de modo algum, remuneração indireta. E não significa, visto que a própria lei nº 6.696/79 e o artigo 214 do decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999 (Diário Oficial da União nº 86 de 07/05/99 - Seção I PG. 50 a 108) – republicado em 12 de maio de 1999, autoriza o pagamento pela entidade da qual religioso professo faça parte.

A lei nº 10.170, de 29 de dezembro de 2000, publicada no Diário Oficial da União de 30 de dezembro de 2000, introduziu parágrafos ao artigo 22 da lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, dispensando as instituições religiosas do recolhimento da contribuição previdenciária incidente sobre o valor pago aos ministros de confissão religiosa, membros de IVC, de congregação ou de ordem religiosa.

Essa lei dispõe ainda que não se considera como remuneração direta ou indireta, para os efeitos legais, os valores gastos pelas entidades religiosas e instituições de ensino vocacional com ministro de confissão religiosa, membros de IVC, de congregação ou de ordem religiosa em face do seu mister religioso ou para sua subsistência desde que fornecidos em condições que independam da natureza e da quantidade do trabalho executado.

Fica claro que a lei estabeleceu que além dos custos para a formação do religioso professo, a entidade pode ainda assumir os custos necessários para que este possa exercer com plenitude sua opção de vida, bastando que seja em face de seu mister religioso.

E como subsistência podemos tomar emprestado o próprio texto constitucional, ao tratar dos Direitos e Garantias Fundamentais das pessoas, que em seu artigo 6º determina como direitos sociais: educação, saúde, trabalho, moradia, lazer, segurança, previdência social e assistência aos desamparados, entre outros.

Isto encerra qualquer discussão, porque todos os religiosos professos da entidade recebem a manutenção de gastos para sua subsistência e para o exercício de sua vida religiosa consagrada vivida em comunidade.

Vários outros dispositivos legais já trataram da manutenção dos religiosos professos, dentre os quais destacamos a Ordem de Serviço INSS/DAF nº 168, de 31 de julho de 1997; a Instrução Normativa INSS/DC nº 100, de 18 de dezembro de 2003 (D.O.U de 30/03/04); e a Ordem de Serviço INSS/DAF nº 210, de 26 de maio de 1999.

Os religiosos professos passaram a poder contribuir para a Seguridade Social pelo decreto-lei nº 66, de 21 de novembro de 1966, na condição de filiado facultativo. Somente pela lei nº 6.696, de 8 de outubro de 1979, passaram a ser equiparados a autônomos e, como tal, segurados obrigatórios da Seguridade Social. Pela lei nº 9.876, de 26 de novembro de 1999, que alterou o artigo 11 da lei nº 8.213, de 1991, criando uma nova categoria de segurado obrigatório, o religioso professo passou a ser classificado como contribuinte obrigatório individual.

Em conclusão, entendemos que o Instituto de Vida Consagrada pode manter seus membros associados, religiosos professos, não se constituindo tal atitude em remuneração ou concessão de benefícios, vantagens ou distribuição de parcelas do patrimônio ou distribuição de lucros. ☺

Em decorrência do voto de pobreza e por não receber qualquer tipo de remuneração, o associado é assistido pela entidade em suas necessidades essenciais com base nos direitos fundamentais da pessoa humana

## O futuro está em nossas mãos



**Forum  
Social da  
Juventude**

*Integração Cultural, Trocas de Experiências,  
Palestras, Debates*

**Bento Gonçalves - RS - Brasil**  
**28 a 31 de julho/2009**

Eixos Temáticos da 3a. edição:

- Educação e Cidadania
- Integração Cultural Planetária e Diversidades
- Meio Ambiente e Mobilidade Social

[www.forumsocialdajuventude.com.br](http://www.forumsocialdajuventude.com.br)



# Sistema Público de Escrituração Digital

## Transparência e credibilidade para as organizações



Alexandre Chiaratti

[alexandre@audisaauditores.com.br](mailto:alexandre@audisaauditores.com.br)

Profissional de auditoria com mais de 12 anos de experiência em organizações do Terceiro Setor, sócio-fundador da Audisa Auditores Associados, bacharel em Ciências Contábeis pela PUC/SP, especialista em Finanças pela FGV. É pós-graduado em gestão de organizações do Terceiro Setor. Cadastro Nacional de Auditores Independentes nº 1.620.



Ivan Pinto

[ivan@audisaauditores.com.br](mailto:ivan@audisaauditores.com.br)

Profissional de auditoria com mais de 12 anos de experiência em organizações do Terceiro Setor, sócio-fundador da Audisa Auditores Associados, bacharel em Ciências Contábeis. É registrado na CVM através do Ato Declaratório nº 7.710, DOU 08.4.04 e pós-graduado em gestão das Organizações do Terceiro Setor. Cadastro Nacional de Auditores Independentes nº 718.

Quando se fala no Sistema Público de Escrituração Digital (Sped), as organizações apresentam muitas dúvidas. Entre elas, as seguintes:

- O que é o Sped?
- A sua instituição está preparada?
- O que vem por aí?
- O que a sua organização pode fazer para evitar problemas?

Para solucionar essas questões, é importante especificar que o Sped engloba os seguintes itens:

- Escrituração Contábil Digital;
- Escrituração Financeira;
- Livro apuração do Lucro Real;
- Escrituração Fiscal Digital;
- Central de publicações (central de balanços);
- Nota Fiscal Eletrônica;
- Conhecimento de transporte eletrônico;
- Nota Fiscal de Serviços Eletrônica.

Sabe-se que várias instituições do Terceiro Setor já receberam a notificação da Receita Federal do Brasil e devem entregar, até o último dia útil do mês de junho do ano seguinte ao ano-calendário ao qual se refira a escrituração contábil, a Escrituração Contábil Digital (ECD) através do Sped.

O Sped tem como objetivos principais racionalizar e uniformizar as obrigações acessórias, padronizar as informações contábeis e fiscais, realizar a fiscalização mais efetiva com cruzamentos de dados e garantir o acesso às informações. Esse sistema foi instituído pelo decreto federal nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007.

As obrigações acessórias estão muito em evidência para as organizações do Terceiro Setor, no qual foram destacadas alterações nas legislações aplicáveis. Um

exemplo é a medida provisória nº 446/08, rejeitada em fevereiro de 2009. Por esse motivo, acredita-se que as futuras legislações serão cada vez mais rígidas e controladoras.

### Objetivo

O Sped dará à Receita Federal do Brasil pleno acesso a essas informações e, por conseguinte, ao seu cumprimento. Assim, o sistema fará a substituição dos livros-diários, razão e auxiliares da entidade, documentos antes impressos, pelo formato digital determinado pela Receita Federal. A mudança abrangerá os órgãos Federais, Estaduais e municipais.

Os papéis que, por longa data, deram sustentação aos controles contábeis e fiscais, migram para o meio eletrônico em um caminho sem volta para todas as organizações, transformando radicalmente a gestão contábil e outras obrigações acessórias.

Salientamos alguns fatores com a adesão ao Sped:

- Após a adesão, não há a possibilidade de retorno ao padrão anterior;
- Eventual engano no envio de uma determinada informação ao Fisco não é passível de correção imediata, podendo resultar em autuação;
- O Sped traz à tona a forma de atuação (gestão) da entidade, o que traz resultados positivos àquelas que nada têm a esconder: maior transparência, credibilidade e sustentabilidade (comprovação on-line das gratuidades concedidas).

### Como evitar problemas

Ao acompanhar o governo em suas esferas Federal, Estadual e municipal, vemos o pleno desenvolvimento dos seus procedimentos e controles buscando muito mais agilidade e eficiência. Entre esses procedimentos,

podem-se citar o Sped e os investimentos constantes em treinamento pessoal.

As organizações também precisam investir e se preparar para essas constantes mudanças. Dessa forma, a grande aliada das entidades nesse processo poderá ser a auditoria externa, que trabalha prevenindo e evitando o acontecimento de falhas e proporcionando a correção de erros em tempo hábil (antes do envio do Sped). A auditoria externa busca e avalia constantemente o sistema contábil e de controles internos. Vale lembrar que o trabalho preventivo proporcionado pelo serviço externo costuma ser um investimento muito mais baixo que os gastos posteriores com a fiscalização e processos judiciais.

Algumas sugestões para as organizações na apresentação da ECD:

- Os históricos contábeis devem ser objetivos, descrevendo de maneira clara os fatos ocorridos;
- Foco na qualidade dos dados enviados, pois a ECD não é apenas um arquivo magnético e, sim, a escrituração contábil da entidade;
- Sistemas unificados: contábeis, folha de pagamento, contas a receber, contas a pagar, patrimônio, setor de compras, estoques etc.;
- O sistema da organização deve permitir a validação de informações que antecipem as consistências e os cruzamentos feitos pelo Sped antes do envio das informações.

É importante lembrar que:

- A contabilidade da organização é um instrumento de prova e boa fé que trará resultados positivos ou negativos, conforme a sua elaboração. Qualquer falha em sua escrituração contábil expõe a instituição em um processo de fiscalização;

## Produtos a serem incorporados pelo Sped

### Livros Contábeis

- Diário
- Razão

### ISS

- Apuração ISS

### Bacen

- Balancetes
- IFT
- Publicações

### Central de Balanços

- Demonstrações Contábeis
- Financeiras e Fiscais

### CSLL

- Apuração de CSLL

### CVM

- ITR
- DFP



### PIS/Cofins

- Dacon

### IRPJ

- Lalur

### ICMS

- Apuração ICMS
- GIA

### Susep

- Formulários
- Publicações

### Livros Fiscais

- Entradas
- Saídas
- Inventário

### IPI

- Apuração do IPI
- DIPJ
- DNF
- DIF (Cigarros)
- DIF (Bebidas)
- CDP
- Selos de controle

### Outros

- DIPJ
- DIRF
- DCPMF
- DIF (Papel Imune)

- O fortalecimento dos sistemas de controle internos e contábeis, aliado a um adequado trabalho de auditoria externa, fará toda a diferença, pois minimizará riscos e proporcionará adequação às informações antes do envio à Receita Federal.

O Projeto Sped é um trabalho contínuo que já sofreu alterações nesses três anos de vigência e estará em constante atualização para atender às necessidades das instituições e do Fisco, fato que resultará em adaptações nas legislações vigentes. A Receita Federal terá à disposição todas essas informações.

Link

<http://www1.receita.fazenda.gov.br/>

MARKET ANALYSIS



## EMPRESA DE PESQUISA DE MERCADO ESPECIALIZADA EM ESTUDOS DE INTELIGÊNCIA EM SUSTENTABILIDADE

Monitore os impactos dos programas em investimento social

Entenda as expectativas dos consumidores, *stakeholders* e públicos de interesse

Identifique os indicadores chave de reputação

Responsabilidade Social Corporativa

SponsorTracker

Monitor de Reputação Empresarial

Líder Barômetro

Media Reputation

Barômetro Ambiental

[www.marketanalysis.com.br](http://www.marketanalysis.com.br)

[info@marketanalysis.com.br](mailto:info@marketanalysis.com.br)  
+55 48 3234 5853



# Motivação para

## Diversos fatores impulsionam pessoas

O conceito de motivação tem sido utilizado com diferentes conotações, tornando-se de difícil definição. De modo geral, motivo é tudo aquilo que impulsiona a pessoa a agir de determinada forma, ou pelo menos dá origem a uma propensão, a um comportamento específico. Resumindo, chama-se de motivação tudo o que impele a atividade, seja corporal ou mental. No voluntariado, essa mola propulsora é a solidariedade – a capacidade de agir em benefício do outro.

Muitas são as “forças internas” que nos levam a um trabalho voluntário. Após ouvir pessoas que decidiram doar seu tempo, trabalho e talento e questioná-las sobre motivação, costumamos ter como respostas frases do tipo: “Pode ser divertido e interessante”; “É meu dever ajudar”; “É preciso fazer alguma coisa”; “Eles gostam e precisam de mim”; “Só terão êxito se eu ajudar”; “Desejo explorar essa área para ver se me agrada”.

Cada uma dessas ideias é diferente e originada por forças diversas. Mas todas são importantes e devem ser levadas em consideração quando se desenvolve um projeto de voluntariado.

Pode-se afirmar que essa “chama” que traz o voluntário à organização precisa ser constantemente

alimentada em todas as fases do gerenciamento, e cabe ao coordenador dos voluntários identificar o novo integrante de sua equipe para saber que tipo de ação precisa realizar a fim de continuar a estimulá-lo.

Algumas ferramentas são muito úteis para que o coordenador de voluntários conheça os novos integrantes de seu grupo. A primeira entrevista, quando bem elaborada, já traz dados significativos sobre a personalidade, os valores, os interesses, as motivações etc. A observação da conduta durante o trabalho, o relacionamento com os demais e a capacidade de integração dão informações importantes sobre as formas de motivação e a sua intensidade.

A avaliação é, também, uma ferramenta importante de motivação.

Propicia ao voluntário um *feedback* de seu desempenho e da contribuição que ele deu na obtenção dos resultados. Elogiando seus pontos fortes e sugerindo no que pode melhorar, a avaliação constitui um forte recurso motivador. A instituição, na medida do possível, deve criar situações que respondam às motivações de seus voluntários.


Pode-se considerar o reconhecimento como outro importante fator de motivação, e cada instituição

A instituição, na medida do possível, deve criar situações que respondam às motivações de seus voluntários



# a realizarem ações voluntárias

deverá escolher a melhor forma de fazê-lo. Algumas sugestões são planejar um evento para os voluntários com a diretoria da organização, criar um certificado de reconhecimento, uma carta de agradecimento, indicar voluntários para dar entrevista em veículos de comunicação e organizar passeios culturais comemorativos.

Devemos levar em conta que todo voluntário espera algum tipo de retorno. Dizemos que o trabalho voluntário é hoje um “caminho de mão dupla”. O que motiva esse tipo de trabalho é um sentimento altruísta, mas, até mesmo sem se dar conta, o voluntário espera algo em troca. 

## Motivações para o trabalho voluntário

Listamos algumas razões que levam as pessoas a doarem seu tempo, trabalho e talento:

**Fazer a diferença** - A sensação de realização, de sentir que está contribuindo de alguma forma para a melhoria da qualidade de vida, pode ser a motivação de muitos voluntários.

**Desenvolvimento pessoal** - Adquirir experiências, desenvolver novas habilidades, conhecer o Terceiro Setor, estabelecer novos contatos, fazer novos amigos, buscar crescimento da autoestima, da habilidade de liderança e da autoconfiança são as motivações de outros tantos voluntários.

**Retribuição de algo que recebeu** - Ter recebido atenção e carinho em momentos importantes de sua vida pode motivar pessoas a apoiar, com seu trabalho, organizações sociais ou grupos que proporcionam aos mais carentes algo que receberam.

**Fortalecimento da cidadania** - A possibilidade de influir na construção de uma sociedade mais justa motiva pessoas que acreditam ser responsabilidade de cada um participar da busca de soluções para as questões sociais.

**Motivações religiosas** - Preceitos de religiões que incentivam o trabalho e o amor ao próximo, muitas vezes, podem ser a mola propulsora para o trabalho voluntário.

Existem muitas outras motivações, entre elas querer sentir-se útil e descobrir um sentido na vida, ou usar melhor seu tempo livre.





# A voz do colaborador




O voluntariado empresarial deve ser direcionado pelo colaborador – o contrário pode determinar o fracasso das ações solidárias

**D**e acordo com a Points of Light Foundation, organização norte-americana que incentiva o voluntariado em todo o mundo, “um programa de voluntariado empresarial é o apoio formal e organizado de uma empresa a empregados e aposentados que desejam servir voluntariamente uma comunidade com seu tempo e habilidades”. Ou seja: é o **apoio** ao colaborador. É o funcionário quem participa da estruturação de um programa de voluntariado e quem se responsabiliza pelas ações, atuando com o auxílio da empresa. O contrário – uma empresa que determina o encaminhamento das ações de voluntariado e as oferece a seus colaboradores – pode ser muito negativo para a participação voluntária e social. Vejamos o porquê:

- **O programa empresarial deve preservar a participação facultativa**, isto é, o engajamento dos funcionários não pode ser imposto. Uma empresa que determina o que e quando seus funcionários farão atividades voluntárias cria um vínculo de participação obrigatória e o distancia da solidariedade inerente a essas ações;
- **O trabalho não deve ser recompensado, de forma direta ou indireta** – a recompensa por essas ações, além de descaracterizar a atividade voluntária, faz com que colaboradores engajados e outros com menos interesses “solidários” entrem em um conflito direto, prejudicando as ações voluntárias e até mesmo o trabalho remunerado;
- **O empregado determina, junto com colegas, o público de interesse** – a motivação é um elemento fundamental em um programa de voluntariado empresarial. Mesmo que o público a ser beneficiado,

determinado pelos colaboradores engajados com as atividades voluntárias, não seja o de interesse da empresa na relação com a comunidade, é a possibilidade de escolha que traz o sucesso e a perenidade das atividades.

· **Empresas nem sempre determinam ações “sociais” como mote do voluntário** – exemplos de empresas que tentam envolver seus funcionários em atividades adequadas a interesses comerciais resultam, invariavelmente, em descrédito por parte do colaborador e no enfraquecimento das iniciativas voluntárias na empresa. O programa precisa ser um espaço democrático no qual os voluntários possam debater os rumos a serem seguidos, influir nas decisões, ter a certeza de que o programa pertence aos funcionários.

Destacamos alguns pontos que determinam efetivamente o “naufrágio” ou a falta de adesão a um programa de voluntariado empresarial, porque a experiência do Centro de Ação Voluntária de Curitiba mostra que o insucesso de um programa de incentivo ao voluntariado em um período determina a falta de engajamento às ações sociais da empresa por um longo período. Ao se implantar, desenvolver e apoiar um programa de voluntariado em uma empresa, é preciso ter em mente que o programa pertence aos colaboradores e são eles que determinam o encaminhamento das ações. Não faltam ferramentas para proporcionar esse engajamento que, além de trazer satisfação pessoal para os colaboradores, ainda implicam em benefícios junto à comunidade para a empresa. 

  
**Ação Voluntária**  
CURITIBA - PR

**Link**   
[www.acaovoluntaria.org.br](http://www.acaovoluntaria.org.br)

**e-mail** @   
[acao@acaovoluntaria.org.br](mailto:acao@acaovoluntaria.org.br)

**Telefone**   
(41) 3322-8076



**newdbase** :: ::  
DATABASE MARKETING

## **Conhecimento é a mola propulsora do desenvolvimento**

Pensando em suprir as necessidades das instituições do terceiro setor a Newdbase, após anos de experiência em Database Marketing, conseguiu reunir conhecimento e tecnologia para auxiliá-lo no que tange a banco de dados e informações sobre o perfil de Doadores Efetivos.

Através de pesquisas de mercado com doadores para as instituições neste setor, a Newdbase identificou perfis de pessoas com o hábito de efetuar doações, que reúnem características específicas e importantes diferenciais que os distinguem e que podem ser explorados como novos e efetivos doadores nas sua ações de marketing dirigido.

Se a sua Instituição visa ampliar, melhorar o relacionamento ou obter resultados mais efetivos, entre em contato conosco, nossos consultores terão prazer em ajudá-lo para que você possa atingir seus objetivos.

**Newdbase, Informações com excelência em resultados.**





# A trilha da sustentabilidade

Por Dal Marcondes

**A** evolução do conceito de sustentabilidade passa pela compreensão de um processo histórico que começou na filantropia e evoluiu para uma permanente batalha contra todas as misérias humanas.

Alguns anos atrás, uma empresa era considerada socialmente responsável apenas por cumprir a lei, pagar em dia seus impostos e gerar empregos. Além disso, ela poderia se dedicar a ações de filantropia, nas

quais seus recursos seriam utilizados para mitigar algum tipo de dor social. No entanto, os tempos mudam e as necessidades também. A ação humana não é mais localizada, mas tem impactos muito mais abrangentes e de alcance planetário.

Nos anos 1980, a Organização das Nações Unidas (ONU) encomendou um estudo à então primeira-ministra da Noruega, Gro Brundtland. Esse trabalho foi

publicado em 1987 sob o nome *Relatório Brundtland* ou, em português, *Nosso Futuro Comum*. Foi a primeira vez que um conceito para sustentabilidade foi expresso e mundialmente aceito. De acordo com o relatório, “ser sustentável é conseguir prover as necessidades das gerações presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras em garantir suas próprias necessidades”.

Foi também a primeira vez que um estudo patrocinado pela ONU chegou à conclusão de que é preciso mudar os atuais padrões de produção e consumo adotados pelas diversas sociedades da Terra, de forma a preservar os recursos e serviços ambientais necessários à sobrevivência humana. Desde então, existe um grande movimento de governos, empresas e ONGs que buscam criar parâmetros para o desenvolvimento sustentável.

Um dos parâmetros mais aceitos é o do Triple Bottom Line, que estabelece a necessidade de um equilíbrio entre as ações e resultados econômicos, ambientais e sociais das organizações. Ou seja, uma organização sustentável precisa ser economicamente lucrativa, ambientalmente correta e socialmente responsável. E mais, as ações de sustentabilidade precisam ser parte das estruturas de gestão das organizações, e não apenas ações pontuais.

As empresas estão habituadas a realizar ações de filantropia em que doam seus recursos, sejam financeiros ou materiais, para a realização de eventos em prol de terceiros. Essas ações são o primeiro passo de uma escalada em direção à sustentabilidade. Têm apenas o caráter eventual, ou até mesmo de marketing. O segundo passo são as ações de responsabilidade social. Nesse caso, as empresas assumem compromissos e estabelecem metas de desempenho para suas ações socioambientais.

Empresas socialmente responsáveis atuam além das exigências da lei, de forma permanente e como parte de seu planejamento estratégico. Esse é o caso, por exemplo, de organizações que fazem trabalhos de formação profissional para públicos distintos, que têm um relacionamento permanente com seus *stakeholders*. Essas organizações têm a percepção de que existem outros valores desejáveis além do lucro. Sabem, por exemplo, que passivos sociais e ambientais podem ter um


impacto negativo sobre sua marca e cuidam para que eles não existam ou sejam neutralizados.

No entanto, esses são apenas os dois primeiros passos. Existe na Bíblia um antigo provérbio que muito bem se aplica à definição dos conceitos de filantropia, responsabilidade social e sustentabilidade: dar o peixe a quem tem fome é filantropia; ensinar a pescar para garantir o alimento é responsabilidade social; no entanto, cuidar da qualidade da água do rio, preservar suas margens e suas nascentes, cuidar para que não seja poluído e nem assoreado e que existam peixes para sempre é sustentabilidade.

A sustentabilidade é um compromisso com o futuro; não é uma meta que pode ser atingida, mas um caminho que as organizações devem trilhar em busca de melhores soluções para os problemas humanos, sejam eles econômicos, sociais ou ambientais. Esse compromisso

com o futuro se expressa de diversas maneiras e em distintos graus dentro das organizações. O fundamental é que sempre permeie qualquer decisão dentro dos processos de gestão. Nenhuma ação humana ou empresarial está isenta de impactos, e todos eles devem estar previstos de forma que possam ser neutralizados ou minimizados.

Ser sustentável é, portanto, o exercício cotidiano da responsabilidade e a busca permanente por menos e menores riscos e externalidades negativas. E essa forma de gestão deixa de ser apenas uma busca da satisfação dos acionistas para colocar a organização em uma nova trajetória, na qual sua ação passa a ser parte do processo civilizatório que deverá levar a sociedade humana a ter mais e melhor qualidade de vida nos próximos séculos.

A contribuição das empresas para esse processo civilizatório, no qual as organizações têm muito mais recursos e poder do que os Estados, será determinante para mudanças estruturais nos modelos atuais de produção e consumo, nos quais o lucro é um valor absoluto e permanente. A busca pelo lucro deverá seguir movendo as empresas. No entanto, entra na equação um novo componente: o tempo. O lucro espalhado no tempo, com objetivos que garantam a perenidade das empresas. Esse é um novo paradigma que deverá ocupar os corações e as mentes dos gestores. 

Ser sustentável é conseguir prover as necessidades das gerações presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras em garantir suas próprias necessidades

\* Dal Marcondes é editor da *Envolverde*, recebeu o Prêmio Ethos de Jornalismo em 2006 e 2008 e é Jornalista Amigo da Criança pela Agência Andi de Notícias.

  
www.envolverde.org.br



# Gestão corporativa como ferramenta de sucesso



Talita Falcão

talita@mbiasoli.com.br

Consultora da banca MBiasoli Advogados, mestre em Educação pela Universidade de Sorocaba, especialista em Gestão Estratégica de Negócios e professora convidada de Ética e Filosofia do Direito na Faculdade de Direito de Itu.



Ricardo Curia

ricardo@mbiasoli.com.br

Graduado em Direito pela UniFMU - SP - 2004, Especializado em Direito do Terceiro Setor pela Escola Superior de Advocacia - ESA/SP - 2006 e Pós - Graduando em Direito Tributário - PUC - SP . É inscrito na OAB/SP, sob o nº 236.175

**S**ua entidade está preparada para o atual mercado social e a sustentabilidade? Quais são as ações praticadas e metas a curto e médio prazo para o sucesso na gestão e alcance de seus objetivos sociais? Enfim, sua entidade está suficientemente profissionalizada ou ficou para trás?

Apesar de se tratar de um fenômeno relativamente antigo, somente há algumas décadas as instituições se depararam com a necessária profissionalização. O que antes se revelava apenas como altruísmo, hoje ganha força, estruturação e uma sincronia similar a de uma empresa de renome corporativo.

O enfoque pela qualidade do serviço deixou a visão assistencial no passado. A qualidade, além de ser objetivo contínuo das entidades sociais, introduziu o uso eficiente dos recursos e a avaliação da necessidade do público.

É indiscutível o crescimento do Terceiro Setor, haja vista que tais organizações conseguem motivar e envolver seus colaboradores e disseminar seus propósitos, os quais são plenamente assimilados em um ambiente participativo. Contudo, existem aspectos que, em função da própria natureza das atividades desenvolvidas, são deixados para um segundo momento. Daí a necessidade de considerar alguns fatores como de extrema importância para seu constante aperfeiçoamento.

A crescente demanda pela administração profissional do setor acabou por gerar uma consciência no sentido dessas organizações demonstrarem, inclusive, resultados. Não no sentido de lucro ou *market share*, como as empresas convencionais, mas com o objetivo exclusivo de evidenciar a credibilidade de seu trabalho, estabelecendo relações sólidas de parceria, conquistando sua autossustentabilidade e desenvolvimento contínuo de seu projeto social.

Somado a isso, temos a incessante busca pela autossustentabilidade, relevando a implantação de sistemas de gestão que, em última análise, visam a otimizar

processos, possibilitar planejamento estruturado com base na missão, criar estratégias e proceder à tomada de decisões adequadas.

Obviamente, a formação de administradores para o Terceiro Setor deve se adequar ao perfil e às demandas específicas dessas organizações. Entretanto, é essencial conhecer as principais ferramentas e opções de gerenciamento, a fim de consolidar as estratégias às metas das entidades sociais.

## Gestão por competência

Se no contexto organizacional operam-se muitas mudanças, no Terceiro Setor não é diferente. Por isso, as entidades devem estar alinhadas a essas mudanças definindo estratégias eficazes.

Para tanto, elas precisam do valioso “capital humano” e este, por sua vez, deve possuir algumas competências, a fim de representar diferencial, o que certamente auxilia na consolidação da entidade frente ao público.

A gestão por competência enfoca três conceitos básicos: conhecimento (pensar), habilidades (fazer) e atitude das pessoas (ser). Por isso, é importante para as entidades que trabalham desse modo detectar, medir e desenvolver esses tópicos para a realização de processos que compactuem com a missão e visão da organização.

## Gestão para resultados

Trata-se de ferramenta administrativa que, por meio de metodologia própria, alinha planejamento, ação e controle com vistas à eficiência. Dentre as ações desenvolvidas nesse tipo de gestão, podem-se destacar a determinação da direção estratégica e a melhoria contínua do desempenho das atividades.

Determinar a direção estratégica significa criar a missão e definir objetivos estratégicos, levando em consideração a visão e os valores da organização. Essa escolha requer um alto grau de compreensão do ambiente

externo, bem como uma avaliação correta das capacidades e competências da entidade.

A gestão para resultados, além de definir a direção estratégica e estimular programas de mudança, deve garantir que a melhoria contínua seja praticada em cada atividade da organização por meio de planos de ação frequentemente monitorados.

## Análise de cenários

Além de determinar questões estratégicas, é imprescindível analisar o cenário no qual a organização está inserida, visando identificar vulnerabilidades e oportunidades. Este estudo possibilitará à entidade social diagnosticar:

- **Forças:** aspectos positivos da entidade, o que realmente funciona e proporciona resultados.
- **Fraquezas:** pontos negativos e atividades que poderiam ser executadas de outra maneira.
- **Oportunidades:** fatores externos que favorecem a entidade e que podem representar um nicho de atuação.
- **Ameaças:** fatores de risco e vulnerabilidades que podem comprometer sua finalidade social.

Os itens 1 e 2 referem-se ao ambiente interno, enquanto os itens 3 e 4, ao externo. Quanto à análise do ambiente externo, esta deve contemplar elementos tecnológicos, políticos, econômicos, legais, socioculturais, demográficos e ecológicos.

## Metas e monitoramento de desempenho

Ao definir metas de desempenho, é preciso alinhá-las aos objetivos estratégicos da entidade.

Um quantificador de desempenho é composto de um número ou percentual que indica a magnitude, e de uma unidade de medida que dá ao número ou percentual um significado. Os indicadores e os quantificadores devem servir de apoio para detectar as causas e os efeitos de uma ação, e não apenas seus resultados, e devem ser agrupados segundo os objetivos estratégicos.

Já o monitoramento do desempenho avalia se a meta em princípio elencada está sendo desenvolvida e em qual intensidade. Ao monitorar o desempenho é possível coletar alguns indicadores, os quais, por exemplo, podem facilitar a percepção das ações corretivas que a entidade poderá adotar.

## Planejamento estratégico

É por meio do planejamento estratégico que as organizações declaram as metas e estratégias para um

## Características da Governança do Setor Privado versus Sem Fins Lucrativos

	Setor Privado	Sem Fins Lucrativos
<b>Missão</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Crescer a capitalização de mercado através de produtos e serviços</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Oferecer serviços a constituintes-chave</li> </ul>
<b>Indicadores</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Performance financeira</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Performance financeira balanceada com outros indicadores</li> </ul>
<b>Liderança</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O diretor executivo é o chefe único</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O diretor executivo se reporta ao Conselho</li> </ul>
<b>Composição do Conselho</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pequeno</li> <li>• Comitês executivos relativamente limitados em áreas</li> <li>• Comitês eleitos são relativamente inativos</li> <li>• Não tem comitês operacionais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Grandes</li> <li>• Comitês executivos são vitais, mas podem ficar fora de controle</li> <li>• Constantes eleições de comitês de trabalho</li> <li>• Necessidade de comitês operacionais</li> </ul>
<b>Membros do Conselho</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Perfil previsível, normalmente profissionais senior</li> <li>• Regras previsíveis</li> <li>• Horas previsíveis</li> <li>• Longa permanência</li> <li>• Altos salários</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Perfil diverso, normalmente incorporação de doadores potenciais</li> <li>• Regras diversas</li> <li>• Horas antissociais</li> <li>• Alto <i>turn over</i></li> <li>• Expectativa de doação</li> </ul>


Tabela retirada do artigo: *Working on nonprofit Boards*, Harvard Business Review, November - December 1999, pág. 8

determinado período. Ele deve conter a missão e visão da entidade, as principais análises do mercado, os objetivos a curto, médio e longo prazo, e as principais estratégias que serão adotadas para alcançá-los.

O planejamento deve prever metas e estratégias possíveis. De nada adianta propor aos colaboradores desafios intangíveis; isso somente comprometerá a execução do que foi proposto.

## Considerações

A solução dos problemas sociais carece de articulação com diversos segmentos. É imprescindível potencializar as ações e, para tanto, compartilhar informações é de suma importância. Criar rede de contatos e frentes de atuação junto ao poder público e envolver a comunidade local são estratégias que, se bem estruturadas, certamente contribuirão para o alcance das metas da entidade.

É fato que há muito a ser aperfeiçoado na gestão das organizações sem fins lucrativos. Por essa razão, o primeiro passo é promover uma ampla reflexão, com a participação de todos os colaboradores, a fim de mensurar o que a entidade pode aprimorar em termos de governança. 



## Prestação de contas I

As entidades declaradas de Utilidade Pública Federal, as qualificadas como organização da sociedade civil de interesse público (Oscip), além das organizações estrangeiras autorizadas a funcionar no Brasil, devem prestar contas ao Ministério da Justiça (Portaria SNJ nº 24, de 11 de outubro de 2007). Até o dia 30 de abril de 2009, devem prestar contas as entidades declaradas como de Utilidade Pública Federal, sendo que as Oscips e as organizações estrangeiras deverão efetuar a referida prestação até dia 30 de junho de 2009.

 [www.mj.gov.br](http://www.mj.gov.br)



## Prestação de contas II

As instituições beneficiadas com a isenção são obrigadas a apresentar ao órgão do INSS jurisdicionante de sua sede, anualmente, até 30 de abril, relatório circunstanciado de suas atividades no exercício anterior, na forma por ele definida, bem como demais anexos e documentos comprobatórios da entidade (decreto nº 3.048/99). A falta de apresentação do relatório ou de qualquer documento que o acompanhe constitui infração à obrigação acessória.

 [www.mbiasioli.com.br](http://www.mbiasioli.com.br)

## Mercadorias: doações recebidas

As mercadorias destinadas à revenda, independentemente de sua origem, por compra ou doação, compõem o montante das mercadorias em estoque à disposição para venda. As mercadorias recebidas por compra devem ser contabilizadas no estoque em contrapartida à conta de fornecedores ou bancos. Todavia, as mercadorias recebidas em doação, por não haver a obrigação de pagamento, devem ser contabilizadas no estoque em contrapartida à conta de receitas. O registro contábil do recebimento de mercadoria em doação poderia ser assim efetuado: D - Estoque de Mercadorias (Ativo Circulante); C - Mercadorias Recebidas em Doação (Conta de Resultado).

 [www.iob.com.br](http://www.iob.com.br)

## Voluntários sem direitos trabalhistas

O voluntário que recebe salário não tem as garantias e direitos do vínculo trabalhista, segundo entendimento da 1ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho (TST), que rejeitou a relação de emprego entre um colaborador e uma organização social. A 3ª Vara do Trabalho de São Paulo, que não havia reconhecido o vínculo empregatício, negou os pedidos do colaborador, como registro na Carteira de Trabalho, depósitos do FGTS e demais verbas trabalhistas. A decisão foi mantida pelo TST de São Paulo. O relator do processo no TST, ministro Vieira de Mello Filho, observou no parecer que é inadmissível o recurso quando, para se chegar à conclusão pretendida pelo recorrente, seja necessário o reexame de fatos e provas. "Incide, no caso, a súmula 126 do TST", concluiu.

 [www.conjur.com.br](http://www.conjur.com.br)

## Auxílio-creche

O auxílio-creche pago aos empregados, por se tratar de um rendimento tributável (RIR/1999, art. 43), deve, para efeito da legislação do Imposto de Renda (IR), ser incorporado ao salário do beneficiário, estando sujeito à incidência do IR Fonte, com base na tabela progressiva vigente no mês do pagamento dos salários. Contabilmente, é recomendável seguir os lançamentos: 1) pela apropriação da folha de pagamento: D - Salários (CR); D - Auxílio-creche (CR); C - Salários a pagar (PC); 2) pela retenção do IR Fonte: D - Salários a pagar (PC); C - IR Fonte a recolher (PC); 3) pelo pagamento do salário: D - Salários a pagar (PC); C - Caixa ou Bancos Conta Movimento (AC). AC = Ativo Circulante; CR = Conta de Resultado; PC = Passivo Circulante.

 [www.iob.com.br](http://www.iob.com.br)

## PL das Filantrópicas

O projeto de lei do Senado, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social (PLS nº 462/08), pode ser incorporado à proposta do Executivo que trata da mesma matéria (PL nº 3.021/08). Atualmente, o primeiro projeto tramita na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado, e o segundo encontra-se na Comissão de Educação e Cultura da Câmara. De autoria do líder do governo, senador Romero Jucá (PMDB-RR), o PLS nº 462/08 foi apresentado como forma de contornar a medida provisória nº 446/08, que alterava as regras para a certificação de entidades beneficentes de assistência social.

 [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br)

## Correção na DCTF

A Receita Federal anulou as multas por atraso na entrega da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF mensal) referentes aos meses de novembro de 2008, transmitidas no período de 8 a 22 de janeiro de 2009, e de dezembro de 2008, enviadas até 20 de fevereiro de 2009. O procedimento é válido para todos os efeitos legais, não sendo necessário comparecer às unidades da Receita para impugná-las. As multas foram geradas devido ao fato de o art. 7º, inciso I, da Instrução Normativa RFB nº 786/2007, que, até 31 de dezembro de 2008, disciplinava a apresentação da DCTF, ter estabelecido que a DCTF mensal deveria ser apresentada até o quinto dia útil do segundo mês subsequente ao mês de ocorrência dos fatos geradores.

 [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br) / [www.iob.com.br](http://www.iob.com.br)

## Responsabilidade Social I

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados aprovou no dia 1º de abril a criação do Índice Nacional de Responsabilidade Social (INRS). Pela proposta, o INRS deverá ser elaborado pelo governo federal a partir de dados coletados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), envolvendo indicadores capazes de avaliar a evolução de resultados obtidos nas áreas de saúde, educação, distribuição de renda, organização das finanças públicas e desenvolvimento urbano nos Estados, no Distrito Federal e nos municípios.

## Certidão Negativa de Ações Trabalhistas

A internet facilitou o pedido de Certidão Negativa de Existência de Ações Trabalhistas, que agora pode ser feito via on-line. Estão disponíveis as certidões relativas a pessoas físicas ou jurídicas no polo passivo, referentes a processos em andamento da capital paulista. Basta o número do CPF para fazer a solicitação no site do Tribunal, na página Serviços On-line / Solicitação de Certidão. Após dois dias úteis, o documento pode ser retirado na unidade de atendimento, que se encontra no Fórum Trabalhista Ruy Barbosa. O valor é de R\$ 5,53 por folha e pode ser pago no local ou pela internet, devendo ser comprovado no momento da retirada. Certidões sobre processos de outras cidades só podem ser requisitadas e retiradas no local.

 [www.trt02.gov.br](http://www.trt02.gov.br)

## Imposto de Renda

Isenção do Imposto de Renda em programa de demissão voluntária vale para empregados do setor público e privado, segundo decisão da 1ª Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) ao julgar recurso interposto pela Fazenda Nacional. O relator do recurso, ministro Luiz Fux, citou a súmula nº 215 do STJ, que explica que a indenização recebida por adesão ao programa não está sujeita à incidência do Imposto de Renda e não faz distinção entre empregados do setor público e privado. De acordo com o ministro, como a Corte possui precedentes pela isenção e pela incidência do Imposto de Renda, a matéria precisava ser pacificada.

 [www.conjur.com.br](http://www.conjur.com.br)

## Adicional de insalubridade

O Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo (2ª Região) determinou que o adicional de insalubridade deve continuar sendo calculado com base no salário mínimo, até que seja superada a inconstitucionalidade com edição de lei ou celebração de norma coletiva, embora a súmula vinculante nº 4 do Supremo Tribunal Federal tenha determinado que “salvo nos casos previstos na constituição, o salário mínimo não pode ser usado como indexador de base de cálculo de vantagem de servidor público ou de empregado, nem ser substituído por decisão judicial”.

 [www.trt02.gov.br](http://www.trt02.gov.br)

## Responsabilidade Social II

Quando não for atingido nível satisfatório nas áreas analisadas, o Estado ou município será incluído em cadastro específico e receberá atenção prioritária na elaboração de políticas públicas a cargo do governo federal. Além disso, de acordo com a proposta, haverá apuração de responsabilidades no campo administrativo, cível e penal pelas deficiências encontradas. O texto aprovado é um substitutivo do relator, deputado Pedro Henry (PP-MT), ao projeto de lei nº 64/07, do deputado Vanderlei Macris (PSDB-SP). O projeto tramita em caráter conclusivo e ainda será analisado pelas comissões de Seguridade Social e Família; e de Constituição e Justiça e de Cidadania, e deve ser aprovado definitivamente sem problemas.

 [www.camara.gov.br](http://www.camara.gov.br)

## Pedido de demissão

A 8ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho (TST) confirmou o entendimento da Justiça do Trabalho do Rio de Janeiro ao considerar que o documento “carta” é insuficiente para comprovar a intenção do funcionário de se demitir. No caso examinado, a 9ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro verificou que o texto do pedido de demissão de um empregado fora escrito com caneta diferente daquela da assinatura e, mais ainda, que as caligrafias eram distintas. Por isso, a segunda instância concluiu que o trabalhador não pediu demissão e que a iniciativa da rescisão contratual foi do empregador.

 [www.estadao.com.br](http://www.estadao.com.br)

## Aviso prévio

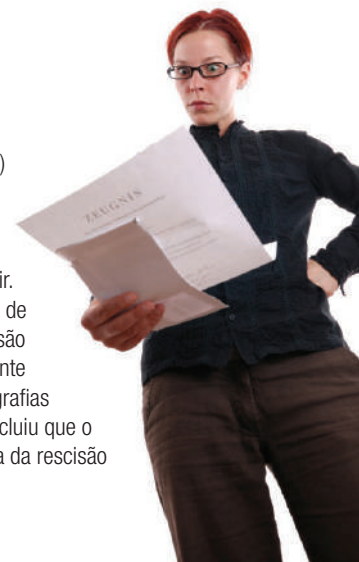
O trabalhador não deve contar com prazo de aviso prévio em ação que pede vínculo de emprego. O prazo de dois anos para ingressar em juízo previsto na Constituição deve ser contado a partir da data da dispensa, e não da data de um eventual aviso prévio. O entendimento é da 2ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho, que manteve os efeitos da prescrição total declarada pelas instâncias ordinárias da Justiça paulista de um trabalhador contra duas instituições financeiras.

 [www.conjur.com.br](http://www.conjur.com.br)

## Nova Resolução do CNAS

A resolução nº 22 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), publicada no dia 4 de março, alterou os incisos I e II no anexo I da resolução CNAS nº 191/2005, os quais passaram a determinar como obrigatória a inscrição no Conselho Municipal para o pedido de registro e Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, exclusivamente para as entidades de assistência social. As organizações que não se enquadram na regulamentação do art. 3º da Lei Orgânica de Assistência Social (Loas) devem buscar o credenciamento em conselhos e/ou órgãos municipais competentes.

 [www.mbiasoli.com.br](http://www.mbiasoli.com.br)





### 1 **A organização que tem problema fiscal precisa fazer depósito prévio para interpor recurso administrativo?**

Segundo a primeira seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que aprovou a súmula nº 373, “é ilegítima a exigência de depósito prévio para admissibilidade de recurso administrativo”. A tese já é consolidada no âmbito de ambas as turmas de Direito Público da Corte, que consideraram como precedentes julgamentos proferidos em diversos recursos especiais, nos quais “a exigência de depósito prévio de 30% do valor da exigência fiscal, como condição de admissibilidade do recurso administrativo, é ilegítima, em face da inarredável garantia constitucional da ampla defesa”.

### 2 **Como fica o cenário das filantrópicas após a rejeição da MP nº 446/2008?**

O Plenário rejeitou a medida provisória (MP) nº 446/08, que renovava automaticamente todos os Certificados de Entidade Beneficente de Assistência Social (Cebas). Dessa forma, é preciso aguardar a redação do decreto legislativo que regulará os efeitos da MP enquanto este estiver vigente. Entretanto, ressalta-se que, com a queda da MP nº 446/08, volta com força plena a norma que a antecedia, ou seja, está vigente no ordenamento atualmente o decreto nº 2536/98.

### 3 **A instituição que não entrou no Cadastro Nacional de Entidades de Utilidade Pública (CNEs) do Ministério da Justiça terá algum prejuízo?**

O Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação (Dejus) não pode receber as prestações de contas que não sejam encaminhadas por meio do CNEs/MJ. Portanto, nos termos da portaria SNJ nº 24, devem-se cadastrar obrigatoriamente no CNEs/MJ as entidades declaradas de Utilidade Pública Federal, as entidades qualificadas como organização da sociedade civil de interesse público (Oscip), além das organizações estrangeiras autorizadas a funcionarem no Brasil. O prejuízo se verifica na ausência de certidão de regularidade, uma vez que, enquanto a organização não se cadastrar e, por consequência, não apresentar a prestação anual de contas, estará irregular perante o órgão. É importante salientar que não se pode considerar como “prestação de contas válida” um documento impresso enviado ao Ministério da Justiça, mesmo que se trate do rascunho da prestação de contas exigida. Para efetuar o cadastro no CNEs, basta acessar o site eletrônico do Ministério da Justiça. [www.mj.gov.br/cnes](http://www.mj.gov.br/cnes)

### 4 **Que atividades desenvolvidas para a comunidade podem ser consideradas assistenciais?**

Antes de começar esse assunto, é fundamental averiguar sobre o que dispõe a Lei Orgânica de Assistência Social (Loas) sobre as finalidades da assistência social: “Art. 1º – A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é política de seguridade social não contributiva que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas”. Sendo assim, a própria legislação elenca os objetivos da assistência social, sendo eles: I – a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; II – o amparo às crianças e adolescentes carentes; III – a promoção da integração ao mercado de trabalho; IV – a habilitação e a reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária. Assim, o programa ou atividade que destoar dos preceitos normativos não poderá ser caracterizado como assistencial.

### 5 **Quais são os benefícios fiscais concedidos às entidades de ensino superior que aderem ao Prouni?**

O Prouni apresenta a possibilidade de isenção tributária, disposta no artigo 8º da lei nº 11.906/2005, a qual prevê que, durante o período de vigência do termo de adesão, não incidirá Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social e Contribuição para o Programa de Integração Social. Além desses benefícios, é fato que as organizações que aderem ao Prouni contribuem com programa de natureza pública, o qual visa à inserção de jovens em estado de vulnerabilidade social no ensino superior.

### 6 **É possível requerer o cancelamento da qualificação de Oscip?**

A instituição pode requerer, a qualquer tempo, o cancelamento de sua qualificação como Oscip. Contudo, o pedido deve ser muito bem formulado, para que não haja qualquer dúvida no momento de sua análise. O representante legal deve provar sua condição por meio do envio, juntamente ao pedido de cancelamento, da ata da eleição que o nomeou. Deve-se observar, ainda, se a entidade recebeu subvenção ou acervo patrimonial público, ocasião na qual deverão ser apresentadas declarações específicas, nos moldes da lei nº 9.790/99, sob pena do Departamento de Justiça (Dejus) encaminhar denúncia ao órgão público competente.

Fonte: Marcos Biasioli e Talita Falcão – Escritório M. Biasioli Advogados Associados.

Maio

Dia	Obrigação	Fato gerador
7	Cadastro Geral de Empregados e Desempregado – Caged (1ª via)	Enviar ao Ministério do Trabalho a relação de admissões e desligamentos ocorridos em abril/09
	FGTS	Depósitos relativos à remuneração de abril/09
	GPS	Envio da cópia da Guia da Previdência Social (GPS) relativa à competência abril/09 ao sindicato representativo da categoria profissional mais numerosa entre os empregados
15	CSLL, Cofins e PIS/Pasep	Pagamento dos valores retidos da CSLL, da Cofins e da contribuição para o PIS/Pasep sobre os pagamentos a pessoas jurídicas ocorridos no período de 16 a 30 de abril
20	Previdência Social (INSS)	Recolhimento das contribuições previdenciárias relativas à competência abril/09 devidas pelas empresas, inclusive aquelas retidas sobre cessão de mão-de-obra ou empreitada e a descontada do contribuinte individual que tenha prestado serviço à empresa. Contribuições devidas pelos contribuintes individuais, pelos facultativos e pelo especial que tenham optado pelo recolhimento na condição de contribuinte individual, bem como o empregador doméstico (contribuição do empregado e do empregador)
	IRRF	Pagamento do Imposto de Renda Retido na Fonte correspondente aos fatos geradores ocorridos em abril
22	DCTF mensal	Prazo de entrega da declaração pela internet, sem multa referente aos fatos geradores ocorridos em março/09
25	Cofins	Pagamento da contribuição cujos fatos geradores ocorreram em abril/09
	PIS/Pasep	Pagamento da contribuição cujos fatos geradores ocorreram em abril/09
29	CSLL, Cofins e PIS/Pasep	Pagamento dos valores retidos da CSLL, da Cofins e da contribuição para o PIS/Pasep sobre os pagamentos a pessoas jurídicas ocorridos no período de 1º a 15 de abril
	DES	Entrega da Declaração Eletrônica de Serviços (município de São Paulo) correspondente aos fatos geradores ocorridos em março/09
	Contribuição sindical	Recolhimento das contribuições descontadas dos empregados em abril/09. Consultar a respectiva entidade sindical, que pode fixar prazo diverso
	IRPF - quota	Pagamento da 2ª quota do imposto apurado pelas pessoas físicas na Declaração de Ajuste relativa ao ano-calendário de 2008, acrescida de juro de 1%

Junho

Dia	Obrigação	Fato gerador
5	GPS	Envio da cópia da Guia da Previdência Social (GPS) relativa à competência maio/09 ao sindicato representativo da categoria profissional mais numerosa entre os empregados
	Cadastro Geral de Empregados e Desempregado – Caged (1ª via)	Enviar ao Ministério do Trabalho a relação de admissões e desligamentos ocorridos em maio/09
	FGTS	Depósitos relativos à remuneração de maio/09
12	CSLL, Cofins e PIS/Pasep	Pagamento dos valores retidos da CSLL, da Cofins e da contribuição para o PIS/Pasep sobre os pagamentos a pessoas jurídicas ocorridos no período de 16 a 30 de maio
	Previdência Social (INSS)	Recolhimento em GPS, da competência maio/08, das contribuições devidas pelos contribuintes individuais, pelos facultativos e pelo especial que tenham optado pelo recolhimento na condição de contribuinte individual, bem como o empregador doméstico (contribuição do empregado e do empregador)
19	IRRF	Pagamento do Imposto de Renda Retido na Fonte correspondente aos fatos geradores ocorridos em maio
	Previdência Social (INSS)	Recolhimento das contribuições previdenciárias relativas à competência maio/09 devidas pelas empresas, inclusive a retida sobre cessão de mão-de-obra ou empreitada e a descontada do contribuinte individual que tenha prestado serviço à empresa. Contribuições devidas pelos contribuintes individuais, pelos facultativos e pelo especial que tenham optado pelo recolhimento na condição de contribuinte individual, bem como o empregador doméstico (contribuição do empregado e do empregador)
22	DCTF mensal	Prazo de entrega da declaração pela internet, sem multa referente aos fatos geradores ocorridos em abril/09
25	Cofins	Pagamento da contribuição cujos fatos geradores ocorreram em maio/09
	PIS/Pasep	Pagamento da contribuição cujos fatos geradores ocorreram em maio/09
30	CSLL, Cofins e PIS/Pasep	Pagamento dos valores retidos da CSLL, da Cofins e da contribuição para o PIS/Pasep sobre os pagamentos a pessoas jurídicas ocorridos no período de 1º a 15 de maio
	DES	Entrega da Declaração Eletrônica de Serviços (município de São Paulo) correspondente aos fatos geradores ocorridos em abril/09
	Contribuição sindical	Recolhimento das contribuições descontadas dos empregados em maio/09. Consultar a respectiva entidade sindical, que pode fixar prazo diverso
	DIPJ	Entrega da DIPJ, relativa ao ano-calendário 2008, pelas pessoas jurídicas sujeitas ao Imposto de Renda com base no lucro real, presumido ou arbitrado, e também as imunes e isentas
	IRPF - quota	Pagamento da 3ª quota do imposto apurado pelas pessoas físicas na Declaração de Ajuste relativa ao ano-calendário de 2008 acrescida de juro de 1%

Tabelas práticas				
Contribuições Previdenciárias (INSS)				
<b>1 – Segurado: empregado, empregado doméstico e trabalhador avulso</b>				
Salário de Contribuição		Alíquota para fins de recolhimento ao INSS	Alíquota para determinação da base de cálculo do IRRF	
de	até	-	-	
-	R\$ 911,70	8 %	8 %	
R\$ 868,30	R\$ 1.519,50	9 %	9 %	
R\$ 1.447,15	R\$ 3.038,99	11 %	11 %	
<b>2 – Segurado: empregado doméstico (tabela para orientação do empregador doméstico)</b>				
Salário de Contribuição		Alíquota para fins de recolhimento ao INSS		
de	até	Empregado	Empregador	Total
-	R\$ 911,70	8 %	12 %	20 %
R\$ 911,71	R\$ 1.519,50	9 %	12 %	21 %
R\$ 1.519,51	R\$ 3.038,99	11 %	12 %	23 %
<b>3 – Segurado: contribuinte individual e facultativo</b>				
A partir da competência abril/03, para os segurados contribuintes (individual e facultativo), o valor da contribuição deverá ser de 20% do salário-base, caso não preste serviço a empresa(s), que poderá variar do limite mínimo ao limite máximo do salário de contribuição				
<b>4 – Salário mínimo</b>				
Período		Valor		
maio/05 a março/06		R\$ 300		
a partir de abril/06		R\$ 350		
a partir de março/08		R\$ 415		
a partir de fevereiro/09		R\$ 465		

IR - Fonte e Carnê Leão (2008)		
Base de cálculo mensal	Alíquota	Parcela a deduzir
até R\$ 1.434,59	-	isento
acima de R\$ 1.434,60 até R\$ 2.150	7,5 %	R\$ 107,59
acima de R\$ 2.150,01 até R\$ 2.866,70	15 %	R\$ 268,84
acima de R\$ 2.866,71 até R\$ 3.582	22,5 %	R\$ 483,84
acima de R\$ 3.582,00	27,5 %	R\$ 662,94

**Deduções admitidas:**

- Por dependente, o valor de R\$ 144,20 por mês.
- Parcela isenta de rendimentos provenientes de aposentadoria e pensão, até o valor de R\$ 1.434,59 por mês, a partir do mês que o contribuinte completou 65 anos de idade.
- As importâncias pagas em dinheiro a título de alimentos ou pensões, em cumprimento do acordo ou decisão judicial, inclusive a prestação de alimentos provisionais.
- As contribuições para a Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios.
- As contribuições às entidades de previdência privada domiciliadas no país, cujo ônus tenha sido do contribuinte, destinadas a custear benefícios complementares semelhantes aos da Previdência Social, no caso de trabalhador com vínculo empregatício, de administradores, aposentados e pensionistas.

**Cálculo do imposto:**

- Base de cálculo: rendimento bruto diminuído das deduções admitidas.
- Valor do imposto: na base de cálculo, aplica-se alíquota correspondente e do resultado subtrai-se a parcela a deduzir.

\* Tabelas sujeitas a alterações.

Fonte: Marcelo Teixeira – CRC TC – 1SP224511/O-6, bacharel em direito e contabilista do Escritório Dom Bosco.



# Pelo fim da inadimplência

Estratégias de fidelização diminuem os impactos causados por associados e doadores que deixam de contribuir com as organizações

Por Thaís Iannarelli

**C**ontar com recursos externos para colocar em prática seus projetos faz parte da rotina da maioria das organizações sociais do mundo. Eles podem vir de diversas fontes, como governo, empresas, geração própria, campanhas de captação de recursos e indivíduos. Os últimos são potenciais colaboradores: podem se tornar associados das organizações, ou seja, pessoas que se comprometem a colaborar periodicamente com uma quantia pré-estabelecida e definida.

Porém, quando se trata de pagar mensalidades ou parcelas periódicas, acontece um problema não tão discutido, mas que também afeta o Terceiro Setor: a inadimplência. Isso significa que os associados podem desistir de colaborar e, assim, o recurso esperado pela organização não chega. Para evitar essa situação, planejamento, bom relacionamento e campanhas bem elaboradas são estratégias que devem ser utilizadas.

A WWF e o Greenpeace são exemplos de organizações que realizam campanhas de sucesso. A primeira tem 5 milhões de associados pelo mundo, e a segunda, 2,8 milhões de associados em 41 países. “A experiência mostra que doadores são mais fiéis que empresas. Recebi um relatório do Greenpeace mostrando que, apesar da crise, não houve redução de doadores nesse período em nenhum escritório do mundo”, conta Marcelo Estraviz, presidente da Associação Brasileira de Captadores de Recursos (ABCR).

## Dificuldades

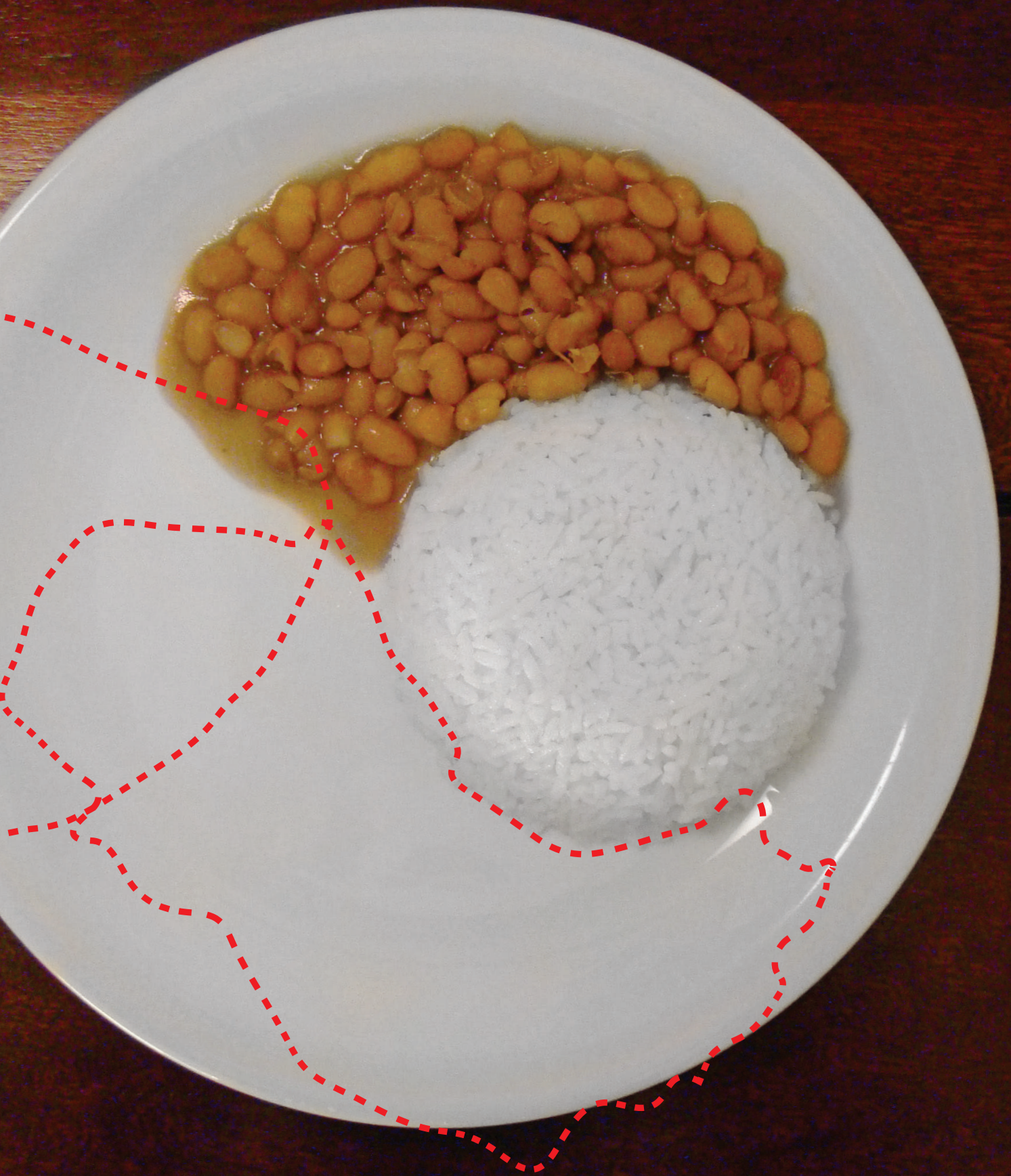
Um dos motivos pelos quais as pessoas têm dificuldades em escolher uma organização para ajudar é poder

ter a confiança de que os recursos serão realmente utilizados para o fim a que se destinam. Isso se deve ao grande crescimento do Terceiro Setor e à proliferação de organizações, que nem sempre são idôneas. Infelizmente, algumas pessoas acabam generalizando a situação e considerando que todas as instituições são, de alguma forma, corruptas. Por isso, é preciso encontrar ferramentas que demonstrem claramente para a sociedade o encaminhamento desses recursos. “Os doadores precisam conhecer os resultados dos programas que são desenvolvidos. Transparência e prestação de contas são fundamentais”, diz Flavia Lang Revkolevsky, gerente de Mobilização de Recursos da Plan Brasil.

Após a captação dos colaboradores, o problema que pode acontecer, especialmente se não houver uma boa campanha de fidelização, é a inadimplência, ou seja, os doadores pararem de fazer a contribuição com a qual se comprometeram. “A doação mensal de associados é uma fonte de renda importante para muitas organizações. Não é tão comum na América do Norte quanto é na Europa, e a taxa de inadimplência é alta – normalmente de 50% nos primeiros três meses de colaboração”, explica Andrew Watt, vice-presidente de Desenvolvimento Internacional da Association of Fundraising Professionals (AFP).

Lidar com essa situação para minimizar o problema é a resposta. “As ONGs que têm um número significativo de associados doadores lidam com isso tranquilamente. Todo mês entram cinco ou seis e saem dois ou três. O que se deve fazer é aumentar constantemente o número de doadores, porque é mais difícil eles saírem do que entrarem”, complementa Estraviz.







## O que pode ser feito?

Um bom começo é fazer uso do envolvimento com a causa. É isso que motiva as pessoas a doarem seu tempo ou dinheiro: a vontade de ver algum problema da sociedade sendo resolvido por uma organização de sua confiança. Segundo Silvia Troncon Rosa, coordenadora de marketing da Fundação Abrinq, “quanto maior o envolvimento dos doadores com a causa e a missão da organização, menor será a inadimplência”.

Contar com uma boa rede de contatos também ajuda. Transmitir a mensagem sobre a sua causa para pessoas conhecidas é uma excelente forma de captar associados. “Aquela típica campanha de ‘traga um novo associado e ganhe uma camiseta’ funciona muito”, comenta Estraviz. Depois, maneiras de manter o doador informado sobre o que é feito não faltam. É possível criar uma newsletter com as notícias da organização, fazer eventos para mostrar os resultados durante o ano etc.

O site da instituição também deve ser completo, e a pessoa deve conseguir se tornar um associado por lá, de maneira prática e rápida. Opções, como associar-se por telefone, fax ou pessoalmente, também devem estar à disposição.

Segundo Mal Warwick, fundador da Mal Warwick Associates, agência de captação de recursos especializada em marketing direto, há alguns itens a serem considerados na hora de lidar com os doadores:

## Por que os associados doam?

- “Acredito na sua causa”
- “Quero fazer a diferença”
- “Seu trabalho responde às minhas necessidades espirituais”
- “Sinto-me bem fazendo parte desse trabalho”
- “Eu conheço você”
- “Já me beneficieei de seus serviços”
- “Você disse ‘obrigado’ da última vez que colaborei”
- “Você me pediu”

## Por que os colaboradores param de ajudar?

- “Você não me pediu para continuar”
- “Não tenho dinheiro no momento”
- “Não confio na sua organização”
- “Sua instituição não faz bom uso do dinheiro”
- “Não compartilho de seus valores”
- “Você me pediu da maneira errada”
- “Já ajudo outras organizações”
- “Simplesmente não estou com vontade”

## Então, o que os doadores querem?

- Serem tratados como seres humanos, não como números estatísticos;
- Gentileza e cortesia em todos os contatos;
- Demonstração de apreço a cada contribuição;
- Reconhecimento;
- Informações que inspirem confiança.

Ao analisar essas observações, é possível realizar um planejamento de como lidar com os associados, para que os problemas levantados no item “Por que os colaboradores param de ajudar” não apareçam.

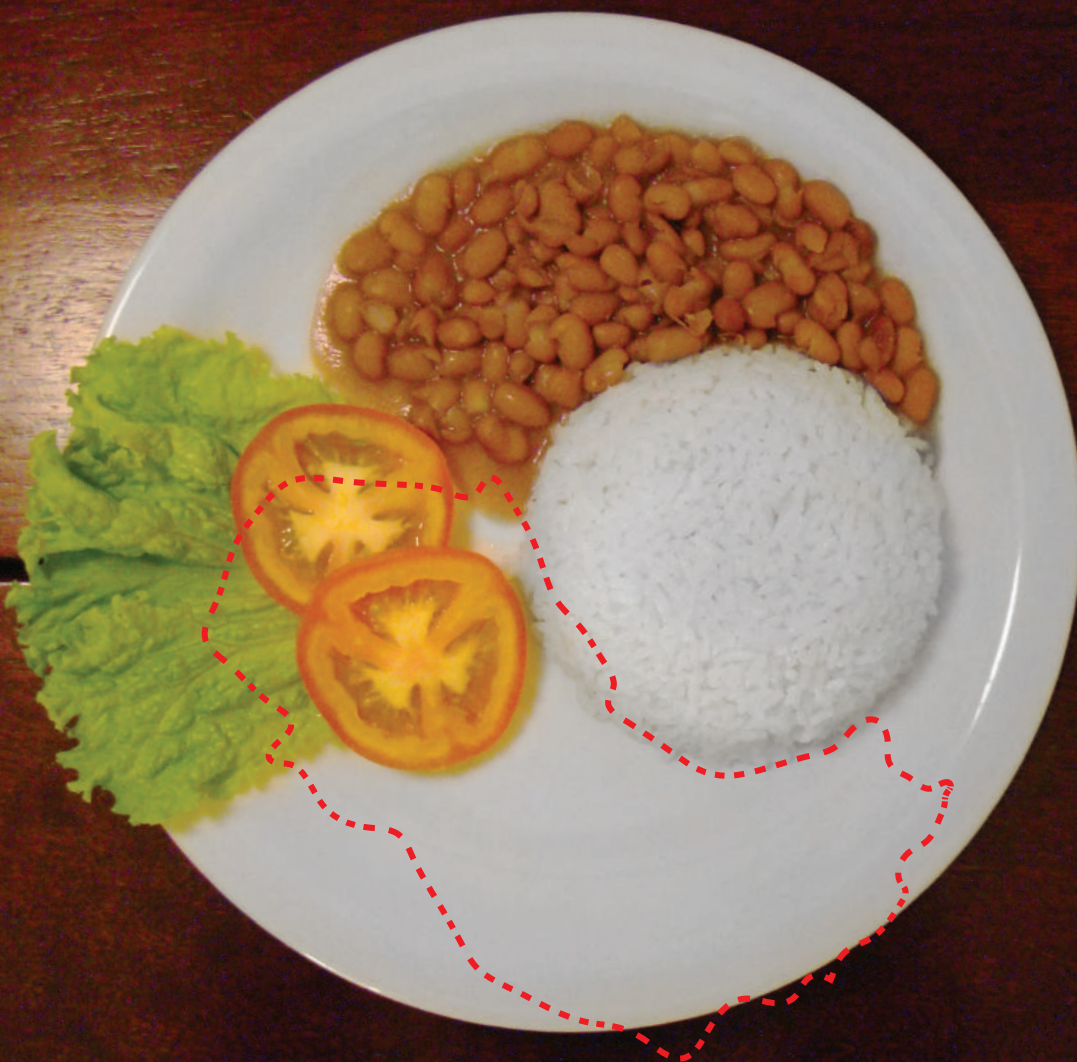
## Fidelizando associados

Para evitar o problema da inadimplência, o mais importante é atuar diretamente com os associados, fazendo com que eles se sintam indivíduos valorizados. Esse processo de fidelização faz com que a pessoa se sinta parte integrante da organização.

Os Doutores da Alegria, organização que leva o bem-estar a crianças internadas em hospitais públicos em São Paulo, no Recife e em Belo Horizonte, tem associados e, para manter sua identidade, conseguiu uma maneira irreverente de informá-los sobre os resultados. “Temos uma gazeta eletrônica com notícias leves sobre as atividades, não como um relatório. Isso ajuda a manter os associados ligados, empáticos à causa. Além disso, há palestras com os doutores, que contam ‘causos’ sobre a ação nos hospitais para os sócios”, diz Luís Vieira da Rocha, diretor-executivo da organização.

Mostrar o que se faz é importante, por isso, o que vale é a criatividade – e-mail-marketing, newsletters, eventos comemorativos e convites para visitar a organização já cumprem o papel de estabelecer a conexão com o colaborador. “Hoje em dia, um informativo pela internet sai de graça. Uma news bem feita resolve o problema e agrada o doador, pois o que ele quer é informação. Eventos de diversas naturezas são uma oportunidade para o associado levar um amigo e dizer orgulhoso: Eu apoio essa entidade”, explica Estraviz.

O contato com a organização sensibiliza o doador, e o trabalho bem realizado, quando visto de perto, não deixa motivos para parar de ajudar. Na Fundação Abrinq, por exemplo, o relacionamento com os doadores é contínuo. “Procuramos reforçar a importância da doação através de informativos, visitas aos projetos apoiados, e-mails de agradecimento, kit de boas vindas, relatórios de prestação de contas e convites periódicos”, explica Silvia.



## Exemplos de quem evita o problema

Algumas instituições que utilizam a doação de associados como forma de captação de recursos têm ferramentas que diminuem muito a inadimplência nos pagamentos.

### Fundação Abrinq

Criada em 1990 com o objetivo de mobilizar a sociedade para questões relacionadas aos direitos da criança e do adolescente, a Fundação Abrinq trabalha com a captação de associados que contribuem com suas atividades. De acordo com Sílvia, “um dos principais pilares de sustentação da fundação são os doadores. Estes podem ser sócios, doando qualquer valor a ser utilizado na manutenção da organização, ou podem adotar financeiramente uma criança, doando R\$ 85 mensais que são integralmente repassados para que mais uma criança seja atendida em um dos projetos apoiados pela Abrinq”.

Campanhas especiais são realizadas para atrair pessoas dispostas a ajudar, dessa forma, com ações de marketing direto, malas diretas, e-mail marketing e

ações na mídia. “Precisamos nos comunicar cada vez mais. Estamos entrando com força na internet também, buscando não só o apoio financeiro, através de doações, mas também a divulgação da causa por meio do chamado ‘cyberativismo’”, explica Sílvia.

### Doutores da Alegria

Famosa por levar alegria a crianças em hospitais públicos, o Doutores da Alegria é uma organização que vive de doações, segundo Luís. “Temos duplas ou trios de palhaços que visitam as crianças internadas nos hospitais duas vezes por semana. Os hospitais não pagam nada, então precisamos de recursos da sociedade”, explica.

Para atrair os associados, a instituição cria experiências para aproximar as pessoas da realidade vivida pelos palhaços nos hospitais. “Fazemos peças teatrais para adultos e crianças, intervenções em empresas e palestras. Isso porque, para nós, a experiência que gera alegria não pode ser explicada em um folder, é importante vivenciá-la, entender a qualidade do trabalho”, explica.

O sócio chega de maneira espontânea, e acontecem diversas ações para mantê-los informados sobre as

É isso que motiva as pessoas a doarem seu tempo ou dinheiro: a vontade de ver algum problema da sociedade sendo resolvido por uma organização de sua confiança



## Inadimplência no sistema educacional

As escolas e universidades são instituições que convivem muito com o problema da inadimplência. Pela lei nº 9.870/99, uma matrícula não pode ser recusada em função disso. Segundo Custódio Pereira, presidente das Faculdades Integradas Rio Branco, “a inadimplência tem sido um grande problema nas instituições de ensino superior brasileiras. Além de elevada, não mostra sinais de redução. Pelo contrário, acredito que, com a crise, esse problema será agravado”, diz.

Em 2009, as mensalidades aumentaram 10% em relação ao ano passado, e a inadimplência é um dos principais motivos apresentados pelas instituições privadas de ensino para o aumento. “O problema pode ser diminuído, ou até resolvido, se o setor tiver mecanismos ou alternativas de financiamento, com baixos custos aos alunos. Considerando que a educação é prioridade nacional e que o setor particular representa mais de 70% em número de alunos e profissionais, precisaria receber mais apoio dos órgãos de financiamento de longo prazo”, diz Custódio.

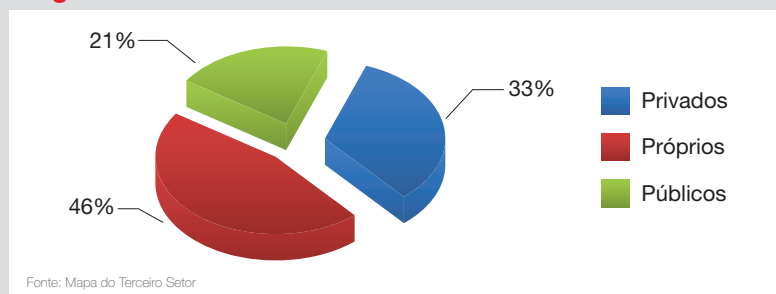
## De onde vêm os recursos?

De acordo com dados do Mapa do Terceiro Setor, até 2005, a origem dos recursos das organizações era dividida da seguinte maneira:

Fonte de Recurso	%
Doação pessoa jurídica	29,6
Doação pessoa física	13,8
Associados	10,4
Eventos	9,9
Geração de renda (venda de produtos e serviços)	9,1
Campanhas	8,1
Convênios e subvenções governamentais	6,7
Convênios e subvenções de empresas	2,7
Aplicações financeiras	2,4
Doação de organizações filantrópicas	2,4
Doação de organizações internacionais	1,9
Outros	1,6
Retorno financeiro sobre patrimônio próprio (aluguel)	1,3

Dentre as 4.546 organizações que responderam à pesquisa, 43% utilizam as doações de pessoas físicas e jurídicas como fonte de recurso, e 10% recebem apoio dos associados.

## Origem dos recursos



atividades. De acordo com Luís, “na medida em que mostramos os resultados para o doador, não como prestação de contas, mas como possibilidade de ele experimentar essa relação, ou seja, o encontro do palhaço na situação adversa, conseguimos uma boa captação de sócios”.

## Plan Brasil

Organização de desenvolvimento comunitário que, no Brasil, defende os direitos de crianças e adolescentes nos Estados de Pernambuco e Maranhão, a Plan Brasil trabalha com associados e passa pelo problema da inadimplência, especialmente entre os doadores que contribuem por meio de boleto bancário. “Mesmo assim, temos uma estratégia especial para lembrá-los das datas das contribuições”, explica Flávia Lang.

A técnica de captar recursos por associados é muito valorizada na organização. “Acreditamos que todas as pessoas podem contribuir. Se todos ajudarem com um valor pequeno, a soma do esforço geral terá um impacto grande. Por isso, pedimos contribuições mensais a partir de R\$ 11, mas é possível colaborar com valores maiores e menores também”, explica.

A campanha para atingir esse público também é específica. O objetivo é levar as pessoas a conhecerem a causa, que, no caso, é a defesa dos direitos. “Foram desenvolvidos vídeos para TV e internet, banners para sites, *spots* de rádio e anúncios sobre o assunto, tudo isso com parcerias com veículos de comunicação para a publicação gratuita da causa”, diz Flávia. “Para manter os associados, utilizamos e-mails com notícias e, semestralmente, fazemos uma revista que conta a história das crianças participantes dos programas”.

Em relação às formas de se associar, o site da Plan Brasil oferece diferentes opções. É possível imprimir e enviar um formulário impresso pelo correio ou por fax e cadastrar-se por telefone ou pela internet.

## Obrigatoriedade do pagamento

Mesmo com tantas iniciativas para evitar que a inadimplência aconteça, o problema continuará existindo, em maior ou menor proporção. Por isso, é importante saber o que diz a lei sobre a obrigatoriedade ou não de pagar a quantia a ser doada por quem assume esse compromisso.

De acordo com Talita Falcão, advogada do escritório M. Biasioli Advogados Associados, a contribuição do associado varia de acordo com o que está estabelecido no Estatuto Social. “Ao confeccionar seu Estatuto, cada instituição classifica diversos tipos de associados



– beneméritos, contribuintes, efetivos, entre outros. Assim, pode dispor da melhor forma que lhe convier sobre a obrigatoriedade da contribuição. Se um Estatuto dispõe sobre a obrigatoriedade de cobrança para uma determinada classe de associado, consubstanciado no pedido para aceitação desse colaborador na organização, é possível, sim, cobrar tais valores sob pena de exclusão do quadro associativo”.

De acordo com artigo publicado pela AFP, uma promessa de doação pode se tornar um contrato legal, mas as leis variam dependendo do país e da cidade em que se está. Ainda segundo o texto, embora muitas organizações tenham o direito de processar os inadimplentes, a maioria delas não o faz, principalmente por medo de perder outros colaboradores e de passar a imagem de serem gananciosas.


Para evitar essa situação desconfortável, há algumas iniciativas que as instituições podem tomar:

- Assegure-se de que seus doadores entendam o impacto do ato de não doar. Eles devem saber que as atividades realizadas podem ser prejudicadas sem a colaboração deles;

- Procure obter alguma declaração escrita sobre a colaboração, como um formulário, quando a doação tiver um alto valor;
- Se a inadimplência criar grandes problemas para a organização, divulgue o fato para que o público fique ciente do impacto da situação.

## Diferentes fontes

Contar com o apoio de associados para realizar a missão da sua organização é uma ação muito importante para o Terceiro Setor. Ela estabelece o contato entre a instituição e a sociedade, fazendo com que haja uma grande interação entre elas. “Acho fundamental que as organizações tenham doadores individuais. Por mais trabalho que isso dê, quanto mais apoiadores, mais legítima uma entidade se torna”, completa Estraviz.

Porém, essa estratégia deve ser uma das várias entre as formas de captação de recursos utilizadas. Diversificar as fontes é a melhor maneira de alcançar a sustentabilidade das instituições. Especialmente neste momento de crise, que pode afetar as doações ao Terceiro Setor, essa estratégia é ainda mais importante. 

Links 

[www.afpnet.org](http://www.afpnet.org)  
[www.captacao.org](http://www.captacao.org)  
[www.doutoresdaalegria.org.br](http://www.doutoresdaalegria.org.br)  
[www.fundabrinq.org.br](http://www.fundabrinq.org.br)  
[www.marwarwick.com](http://www.marwarwick.com)  
[www.plan.org.br](http://www.plan.org.br)





# Por uma vida

Por Valeuska de Vassimon

**S**e alguém lhe dissesse que você tem a chance de salvar ou melhorar a qualidade de vida de pelo menos 25 pessoas, o que você faria? Você imaginaria que dispõe do “poder” de fazer uma pessoa voltar a enxergar, respirar ou mesmo ter um coração que bate forte e saudável como o seu bate agora?

Embora cada vez mais presente na mídia e divulgada por organizações não-governamentais, a doação de órgãos ainda é um tabu a ser enfrentado. Seja por questões religiosas ou por falta de informações, muitas pessoas não reconhecem a importância do tema.

“Eu mesma não entendia nada sobre hemodiálise, transplante ou lista de espera até receber um rim”, conta Anna Paula Reinelt Marques, diretora de Relações Públicas da ONG Doe Vida. A associação foi criada em 2003, em Holambra, São Paulo, diante do desespero de Izilda Cristina Reinelt, mãe de Anna Paula e de outras duas irmãs, todas em busca de um rim na ocasião. Após intensa repercussão na mídia, Izilda resolveu defender a causa desmitificando questões relacionadas ao tema.

“Nossa principal dificuldade, hoje, é enfrentar a falta de interesse de uma parcela da população e a burocracia que envolve a questão. Tem gente que quer doar e não consegue e, ao enfrentar tamanha burocracia, desiste”, afirma Anna Paula.

De fato, o órgão do doador enfrenta uma longa jornada até o receptor. Após o diagnóstico de morte encefálica, caso a família do paciente autorize a doação de órgãos, a Central de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos (CNCDO) é acionada pelo médico. Cada Estado tem uma central que coordena a captação e alocação dos órgãos, baseada em fila única, Estadual ou

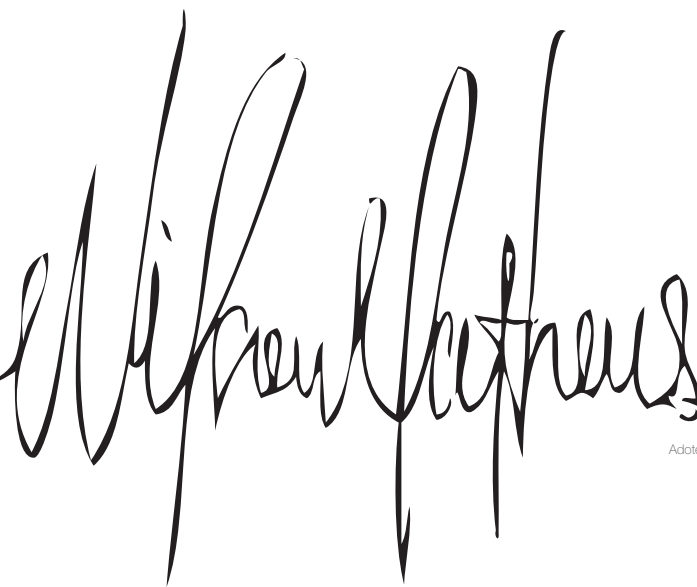
regional. Ela deve dar uma resposta o mais brevemente possível ao hospital, já que somente após uma avaliação detalhada dos órgãos do potencial doador e da compatibilidade com o receptor é que o processo pode ter continuidade.

Segundo o médico Ronaldo Santos, coordenador de Transplantes do Incor, hospital que mais faz transplantes no Brasil, de cada 2 mil corações doados, apenas 500 têm condições de serem usados e somente 150 são direcionados para o transplante. Diante de números tão baixos, a cada dez pessoas na fila do transplante, seis morrem antes de receber um coração.

Para Shirley Alves, de 66 anos, moradora de Monte Alto, no interior de São Paulo, tanta espera teve um final feliz. Após vários exames e consultas sem saber a causa de um mal-estar que já durava oito anos, ela foi diagnosticada com hepatite B em estágio avançado. “Eu fiz todo o tratamento em São Paulo, mas levei quatro anos e meio para ser atendida. Nesse tempo todo, fui chamada duas vezes para um possível transplante, mas o fígado do doador não era compatível com o meu”, conta.

Entre idas e vindas à capital, Shirley confessa ter perdido a esperança em vários momentos. “Eu achava que não ia conseguir, porque cheguei a ficar com menos de 10% de vida”. Hoje, três anos após o transplante e totalmente saudável, ela diz que “come até pedra que não faz mal” e confessa ter apenas um desejo: “Eu só peço a Deus que ele (doador) esteja bem onde estiver. É uma vida que se foi para gerar outra”.

Para o goiano Mauri Rodrigues Alves, 46 anos, a espera não foi tão longa. Nascido com um problema na córnea direita, ele afirma ter esperado apenas seis



Adote

## A doação de órgãos transforma vidas e depende de você

meses na fila. “Eu fui muito bem atendido e achei todo o procedimento rápido, mas ainda assim acho que falta mais divulgação sobre o tema no país”, afirma.

Alves não está equivocado. Segundo a Associação Brasileira de Transplante de Órgãos (ABTO), a cada oito potenciais doadores de órgãos, apenas um é notificado. Ainda assim, o Brasil é o segundo país do mundo em número de transplantes realizados por ano, sendo mais de 90% pelo Sistema Único de Saúde (SUS). A maioria dos planos privados de saúde não cobre esse tipo de tratamento, que pode variar entre R\$ 1.000 (transplante de córnea) e quase R\$ 60 mil (medula óssea).

### Divulgando o tema

Por meio da divulgação de dados como esse, a Aliança Brasileira pela Doação de Órgão e Tecidos (Adote) foi criada em 1998, com a missão de promover mudanças de atitudes e valores da sociedade e do Estado em relação ao tema.


“Todas as nossas ações são direcionadas ao cumprimento dos objetivos definidos em relação ao governo, à sociedade, aos profissionais de saúde e usuários em geral. Elas compreendem a manutenção de um canal de comunicação com a população através da internet (o site tem meio milhão de acessos por ano), produção de artigos sobre o processo doação-transplante, orientação de monografias e outros trabalhos de natureza acadêmica, pesquisa de opinião e realização de palestras em escolas, simpósios etc.”, conta Francisco Neto de Assis, diretor da organização.

A Adote fica em Pelotas, no Rio Grande do Sul, Estado com uma média de dez a 12 doadores por

Veja os resultados da Lei da Vida (lei nº 9.434/97), do senador Lúcio Alcântara, em seus dez primeiros anos de vigência:

- Foram feitos mais de **100 mil** transplantes no Brasil – **40 mil** de órgãos sólidos (coração, pulmão, fígado, rim, pâncreas) e **60 mil** de tecidos (córnea);
- Quase **60%** dos transplantes renais foram realizados com doador vivo, um dos índices mais elevados do mundo;
- A lista de espera cresceu a uma velocidade de pelo menos **dez** inscrições por dia;
- **60%** dos possíveis doadores foram desperdiçados por falta de notificação do diagnóstico de morte encefálica para as Centrais de Transplante; **44,1%**, pela contraindicação médica; e **37,7%**, pela falta de consentimento da família;
- A lista de espera por transplante de córnea poderia ser zerada nos próximos **365 dias** se cada uma das **528** comissões intra-hospitalares de transplantes captassem pelo menos **26** doadores para atender à capacidade de **29** bancos de olhos e **393** equipes transplantadas autorizadas pelo Sistema Nacional de Transplantes.

milhão – número acima da média do país, de cerca de cinco a seis doadores por milhão. “Não podemos comparar com o desempenho dos Estados do norte do país devido às condições desastrosas de infraestrutura. A doação de pulmão e coração naquela região, por exemplo, é insignificante, por não haver equipes habilitadas para essa modalidade de transplante”, conta Francisco.

Assim como a Adote, a ONG Doe Vida disponibiliza em seu site camisetas, adesivos e diversos produtos cuja renda é revertida para manter a organização, que conta com a ajuda de voluntários e profissionais da saúde. “A venda dos produtos do site é revertida para a doação de cestas básicas a renais crônicos”, conta Anna Paula, que realiza cerca de 250 doações por mês. 

Links   
[www.adote.org.br](http://www.adote.org.br)  
[www.doevida.org.br](http://www.doevida.org.br)  
[www.incor.usp.br](http://www.incor.usp.br)



# Pressão pela responsa



Fernando Credidio

[fernando.credidio@futurosustentavel.org.br](mailto:fernando.credidio@futurosustentavel.org.br)

Professor, ensaísta, palestrante, facilitador de cursos em empresas e organizações e consultor em sustentabilidade e responsabilidade socioambiental.

**D**entro do processo de evolução, o conceito de sustentabilidade está incorporando uma série de outras condições, que tendem a criar um mundo melhor. O esforço não se restringe a preservar a natureza ou promover o desenvolvimento econômico e social; ele atinge as relações e o respeito às pessoas. Por isso, são também pré-requisitos para o desenvolvimento sustentável, a estabilidade política, a democracia, a ética e a transparência.

As pressões para que uma empresa seja sustentável, produzindo lucros, mas, ao mesmo tempo, respeitando o meio ambiente e o bem-estar das pessoas, vem de várias frentes. Uma delas é imposta pelo setor financeiro, desde 2002, quando os maiores bancos do mundo se reuniram e definiram um conjunto de normas a serem aplicadas na hora da concessão de crédito. Esses critérios receberam o nome de “Princípios do Equador”. Por eles, só recebe financiamentos a empresa que, entre outras exigências, apresentar projetos que preservem a flora, a fauna e os recursos naturais; que garanta compensações em dinheiro para populações que, eventualmente, sejam afetadas pelo projeto; que garanta a proteção ambiental a comunidades indígenas; e que não faça uso do trabalho infantil ou escravo.

O objetivo é garantir a sustentabilidade, o equilíbrio ambiental, o impacto social e a prevenção de acidentes de percurso que possam causar embaraços no transcorrer dos empreendimentos, reduzindo também o risco de inadimplência.

A cada ano, as normas se tornam mais rígidas com a intenção de a empresa provar que está apta a cumprir esses preceitos, além de permitir auditoria externa sempre que o projeto for considerado de alto risco ambiental e social.

## Transparência é fundamental

A transparência é ponto-chave nessa transformação. No livro *O bom negócio da sustentabilidade*, o autor Fernando Almeida argumenta que tanto as empresas como os governos e organizações da sociedade civil precisam se preocupar com a transparência que, nesse contexto, deve ser entendida como ausência de corrupção ou subsídios, uma vez que esses elementos não são compatíveis com a concorrência existente em um mercado livre e saudável.

Numa empresa, segundo o autor da publicação, transparência significa ouvir e considerar as opiniões e expectativas de todos os públicos com que ela se relaciona. Vale dizer que a empresa precisa dialogar com seus colaboradores e suas famílias, com seus fornecedores, clientes, comunidades e habitantes da região em que atua. Esse é o novo modelo de atitude a ser seguido por corporações que se preocupam com a sua solidez e perenidade.

## Ecoeficiência

Para ser sustentável, uma empresa tem de buscar de modo contínuo em suas decisões a chamada ecoeficiência, ou seja, a possibilidade de produzir mais e melhor seus bens e serviços, com menos poluição e uso de recursos naturais. A ecoeficiência é uma espécie de responsabilidade ambiental corporativa, e toda empresa que pretende abraçar e traduzir esse conceito em ações deve, também, intensificar a reciclagem de materiais e prolongar a durabilidade dos seus produtos – abandonando, assim, a prática da obsolescência planejada (a expectativa curta de duração de algum bem ou produto) – buscando a excelência ambiental.

Além disso, a empresa deve se valer de técnicas avançadas para conhecer bem o seu público consumidor e as suas



## Cada vez mais, um comportamento responsável para com o meio ambiente é cobrado das empresas

necessidades. Dessa forma, poderá produzir na medida certa, reduzindo o desperdício. Mas é fundamental que a alta direção das empresas esteja à frente desse movimento e, com isso, seja capaz de conscientizar não apenas os colaboradores, mas, igualmente, os seus fornecedores e clientes.

### Índice de Sustentabilidade

Além de saber que a empresa é sólida e que vai continuar crescendo e dando lucros aos investidores, outros critérios também devem ser levados em conta na hora de comprar uma ação negociada na Bolsa de Valores. É preciso saber se a empresa é sustentável, ou seja, se além de rentável, ela se preocupa com a preservação do meio ambiente, respeita seus colaboradores, promove e permite o crescimento social, entre outros fatores.

Esse conceito tem sido levado tão a sério que foi criado na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) o Índice de Sustentabilidade das Empresas. Esse índice é composto por diversas empresas, selecionadas entre as mais

negociadas no "pregão" (sessão durante a qual são realizadas as operações nas bolsas de valores e mercadorias). Elas pertencem a diferentes setores econômicos: alimentação, financeiro, transportes, energia elétrica etc.

O índice reflete o desempenho das ações dessas empresas que, para fazer parte desse seletivo grupo, são submetidas à avaliação de um Conselho, liderado pela própria Bovespa. A ideia é que uma empresa sustentável tende a ser rentável e produtiva por um prazo mais longo, pois terá menos problemas com a mídia, com a opinião pública e, principalmente, com a Justiça, seja na esfera ambiental, trabalhista ou social.

O fato é que as pressões para que uma empresa seja sustentável vêm crescendo gradativamente. Nas discussões do dia-a-dia ou *interna corporis* aumenta o número de debates sobre cuidados para a preservação do meio ambiente, desafios para a melhoria de vida e bem-estar social e como conciliar o crescimento econômico com os dois primeiros itens. ↻

Para ser sustentável, uma empresa tem de buscar de modo contínuo em suas decisões a chamada ecoeficiência, ou seja, a possibilidade de produzir mais e melhor seus bens e serviços



Assessoria  
Empresarial e Contábil

Rua do Ouvidor, 130 - sala 614 - Centro  
Rio de Janeiro - RJ - Cep 20040-030  
Tel.:(21) 2210-0859 Fax. (21) 2508-6649

## SUA CONTABILIDADE DO TERCEIRO SETOR NO RIO DE JANEIRO

### Serviços Contábeis Especializados no 3º Setor

- Assessoria de Recursos Humanos do terceiro Setor e Voluntários
- Qualificação do Terceiro Setor: OSCIP, U.P. e outros;
- Assessoria, planejamento e prestação de contas de projetos para Financiadores
- Controle automático e renovação de Certidões Negativas



Informações pela Web com total segurança

[www.r2assessoria.com.br](http://www.r2assessoria.com.br)







# Relatório Anual das DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

## Fundação Valeparaibana de Ensino em 31 de dezembro de 2008 e 2007

Atendendo as disposições estatutárias o Departamento de Planejamento, Administração e Finanças da FVE-DEPLAF, submete a apreciação dos Conselheiros e da Comunidade o relatório das demonstrações financeiras com os pareceres dos Auditores independente da PricewaterhouseCoopers e do Conselho Curador, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008.

Ao longo do ano de 2008 a instituição demonstrou esforço na área educacional com aquisição de modernos recursos audiovisuais e de informática na ordem de R\$ 3.536.253.

Através dos programas sociais, foram criados fortes estímulos para manter os estudantes com carência financeira estudando, em bolsa de estudo, a FVE/Univap concedeu no ano de 2008 o valor de R\$ 10.505.504, beneficiando 2.969 estudantes e em projetos sociais a instituição concedeu o valor de R\$ 5.588.476 beneficiando a comunidade carente de nossa região, perfazendo-se um total de assistência social de R\$ 16.093.980.

*Ailton Teixeira*

Diretor do Dep. de Planejamento, Administração e Finanças da FVE

### DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL EM REAIS

	Patrimônio social	Reserva de reavaliação	Superávits (Déficits) acumulados
<b>Em 31 de dezembro de 2006</b>	5.834.332	100.083.024	(11.285.804)
Absorção pelo patrimônio social	(5.834.332)		5.834.332
Realização da reserva de reavaliação (Nota 4)		(1.814.099)	1.814.099
Déficit das operações			(13.168.764)
<b>Em 31 de dezembro de 2007</b>		98.268.925	(16.806.137)
Ajustes da Lei no. 11.638/07 (Nota 2.1)			(105.556)
Saldo de abertura ajustado		98.268.925	(16.911.693)
Realização da reserva de reavaliação (Nota 4)		(1.650.355)	1.650.355
Superávit das operações			45.661.501
<b>Em 31 de dezembro de 2008</b>		<b>96.618.570</b>	<b>30.400.163</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÕES DO SUPERÁVIT (DÉFICIT) DAS OPERAÇÕES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO EM REAIS

	2008	2007
<b>Receitas operacionais</b>		
Anuidades		
Ensino superior, médio, técnico, fundamental e infantil	58.244.040	61.620.293
Pós-graduação e taxas	3.194.346	3.731.203
Outras receitas	4.106.291	2.709.719
	65.544.677	68.061.215
<b>Despesas operacionais</b>		
Pessoal		
Folha de pagamento e férias	37.813.877	38.507.471
Encargos sociais	3.857.177	3.957.663
(Reversão da) Provisão para contingências(Nota 8 (c))	(43.083.001)	17.912.229
Custeio	7.779.565	8.066.950
Gerais e administrativas	5.218.255	5.266.785
Depreciação de bens do imobilizado	6.794.623	6.284.103
Programa de assistência social (Nota 9)	5.588.476	4.581.112
Provisão para créditos de realização duvidosa	661.760	706.817
	24.630.732	85.283.130
<b>Superávit (Déficit) antes do resultado financeiro</b>	40.913.945	(17.221.915)
Receitas financeiras	5.009.482	4.301.096
Despesas financeiras	(261.926)	(247.945)
<b>Superávit (Déficit) das operações</b>	<b>45.661.501</b>	<b>(13.168.764)</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

### BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO EM REAIS

Ativo	2008	2007	Passivo e patrimônio social	2008	2007
<b>Circulante</b>			<b>Circulante</b>		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)	44.404.063	27.542.109	Financiamentos (Nota 5)	342.778	29.846
Títulos e valores mobiliários (Nota 3)	12.527.004	9.388.257	Fornecedores	559.931	1.010.832
Anuidades a receber	6.160.971	8.175.915	Salários e contribuições sociais	5.157.866	4.303.183
Benefício de pagamento futuro	12.438.078	9.971.137	Recursos destinados à pesquisa científica e inovação tecnológica (Nota 6)	16.572.464	2.063.698
Provisão para créditos de realização duvidosa	(15.718.849)	(15.057.089)	Receitas a apropriar		
Outras contas a receber	1.953.118	421.384	Matrículas recebidas antecipadamente	3.350.548	3.812.625
Estoques (almoarifado)	159.088	173.353	Demais contas a pagar	338.401	487.143
Despesas antecipadas	161.531	179.777		26.321.988	11.707.327
	62.085.004	40.794.843	<b>Não circulante</b>		
<b>Não circulante</b>			Financiamentos (Nota 5)	164.310	401.179
Realizável a longo prazo			Provisão para contingências (Nota 8)	105.768.937	148.885.329
Benefício de pagamento futuro	6.785.805	7.143.807		105.933.247	149.286.508
Investimentos	2.409	2.409	<b>Patrimônio social (Nota 7)</b>		
Imobilizado (Nota 4)	190.400.750	194.515.564	Reserva de reavaliação (Nota 4)	96.618.570	98.268.925
	197.188.964	201.661.780	Superávit (Déficit) acumulados	30.400.163	(16.806.137)
				127.018.733	81.462.788
<b>Total do ativo</b>	<b>259.273.968</b>	<b>242.456.623</b>	<b>Total do passivo e patrimônio social</b>	<b>259.273.968</b>	<b>242.456.623</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Relatório Anual das DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

## Fundação Valeparaibana de Ensino em 31 de dezembro de 2008 e 2007

### DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO EM REAIS

	2008	2007
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Superávit (Déficit) das operações</b>	45.661.501	(13.168.764)
<b>Ajustes</b>		
Depreciação e amortização	7.135.721	6.478.608
Provisão para devedores duvidosos	661.760	706.817
Valor residual do ativo imobilizado baixado	409.790	205.620
(Reversão da) Provisão para contingências	(43.083.001)	17.912.229
	10.785.771	12.134.510
Variações nos ativos e passivos		
Títulos e valores mobiliários	(3.138.747)	5.985.631
Anuidades a receber e benefício de pagamento futuro – curto prazo	(451.997)	(782.191)
Estoques (almoxarifado)	14.265	(14.564)
Outras contas a receber	(1.531.734)	2.086.413
Despesas antecipadas	18.246	21.114
Realizável a longo prazo	358.002	(917.686)
Fornecedores	(450.901)	(667.608)
Salários e contribuições sociais	854.683	257.746
Recursos destinados à pesquisa científica e inovação tecnológica (Nota 6)	14.508.766	(3.786.250)
Demais contas a pagar	(148.742)	36.608
Provisão para contingências	(33.391)	(6.310)
Receitas a apropriar	(462.077)	(586.666)
<b>Caixa proveniente das operações</b>	20.322.144	13.760.747
Juros pagos	(92.176)	(495.821)
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	20.229.968	13.264.926
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>		
Aquisições de bens do ativo imobilizado	(3.536.253)	(2.247.055)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>	(3.536.253)	(2.247.055)
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>		
Amortização de empréstimos	(154.325)	(1.710.584)
Ingressos de empréstimos	322.564	233.678
<b>Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades de financiamentos</b>	168.239	(1.476.906)
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	16.861.954	9.540.965
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>	27.542.109	18.001.144
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício</b>	<b>44.404.063</b>	<b>27.542.109</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007 EM REAIS

#### 1 - Contexto operacional

A Fundação Valeparaibana de Ensino (“Fundação”), com sede na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo, é uma entidade comunitária na sua forma jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem por finalidade manter a UNIVAP - Universidade do Vale do Paraíba, reconhecida pela Portaria Ministerial no. 510/92, de 10. de abril de 1992, do Ministério da Educação e Cultura - MEC, publicada no Diário Oficial da União de 6 de abril de 1992.

A entidade apresentou superávit das operações em 2008 de R\$ 45.661.501, motivado, substancialmente, pela reversão da provisão da contingência da cota patronal e Cofins (8(c-ii)) no montante de R\$ 43.083.001 vis-à-vis déficit das operações em 2007 de R\$ 13.168.764, motivado, substancialmente, pela constituição da provisão da contingência da cota patronal no montante de R\$ 17.912.229.

#### 2 - Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho Curador da entidade em 19 de fevereiro de 2009.

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/76, alterada em certos aspectos pela Lei no. 11.638/07 e Medida Provisória - MP no. 449/08).

Na elaboração das demonstrações financeiras, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Fundação incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, determinações de provisões para créditos de realização duvidosa e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

#### 2.1 Alteração na Lei das Sociedades por Ações

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei no. 11.638, alterada pela Medida Provisória - MP no. 449, de 4 de dezembro de 2008, que modificaram e introduziram novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações. Essa Lei e a referida MP tiveram como principal objetivo atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das

práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade que são emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”. A aplicação das referidas Lei e MP é obrigatória para demonstrações financeiras anuais de exercícios iniciados em ou após 1o. de janeiro de 2008.

As mudanças na Lei das Sociedades por Ações trouxeram o seguinte principal impacto nas demonstrações financeiras da Fundação:

(a) Arrendamento financeiro – determinados bens tangíveis da Fundação, arrendados com diversos bancos, foram registrados no imobilizado e o correspondente saldo devedor, na rubrica “Financiamentos”, gerando uma redução do capital social no exercício do exercício no montante de R\$ 105.556.

(b) Reclassificação das matrículas recebidas antecipadamente de resultados de exercícios futuros para o passivo circulante, face a eliminação desse grupo de contas.

#### 2.2 Descrição das principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir:

##### (a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor.

##### (b) Anuidades a receber e benefício de pagamento futuro

As anuidades a receber e o benefício de pagamento futuro são avaliadas pelo valor presente e deduzidos da provisão para créditos de liquidação duvidosa dessas contas a receber. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a entidade não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

##### (c) Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras, inferior aos custos de reposição.

##### (d) Demais ativos circulantes

Os demais ativos circulantes são apresentados aos valores de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos.

##### (e) Depósitos judiciais

Existem situações em que a entidade questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo. Nessas situações, não havendo a possibilidade de resgate dos depósitos, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a entidade, esses depósitos são apresentados como dedução do valor de um correspondente passivo constituído, sem atualização monetária (Nota 8).

##### (f) Imobilizado

Demonstrado ao custo, corrigido monetariamente até dezembro de 1995, acrescido da mais valia de bens do ativo imobilizado contabilizada em 2004 com base em laudo de avaliação emitido por avaliadores independentes (Nota 4), deduzida a subsequente depreciação. Conforme facultado pela Lei no. 11.638/07 e pelo Pronunciamento CPC 13 - Adoção Inicial da Lei no. 11.638/07, em 31 de dezembro de 2007 a Fundação adotou o valor residual reavaliado como novo valor de custo dos terrenos, edificações, móveis e utensílios, equipamentos técnicos, equipamentos de informática e veículos. A parcela da reserva de reavaliação referente a edifícios é transferida (realizada) para superávit (déficit) acumulados na mesma proporção em que os edifícios são depreciados. A parcela da reserva de reavaliação sobre terrenos somente será transferida (realizada) para superávit (déficit) acumulados quando os terrenos forem alienados.

As depreciações de bens do imobilizado são calculadas pelo método linear, às taxas anuais mencionadas na Nota 4, que levam em consideração o prazo de vida útil-econômica dos bens. Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos.

##### (g) Benefício de pagamento futuro

Representam financiamentos de anuidades e são concedidos, mediante instrumento jurídico próprio, a alunos que comprovem sua parcial incapacidade financeira; para pagamento em parcelas mensais, após o período de carência e, de modo geral, após a formação acadêmica. O pagamento das bolsas concedidas é feito a valores corrigidos, de acordo com o índice de reajuste da anuidade do curso em que o benefício foi concedido.

##### (h) Passivos circulante e não circulante

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

As provisões são reconhecidas quando a entidade tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

Os financiamentos tomados são reconhecidos inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os financiamentos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (“pro rata temporis”).

##### (i) Receitas a apropriar - Matrículas recebidas antecipadamente

As matrículas recebidas e decorrentes do ano letivo seguinte são registradas no passivo circulante para serem posteriormente apropriadas ao resultado, segundo o regime de competência.

##### (j) Apuração das receitas e despesas

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

A receita compreende o valor faturado pela prestação dos serviços educacionais e das atividades de extensão de serviços à comunidade da universidade, tendo como base os serviços prestados até a data-base do balanço.

##### (l) Imposto de renda

Por ser entidade sem fins lucrativos, que goza de imunidade tributária, não há incidência desse tributo sobre o superávit do exercício.

##### (m) Programa de assistência social

Os custos e gastos dos Programas de Assistência Social são contabilizados em conta específica na demonstração do superávit (déficit) do exercício quando incorridos (sem computar o Programa de Bolsas de Estudo a Fundo Perdido, que se encontra detalhado na Nota 9).

#### 3 - Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

Caixa e equivalente de caixa estão representados substancialmente por disponibilidades em conta corrente bancária no montante de R\$ 13.514.851 (2007 - R\$ 761.140) e aplicações em Certificados de Depósitos Bancários - CDB em bancos de primeira linha no montante de R\$ 30.866.433 (2007 - R\$ 26.759.402), as quais possuem liquidez diária. Em 31 de dezembro de 2008, a Fundação recebeu da Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP o montante de R\$ 12.227.500 referente ao Projeto PRIME (ver Nota 6), o qual foi aplicado subsequentemente em Fundos de investimento.

Títulos e valores mobiliários estão representados por Fundos de Investimento, no montante de R\$ 12.527.004 (2007 - R\$ 9.388.257), acrescidas dos rendimentos auferidos “pro rata temporis”.



**4 - Imobilizado**

	Terrenos	Edificações	Equipamentos Técnicos	Materiais	Biblioteca	Veículos	Móveis e Utensílios	Outros	Obras em Andamento	Imobilizado Total
Saldos em 31 de dezembro de 2006	66.199.992	102.872.493	9.471.856	2.880.857	2.023.673	1.040.951	4.100.150	42.379	10.320.386	198.952.737
Aquisições		27.167	922.143	416.811	160.066	10.710	710.158			2.247.055
Transferência		3.560.806							(3.560.806)	
Alienação			(63.100)	(103.679)		(34.417)	(4.424)			(205.620)
Depreciação		(3.203.635)	(1.437.776)	(522.243)		(284.359)	(1.030.595)			(6.478.608)
Saldos em 31 de dezembro de 2007	66.199.992	103.256.831	8.893.123	2.671.746	2.183.739	732.885	3.775.289	42.379	6.759.580	194.515.564
Custo total	66.199.992	125.759.326	24.504.766	6.651.969	2.864.649	2.284.017	10.907.960	42.379	6.759.580	245.974.638
Depreciação acumulada		(22.502.495)	(15.611.643)	(3.980.223)	(680.910)	(1.551.132)	(7.132.671)			(51.459.074)
Valor residual	66.199.992	103.256.831	8.893.123	2.671.746	2.183.739	732.885	3.775.289	42.379	6.759.580	194.515.564
Saldos em 31 de dezembro de 2007	66.199.992	103.256.831	8.893.123	2.671.746	2.183.739	732.885	3.775.289	42.379	6.759.580	194.515.564
Aquisições		224.090	1.012.336	911.872	151.480	136.666	243.991		750.262	3.430.697
Transferência		6.568.326							(6.568.326)	
Alienação			(31.115)	(295.350)		(80.008)	(3.317)			(409.790)
Depreciação		(3.333.145)	(1.421.554)	(1.178.550)		(236.719)	(965.753)			(7.135.721)
Saldos em 31 de dezembro de 2008	66.199.992	106.716.102	8.452.790	2.109.718	2.335.219	552.824	3.050.210	42.379	941.516	190.400.750
Custo total	66.199.992	132.551.742	25.485.987	7.268.492	3.016.129	2.340.675	11.148.633	42.379	941.516	248.995.545
Depreciação acumulada		(25.835.640)	(17.033.197)	(5.158.774)	(680.910)	(1.787.851)	(8.098.423)			(58.594.795)
Valor residual	66.199.992	106.716.102	8.452.790	2.109.718	2.335.219	552.824	3.050.210	42.379	941.516	190.400.750
Taxas médias anuais de depreciação-%		2,5%	5,9%	7,8%		12,4%	9,4%			

Em 11 de novembro de 2004, o Conselho Deliberativo da Fundação aprovou o laudo de avaliação de terrenos, edificações, móveis e utensílios, equipamentos técnicos, equipamentos de informática e veículos, emitido por empresa especializada. Em consequência, foi contabilizada reavaliação, no montante de R\$ 106.726.993, a crédito de reserva específica no patrimônio social, e foram modificadas as taxas de depreciação em função da nova estimativa de tempo de vida útil-econômica dos bens, segundo o referido laudo.

A depreciação do aumento de valor dos bens em 2008 foi de R\$ 1.650.355 (2007 - R\$ 1.814.099); em consequência, o mesmo montante foi transferido da reserva de reavaliação para superávit acumulada.

**5 - Financiamentos**

	2008	2007
Em moeda nacional	507.088	431.025
Menos		
Passivo circulante	(342.778)	(29.846)
Exigível a longo prazo	164.310	401.179

Representado, substancialmente, por financiamento cujos recursos foram utilizados na aquisição de microcomputadores.

Os montantes a longo prazo têm a seguinte composição em 31 de dezembro, por ano de vencimento:

	2008	2007
2009		401.179
2010	113.503	
2011	38.106	
2012	12.701	
	164.310	401.179

**6 - Recursos destinados à pesquisa científica e inovação tecnológica**

Correspondem, substancialmente, ao convênio realizado entre a Finep e Fundação que tem por objeto "transferir recursos de subvenção econômica destinados a empresas e destinados à remuneração da conveniente (Fundação) habilitando-a a operar o Programa Prime, que é voltado para empresas nascentes inovadoras".

Também foram celebrados outros convênios, entre Finep, Fundação e Intercientífica para execução do Projeto intitulado "Análise da performance e análise da adaptação do produto em um estudo multicêntrico para a detecção de doenças infecciosas", Finep, Incubadora Tecnológica e a Fundação, com o objetivo de execução dos projetos intitulados "Capacitar e apoiar os empreendedores de empresas tecnológicas incubadas", "Desenvolvimento de Queimadores Industriais a óleo & gás, assistidos a plasma rotox" e convênio entre Petrobrás e Fundação, com o objetivo de execução do projeto intitulado "Avaliação e produção de catalisadores para unidades HDT do refino".

A viabilização dos projetos é efetuada pela transferência de recursos financeiros da FINEP, sendo o depósito efetuado em conta bancária específica sob a titularidade da Fundação. As prestações de contas são feitas mediante apresentação de relatórios demonstrando os gastos incorridos. Ao final dos projetos, quando aplicável, os itens de imobilizado adquiridos ou construídos durante sua execução são doados à Fundação. Durante o exercício de 2008 nenhum bem foi doado à Fundação.

Em julho de 2003, a Fundação foi contratada pela São Paulo Transporte S.A. - SPTrans para desenvolvimento, projeto, implantação e certificação dos seguintes itens: sistema de guiagem magnética do Sistema VLP - veículo leve sobre pneus e 15 protótipos, sistema inteligente de gestão de terminais e paradas, sistema de monitoramento automático da frota e suporte tecnológico à operação dos sistemas anteriormente descritos pelo prazo de 12 meses após a

entrega de cada sistema. O contrato, no montante de R\$ 21.147.907, tem prazo de 25 meses para sua execução e estão previstas multas à Fundação pelo não cumprimento de qualquer cláusula, inclusive a sua não execução no prazo. Foi autorizada, pela Administração Pública, a subcontratação, tendo a Fundação celebrado contrato com a Compsis - Computadores e Sistemas Indústria e Comércio Ltda. Em 2005, o novo Governo Municipal de São Paulo suspendeu a todos os contratos, retomando em 1o. de setembro de 2006, mediante a celebração de Termo Aditivo específico. De acordo com Parecer dos Consultores Jurídicos da Fundação, a sua contratação pela Administração Pública Municipal está de acordo com a Lei no. 8666/93.

**7 - Patrimônio social**

O patrimônio social é formado pelo superávit ou déficit apurados, acrescidos da incorporação de reserva técnica e de subvenção para investimentos. Em 2004, foi contabilizada reserva de reavaliação de bens do ativo imobilizado, no montante de R\$ 106.726.993.

**8 - Contingências**

(a) Nas datas das demonstrações financeiras, a Fundação apresentava os seguintes passivos, e correspondentes depósitos judiciais, relacionados a contingências:

	Depósitos judiciais		Provisões para contingências	
	2008	2007	2008	2007
INSS – quota patronal (i)	(8.633.931)	(8.633.931)	112.988.211	154.904.844
COFINS (ii)			1.248.048	2.428.416
Trabalhista (iii)	(33.391)		200.000	186.000
	(8.667.322)	(8.633.931)	114.436.259	157.519.260

(b) A movimentação da provisão no exercício de 2008 está demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2007 (deduzidos os depósitos judiciais)	148.885.329
Depósitos judiciais realizados durante o exercício de 2008	(33.391)
Reversão provisão contingência da cota patronal e Cofins de R\$ 1.588.000	(43.038.001)
Saldo em 31 de dezembro de 2007 (deduzidos os depósitos judiciais)	105.768.937

A Fundação aderiu, em 2 de dezembro de 2004, ao Programa Universidade para Todos - PROU- NI, instituído pela Medida Provisória no. 213 de 10 de setembro de 2004, convertida na Lei no. 11.096 de 13 de janeiro de 2005, sendo o referido programa relevante para o Governo Federal e possibilitou a concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEAS às entidades que a ele aderiram, mesmo aquelas que tiveram seus pedidos de renovação do CEAS indeferidos (art. 11, § 2o., da Lei no. 11.096 de 13 de janeiro de 2005).

Em 7 de novembro de 2008 foi publicada a Medida Provisória nº 446, no Diário Oficial da União, de 10 de novembro de 2008, dispondo sobre a certificação das entidades beneficiárias de assistência social. O Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome, através do Parecer da Consultoria Jurídica nº 1765/2008 e do Grupo de Trabalho de Transição Gerencial instituído pela Resolução CNAS nº 789/2008, que trataram de procedimentos a serem adotados em relação às disposições transitórias dos Artigos 36,37, 38 e 39 da Medida Provisória 446/2008, aprovados em reunião Plenária de 10 e 11 de dezembro de 2008, adotando providências, resolveu publicar os deferimentos, na forma do artigo 37 da MP 446/2008, dos pedidos de renovação de certificado, com respectivas validades, que ainda não haviam sido objeto de julgamento, por parte do Conselho Nacional de Assistência Social, até a data da publicação da Medida Provisória, ocasião em que foi deferido o Certificado de entidades, desta Fundação, com validade de 25 de maio de 2006 a 24 de maio de 2009, processo nº 71010.000839/2006-71, conforme a Resolução nº 7, de 03/02/2009, DOU de 04/02/2009, pág. 77. A Fundação aguarda deliberação governamental sobre o assunto.

A Fundação preenche todos os requisitos para gozo da imunidade tributária (art. 150, inciso VI,

# Relatório Anual das DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

## Fundação Valeparaibana de Ensino em 31 de dezembro de 2008 e 2007

da Constituição Federal do Brasil e art. 14 do Código Tributário Nacional - CTN) e também os requisitos previstos em legislação ordinária para gozo de "isenção" (assim considerado pela Administração Pública); contudo, discute com os órgãos públicos respectivos, administrativamente, as questões relativas à natureza declaratória da utilidade pública federal, em face de Ato CANCELATÓRIO de Isenção no. 001/98, com efeitos anteriores a 2000.

A Fundação é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião da Assessoria Jurídica.

(c) A natureza das obrigações pode ser resumida como segue:

(i) INSS - Quota patronal - contribuições previdenciárias do INSS

Por meio da Resolução no. 47, de 30 de novembro de 1993 do Conselho Nacional da Seguridade Social - CNSS, foi cancelado o "Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos" da Fundação, motivado pelo indeferimento do pedido de declaração de utilidade pública federal, objeto do processo no. 27.121/67, conforme a Portaria no. SNUDCJ 37/92, ratificada pela Portaria SNUDCJ no. 39/93, ambas do Secretário dos Direitos da Cidadania e Justiça, do Ministério da Justiça.

Em decorrência, foi expedido Ato CANCELATÓRIO de Isenção - INSS, que tomou o no. 001/98 e foram lavrados autos de infração relativos às contribuições previdenciárias da quota patronal incidente sobre a folha de pagamento de empregados e de terceiros (autônomos, pessoa física e também de pessoa jurídica), do período de novembro de 1993 a dezembro de 1998 e, posteriormente, de janeiro de 1999 a agosto de 2000. (NFLD's 32092.263-4, 32092.264-2 e 35039.920.9)

Em 2007, o Ministro da Justiça, por meio do despacho no. 392, de 24/10/2007, aprovou o entendimento da Consultoria Jurídica, no Despacho GAB/CJ no. 274/2007, onde foi reconhecido que são NULAS as Portarias SNUDCJ no. 37/92 e 39/93, referentes ao indeferimento de utilidade pública federal, por terem sido expedidas por autoridade incompetente. Este Pronunciamento Ministerial foi expedido nos autos do Processo no. 35437.001382/98-11, que se refere ao Ato CANCELATÓRIO de Isenção no. 001/98, Pedido de Revisão - Recurso no. 149339, que se encontra pendente de apreciação pelo Segundo Conselho de Contribuintes, do Ministério da Fazenda. Das Notificações Fiscais de Lançamento de Débito referidas, uma delas, a de no. 32092.264-2 (Processo no. 37318.002825/2004-37 - Recurso no. 143736), foi julgada em 5 de fevereiro de 2009, declarados NULOS os Lançamentos, por unanimidade, os quais correspondiam às contribuições de terceiros (pessoas jurídicas, por solidariedade).

A Notificação Fiscal de Lançamento de Débito no. 32092.263-4, que abrange as contribuições de 11/1993 a 13/1998, Processo no. 12045.000205/2007-32-, do 2º CC/MF - Recurso no. 143793, encontra-se pendente de julgamento, mas decorre do Ato CANCELATÓRIO no. 001/1998, razão pela qual, segundo o entendimento da Assessoria Jurídica da Fundação, em sendo acolhido o recurso referente ao Ato CANCELATÓRIO 001/98 (de no. 149339), esperam sejam ANULADOS os lançamentos referidos. Independentemente, consideram que, em razão da Súmula Vinculante no. 8 do STF, de 16/06/2008, os lançamentos referentes aos fatos geradores de 11, 12 e 13/1993, incluídos nesta NFLD, são NULOS porque alcançados pela decadência. Quanto aos lançamentos, objeto da NFLD 35.039.920-9, que se referem aos fatos geradores de 01/1999 a 08/2000, referentes às contribuições previdenciárias, encontram-se estes suspensos, em razão da ação declaratória de imunidade, onde foram efetuados depósitos judiciais, referentes aos fatos geradores de 01/1999 a 11/2000, ação essa com sentença favorável à Fundação, que foi declarada imune quanto às contribuições previdenciárias. Houve recurso por parte da UNIÃO FEDERAL, pendente de apreciação pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região (proc. no. 1999.61.03.00001125-2 e Cautelar no. 1999.61.03.0000595-1, da 3ª Vara Federal de São José dos Campos).

A Súmula Vinculante no. 08/STF, de 16 de junho de 2008, declarou inconstitucional o art. 45 e o art. 46 da Lei 8.212/91, pois majoravam para dez anos, os prazos de prescrição e decadência, confere à FAZENDA o direito de constituir e cobrar créditos tributários, no prazo de cinco anos. Nenhum crédito foi constituído pela FAZENDA desde 09/2000, operando-se a decadência quanto às competências de 09/2000 a 13/2003, razão pela qual a Administração da Fundação decidiu reverter a provisão incidente sobre os fatos geradores de 12/2000 a 13/2003, de acordo com as Normas Contábeis, ressaltando que não houve provisão sobre o período de 09/2000 a 11/2000 (alcançado pela decadência), porém que foram objeto de depósito judicial, nos autos da ação declaratória de imunidade e cautelar, já referidas.

A Fundação obteve, em maio de 2000, o deferimento de seu Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (antigo Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos), o qual vem sendo renovado a cada três anos, e foi declarada entidade de utilidade pública federal, conforme Portaria no. 1.090, de 7 de dezembro de 2000, tendo requerido aos órgãos competentes a isenção ao INSS - contribuição previdenciária da quota patronal, cujo pedido foi indeferido, tendo ingressado com recurso junto ao Conselho de Recursos da Previdência Social, recurso esse remetido para o Segundo Conselho de Contribuintes que passou a ser o órgão competente, e aguarda julgamento. (processo no. 35437.000487/2002-55 - recurso no. 149760). A Administração da Fundação, baseada na opinião da Assessoria Jurídica, confia que o pedido de isenção da quota patronal - INSS será julgado procedente.

A provisão para os valores não recolhidos ao INSS compreendeu o período de novembro de 1993 a dezembro de 2007, entretanto, em face da Súmula Vinculante no. 08 - do Supremo Tribunal Federal estão sendo revertidas as provisões referentes aos fatos geradores, das competências 11/1993, 12/1993 e 13/1993, além das competências 12/2000 até 13/2003 alcançadas pela decadência, inclusive com os acréscimos pertinentes, devidamente calculados, totalizando R\$ 41.495.001. Não há provisão das contribuições previdenciárias sobre a folha de pagamento e terceiros, das competências: 01/1999 a 11/2000 depositadas em Juízo, estando os mesmos apresentados no exigível a longo prazo, a valores históricos.

(ii) COFINS

A partir de 1º de fevereiro de 1999, a COFINS passou a ser calculada à alíquota de 3% sobre a receita bruta, assim considerada como a totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica, sendo irrelevante o tipo de atividade por ela exercida e a classificação contábil adotada para as receitas (artigo 30., § 10., da Lei no. 9.718/98). A Medida Provisória - MP no. 2.158-35, em seu artigo 14, inciso X, dispôs que, para os fatos geradores ocorridos a partir de 1º de fevereiro de 1999, são isentas da COFINS as receitas relativas às atividades de instituições de educação e assistência social a que se refere o artigo 12 da Lei no. 9.532/97. Todavia, tais atividades são entendidas pelas autoridades fiscais como sendo as contribuições, doações e anuidades ou mensalidades de seus associados e mantenedores, destinadas ao custeio e à manutenção da instituição e execução de seus objetivos estatutários, mas que não tenham cunho contraprestacional, estando, no seu entendimento, sujeitas a COFINS as receitas de matrículas e mensalidades de cursos ministrados pela entidade, bem como os rendimentos de aplicações financeiras. A adesão ao PROUNI em dezembro de 2004 isenta a Fundação do recolhimento da

COFINS durante o período de adesão. A Fundação, amparada na opinião da Assessoria Jurídica, entende não ser devida a referida contribuição e, portanto, não vem constituindo provisão para a eventual desfecho desfavorável dessa questão.

Entretanto, face ao maior grau de incerteza, vem constituindo provisão referente à parcela decorrente da incidência da COFINS sobre as receitas financeiras para o período de janeiro de 2004 a dezembro de 2008, cujo saldo em 31 de dezembro de 2008, acrescido dos encargos moratórios, totaliza R\$ 1.248.048 (2007 - R\$ 2.428.416).

(iii) Trabalhistas

Ações de natureza trabalhista estão sendo movidas contra a Fundação. A administração, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, constituiu provisão para fazer face à perdas prováveis com essas ações, as quais totalizam R\$ 200.000 (2007 - R\$ 186.000). As perdas possíveis não são passíveis de quantificação e divulgação face a corresponderem a valores pleiteados que não condizem com o objeto do pleito. Em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as perdas possíveis não são provisionadas.

(d) Outras questões não provisionadas nas demonstrações financeiras  
Auto de infração - Em dezembro de 2002, foram lavrados autos de infração pela Secretaria da Receita Federal, no montante de R\$ 17.096.483, correspondente ao imposto de renda, à contribuição social sobre o lucro líquido e à COFINS, sob a alegação de suspensão da imunidade tributária para os exercícios de 1997 e de 1998. O recurso da Fundação em face da suspensão da imunidade foi apreciado juntamente com o recurso relativo ao auto de infração referente ao Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, os quais foram acolhidos pelo Egrégio Primeiro Conselho de Contribuintes em 12 de agosto de 2004, considerando não configuradas as razões para suspensão da imunidade tributária, não prosperando o lançamento do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (R\$ 9.619.452) e da exigência reflexa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (R\$ 3.312.300), no total de R\$ 12.931.752, créditos estes desconstituídos integralmente. O recurso voluntário da Fundação em face do Auto de Infração referente a COFINS, julgado procedente pelo Segundo Conselho de Contribuintes, em 7 de julho de 2004 e, objeto de Recurso Especial da FVE à Câmara Superior de Recursos Fiscais em 17 de dezembro de 2004, foi julgado em 15 de outubro de 2007, com a decisão por maioria de votos, para a anulação da decisão preliminar do Segundo Conselho, determinando o encaminhamento dos autos à Primeira Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes para apreciação do recurso voluntário. A Assessoria Jurídica da Fundação indica como provável as chances de êxito no recurso referente a COFINS.

### 9 - Gratuidades e assistência social

As aplicações dos recursos em Gratuidades atenderam o que preceitua a Constituição Federal no art. 195, III, §70., que concede a isenção da contribuição social - INSS às entidades beneficentes de assistência social que atendem as exigências estabelecidas em lei (Lei no. 8.212 de 24 de julho de 1991 - Lei do Custeio da Previdência Social, em seu art. 55, o Decreto no. 2.536 de 6 de abril de 1998 e o Decreto no. 3.048 de 6 de maio de 1999).

A Fundação, no atendimento aos seus objetivos, aplicou em gratuidade e assistência social um percentual de seus recursos maior do que o exigido em lei, estabelecido em 20% sobre as receitas com anuidades, excluindo-se gratuidades, fixado pelo artigo 30., inciso VI, do Decreto no. 2.536 e maior ainda, quando considerado o disposto no artigo 11, inciso I, da Lei no. 11.096/2005 e Resolução do CNAS no. 220 de 23 de novembro de 2006, que estabelecem a base de cálculo reduzida (incidente somente sobre as receitas efetivamente recebidas, observando o disposto na Lei no. 9.870/99 e artigo 44 da LDB no. 9394/96), às instituições que aderiam ao PROUNI, como é o caso da Fundação, conforme demonstrado a seguir:

	2008	2007
Receita com anuidade (sem gratuidade)	61.438.386	65.351.496
Anuidades não recebidas	(661.760)	(706.817)
	<u>60.776.626</u>	<u>64.644.679</u>
Assistência social - Projeto Social Vale a Pena Viver		
Bolsas de estudos a alunos carentes (inclui PROUNI)	10.505.504	10.347.497
Demais programas de assistência social	<u>5.588.476</u>	<u>4.581.112</u>
	<u>16.093.980</u>	<u>14.928.609</u>
Percentual sobre a receita com anuidades (sem gratuidade)	<u>26.48</u>	<u>23.09</u>

### PROUNI

A Fundação, em observância à Lei no. 11.906, de 13 de janeiro de 2005, que substituiu a MP no. 213 de 10 de setembro de 2004, aderiu ao Programa Universidade para Todos - PROUNI por meio do Termo de Adesão de 2 de dezembro de 2004, mantendo-se no referido programa até a presente data, bem como bolsas de estudo vinculadas aos programas de projeto social "Vale a Pena Viver" da Univap.

### 10 - Seguros

A Fundação mantém as seguintes coberturas de seguros, consideradas suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros que atinjam seu patrimônio ou responsabilidades civis a ela imputadas.

Descrição	2008
Edificações e demais bens do ativo imobilizado	156.056.448
Responsabilidade civil	1.200.000

Os veículos da Fundação estão segurados a valor de mercado.

### 11 - Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros ativos e passivos da Fundação em 31 de dezembro de 2008 e de 2007, registrados em contas patrimoniais, equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado, considerando os critérios de atualização contratados. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores há três meses. Negociando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

A política de prestação de serviço da Fundação está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de suas atividades. A seletividade de seus alunos, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas anuidades a receber. A Fundação conta ainda com uma provisão para perdas com créditos a receber de alunos, que representa cerca de 60% do contas a receber, em 31 de dezembro de 2008.

A Fundação não realiza operações com instrumentos financeiros derivativos.



DIRETORIA

Prof. Dr. Baptista Gargione Filho  
 Presidente

Ailton Teixeira  
 Diretor de Planejamento,  
 Administração e Finanças

Oswaldo do Nascimento Brogliato  
 Contador - CRC 1SP218687/O-0

CONSELHO CURADOR

Dr. Mário Scarpel  
 Presidente

Dr. Maurício Benedito Mendonça  
 Secretário

Dr. Antônio Aparecido Curan  
 Membro

PARECER DO CONSELHO CURADOR

“Os membros do conselho curador da Fundação Valeparaibana de Ensino, de acordo com o artigo 19 - inciso “I” do Estatuto, após examinarem o balanço patrimonial, as notas explicativas e as demonstrações de receitas e despesas relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008, bem como as provas nos registros contábeis e outros procedimentos técnicos e legais julgados necessários, são de parecer de que as demonstrações financeiras acima referidas representam adequadamente a posição patrimonial e financeira da Fundação Valeparaibana de Ensino, pelo que recomendam a sua aprovação.”

São José dos Campos, 19 de fevereiro de 2009.



Reunião do Conselho Curador em 19 de fevereiro de 2009.  
 Dr. Mario Scarpel, Dr. Antonio Aparecido Curan,  
 Dr. Maurício B. Mendonça e Sr. Ailton Teixeira



Reunião com a PrinceswaterhouseCoopers no mês de fevereiro de 2009, Auditores Valdir Augusto de Assunção, Fabio Akio e Sr. Ailton Teixeira

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ao Presidente e Conselheiros da  
 Fundação Valeparaibana de Ensino

1 - Examinamos o balanço patrimonial da Fundação Valeparaibana de Ensino (“Fundação”) em 31 de dezembro de 2008 e as correspondentes demonstrações do superávit das operações, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa do exercício findo nessa data, elaborados sob a responsabilidade da administração da Fundação. Nossa responsabilidade é a de emitir parecer sobre essas demonstrações financeiras.

2 - Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, as quais requerem que os exames sejam realizados com o objetivo de comprovar a adequada apresentação das demonstrações financeiras em todos os seus aspectos relevantes. Portanto, nosso exame compreendeu, entre outros procedimentos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Fundação, (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados e (c) a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Fundação, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

3 - Somos de parecer que as referidas demonstrações financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Valeparaibana de Ensino em 31 de dezembro de 2008 e o superávit de suas operações, as mutações do patrimônio social e os fluxos de caixa nas operações referentes ao exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4 - Anteriormente, auditamos as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, compreendendo o balanço patrimonial, as demonstrações do déficit das operações, das mutações do patrimônio social e das origens e aplicações de recursos desse exercício, sobre as quais emitimos parecer sem ressalva, datado de 6 de março de 2008. Conforme mencionado na Nota 2.1, as práticas contábeis adotadas no Brasil foram alteradas a partir de 1º de janeiro de 2008. Essas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, apresentadas de forma conjunta com as demonstrações financeiras de 2008, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil vigentes até 31 de dezembro de 2007 e, como permitido pelo Pronunciamento Técnico CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, não estão sendo reapresentadas com os ajustes para fins de comparação entre os exercícios.

5 - A demonstração dos fluxos de caixa correspondente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, preparada em conexão com as demonstrações financeiras do exercício de 2008, foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos no parágrafo 2 acima e, em nossa opinião, essa demonstração está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras mencionadas no parágrafo 4 acima, tomadas em conjunto.

6 - Conforme mencionado na Nota 8(c-ii) às demonstrações financeiras, nos termos do artigo 14 da Medida Provisória no. 2.158-35, a partir de fevereiro de 1999, as receitas das atividades próprias das entidades educacionais são isentas da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS. Todavia, no entendimento das autoridades fiscais, somente as receitas de atividades que não tenham cunho contraprestacional estariam abrangidas pela isenção, estando, portanto, sujeitas à COFINS as receitas de mensalidades escolares, os rendimentos de aplicações financeiras, receitas de aluguéis e outras receitas operacionais. A administração da Fundação, com base na opinião de seus assessores jurídicos, que entendem não ser devida a referida contribuição, e, posteriormente, a adesão ao PROUNI em dezembro de 2004, a qual isenta a Fundação do recolhimento dessa contribuição durante o período da adesão, decidiu não constituir provisão para pagamento da COFINS eventualmente incidente sobre as receitas de mensalidades escolares.

São José dos Campos, 6 de março de 2009

**PRICEWATERHOUSECOOPERS**

PricewaterhouseCoopers  
 Auditores Independentes  
 CRC 2SP000160/O-5

Valdir Augusto de Assunção  
 Contador CRC 1SP135319/O-9

Apoio:



# A promoção do crescimento verde



Al Gore

Ex-vice-presidente dos Estados Unidos e autor, entre outras obras, de *Uma Verdade Inconveniente*



Ban Ki-moon

Mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA), é o secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU). Foi ministro das Relações Exteriores e do Comércio da República da Coreia

Os planos de estímulo econômico estão na ordem do dia. É normal que seja assim, em um momento em que governos do mundo inteiro procuram fazer arrancar de novo a economia mundial. Mas, ao procurarem responder a essa necessidade imediata, os líderes devem também agir juntos, para garantir que o novo modelo econômico que está sendo criado seja sustentável para o planeta e para a nossa vida futura.

Precisamos de estímulos e de investimentos que realizem simultaneamente dois objetivos com uma só resposta política para a economia mundial – uma política que vá ao encontro das nossas necessidades econômicas e sociais urgentes e imediatas e que lance uma nova economia mundial verde. Em suma, necessitamos que o nosso mantra seja “vamos promover o crescimento verde”.

Em primeiro lugar, uma recessão econômica sincronizada exige uma resposta mundial sincronizada. Precisamos de estímulos e de uma coordenação intensa das políticas econômicas entre todas as principais economias. Temos de evitar políticas que contribuam para o empobrecimento dos países vizinhos e que estiveram na origem da Grande Depressão.

A coordenação é também vital para reduzir a volatilidade financeira, as corridas às moedas e a inflação galopante, bem como para gerar confiança entre consumidores e investidores.

Os planos de estímulo destinam-se a fazer arrancar novamente a economia, mas, se forem corretamente concebidos e executados, também nos poderão lançar numa via nova, com um baixo nível de emissões de carbono, em direção ao crescimento verde.

A eliminação dos US\$ 300 bilhões gastos anualmente em subsídios aos combustíveis fósseis reduziria as emissões de gases de efeito-estufa em 6% e daria origem a um aumento do PIB mundial. O desenvolvimento de energias renováveis representará uma ajuda no aspecto em que ela mais se mostra necessária.

As economias em desenvolvimento já são responsáveis por 40% dos recursos de energias renováveis existentes, bem como por 70% da capacidade de aquecimento de água utilizando energia solar. Com 2,3 milhões de pessoas trabalhando no setor das energias renováveis, já há mais emprego nesse setor do que, diretamente, nas indústrias de petróleo e gás.

Em segundo lugar, precisamos de políticas em favor dos pobres. Em grande parte do mundo em desenvolvimento, os governos não têm possibilidade de contrair empréstimos ou de imprimir dinheiro para atenuar os efeitos devastadores dos choques econômicos. Por isso os governos dos países industrializados têm de agir além de suas fronteiras, investindo em programas eficazes em termos de custos, que ajudem a impulsionar a produtividade dos países pobres.

Isso significa aumentar a ajuda externa ao desenvolvimento. Significa reforçar as redes de segurança social. Significa investir na agricultura nos países em desenvolvimento, fazendo chegar sementes, ferramentas, práticas agrícolas sustentáveis e crédito aos pequenos agricultores.

As políticas em favor dos pobres implicam aumento do investimento na melhoria da utilização dos solos, da conservação da água e das culturas resistentes à seca, a fim de ajudar o agricultor a se adaptar às mudanças climáticas. Se não forem resolvidas, essas questões poderão acarretar uma situação de fome crônica. Em terceiro lugar, é preciso que se chegue a um acordo sólido sobre o clima, em Copenhague, em dezembro. Não no ano que vem – neste ano.

As negociações sobre o clima têm de ser substancialmente aceleradas. Um acordo eficaz em Copenhague representará o pacote mundial de estímulos mais poderoso possível. Como um novo acordo sobre o clima em vigor, as empresas e os governos disporão finalmente de uma orientação quanto ao preço do carbono, tal como as empresas estão pedindo, o que poderá desencadear uma onda de inovações e investimento em energias limpas. Copenhague dará luz verde ao crescimento verde. É essa a base da recuperação econômica verdadeiramente sustentável que trará benefícios para nós e para os nossos filhos durante décadas.

Para milhões de pessoas, de Detroit a Nova Déli, nunca houve tempos mais difíceis. As famílias estão perdendo seus empregos, as casas onde vivem, serviços de saúde e até a perspectiva de mais uma refeição. Com tanto em jogo, os governos têm de fazer escolhas estratégicas. Não podemos deixar que aquilo que é urgente comprometa aquilo que é essencial.

Investir na economia verde não é uma despesa facultativa. É um investimento inteligente em prol de um futuro mais equitativo e mais próspero.





Que tal oxigenar as ideias?  
O mundo precisa respirar.

**unomarketing**  
comunicação consciente

Feira e Seminário  
de Marketing  
Sustentável

2 a 4 de junho de 2009

**Venha entender a convergência entre era digital, economia, comunicação e sustentabilidade, em um mundo em constante transformação.**

Presença confirmada do consultor norte-americano Michel Conroy, dos publicitários Christina Carvalho Pinto e Valdir Cimino, Helio Mattar, do Instituto Akatu, dos jornalistas Albert Alcoulombre Junior, da Rede Globo, e Regina Augusto, do Meio & Mensagem, Lia Diskin, da Associação Palas Athena, dos profissionais de comunicação e marketing Eraldo Carneiro, da Petrobras, Nemércio Nogueira, da Alcoa, e João Ciaco, da Fiat, do Presidente da Confederação Europeia de Marketing, Carlos Manuel de Oliveira, e dos empresários Yacoff Sarkovas, da Significa, e Paulo Lima, da Editora Trip.

Fecomercio – SP. R. Dr. Plínio Barreto, 285 – Inscrições e informações: 11 3032 5633 ou [www.unomarketing.com.br](http://www.unomarketing.com.br)

\* Desconto de 17% para as inscrições efetuadas em abril.



A inscrição para a feira é gratuita para profissionais do setor. Para participar da feira, acesse o site e faça sua inscrição.



# Awakening Customers

## O consumidor da era de vacas magras



Felipe Rosito

felipe@kaapora.com.br

Diretor de Criação e coordenador do Núcleo de Responsabilidade Socioambiental da Kaapora Comunicação.

Como sabemos, o mundo está passando por uma grande crise. E essa crise não diz respeito apenas à falta de empregos, oportunidades e dinheiro. É uma crise também de valores. Talvez uma grande revolução que seremos forçados a viver. Mas nem tudo está perdido. Se é verdade que em toda crise existem novas oportunidades, chegou o momento de conhecer quem possivelmente é o nosso mais novo público-alvo.


*Sacrifice will become simplicity* (o sacrifício se tornará simplicidade). Essa é a mais nova premissa do marketing mundial. As pessoas que foram afetadas pela crise vão mudar os seus padrões de consumo, optando por uma vida mais “simples”. Com a falta de dinheiro e a incerteza sobre o futuro, a palavra de ordem é segurar a onda na hora de consumir. Algumas famílias vão apreciar esse nível de simplicidade no seu dia-a-dia, procurando atividades mais caseiras, trazendo um novo sentido à vida em família. Receitas tradicionais, como uma pizza em casa seguida de um filme no DVD, vão ganhar popularidade e haverá uma rejeição do consumo de produtos percebidos como poluentes, principalmente no segmento de carrões de luxo.

O consumidor tradicional irá questionar o que a sua marca está fazendo. Algumas teorias empresariais pregam que é hora de dar a ele menos opções, como vem fazendo a Patagônia, que reduziu algumas linhas de produtos. As marcas serão avaliadas conforme a sua pró-atividade em resolver questões sobre desenvolvimento sustentável, evidenciando o equilíbrio do uso dos recursos naturais para a produção de produtos de consumo.

Mas não é só nas empresas que a mudança está ocorrendo. Cada vez mais o comportamento das pessoas na hora de comprar algo seguirá o seguinte raciocínio: “Será que eu preciso disso?”. Em tempos de crise, os produtos também se transformam. Hummers vão

passar de automóveis de “pessoas VIP” para “OVSP (*Official Vehicle of Stupid People* – veículo oficial de pessoas ignorantes). Entretanto, o consumo de alto escalão ainda existirá, porém com um foco diferenciado. Sai o produto de status e entra o que realmente merece um preço mais alto, principalmente no que se refere aos bens duráveis. Resumindo: o luxo, antes fator de diferenciação, acaba de se tornar supérfluo.

Outra “novidade” que a crise está trazendo é um novo senso de participação das pessoas na sociedade. Com a recessão econômica e os escassos recursos financeiros, a colaboração e o espírito de solidariedade estarão em evidência. Um grande senso de comunidade irá emergir, substituindo o conceito de globalização por humanidade, assumindo o meio ambiente como nosso lar.

Concluindo, por mais incrível que possa parecer, a nova possível quebra de paradigmas da vida em sociedade partirá novamente de um momento de recessão, e não de fartura, como vivemos nos últimos quatro anos em escala global. Mesmo com tanto dinheiro circulando em épocas prósperas, não conseguimos erradicar a miséria do mundo por pura falta de interesse. Só para termos uma ideia, se os 20 países mais ricos do mundo doassem apenas 0,6% do seu PIB, tiraríamos da miséria 1,1 bilhão de pessoas. Mas quem sabe essa crise não tenha surgido justamente para questionarmos esse modo insustentável de vida? De agora em diante, o mundo empresarial terá quatro pilares da sustentabilidade (simplicidade, igualdade, responsabilidade e comunidade) totalmente baseados nas pessoas. Essa nova visão do mercado vem substituir o atual Triple Bottom Line, que classifica a atuação das empresas apenas no desenvolvimento social, ambiental e empresarial. As marcas mais prósperas no mercado serão aquelas que conseguirem articular melhor esses valores. Boa sorte a todos nós! 



# UMA BOA HISTÓRIA MOBILIZA



## É preciso saber vender seu peixe.

Uma história bem contada pode atrair muitos recursos para uma organização. Por isso, queremos conhecer a sua! Envie um relato de até 5.000 caracteres sobre experiências de captação de recursos na sua organização. As cinco melhores ganharão prêmios e serão publicadas na Revista Filantropia

★ ★ ★ ★ ★  
**PRÊMIO09**  
★ ★ ★ ★ ★  
HISTÓRIA QUE MOBILIZA

Inscrições até dia 20 de junho pelo site [www.revistafilantropia.com.br/rf/premio09](http://www.revistafilantropia.com.br/rf/premio09)

Iniciativa:



# RH no meio do redemoinho

Comuns em qualquer ambiente de trabalho, conflitos entre colaboradores precisam ser resolvidos antes que contaminem toda a equipe

Por Luciano Guimarães

**S**e as pessoas fossem parecidas e tivessem ideias e opiniões iguais, certamente o mundo seria enfadonho, e possivelmente não funcionaria, ao contrário do que muitos pensam. O mesmo vale para empresas públicas e privadas e para entidades do Terceiro Setor, não importando o porte, a área e a abrangência. Os colaboradores sempre vão se envolver em conflitos, e algumas situações podem até ser salutares, porque é justamente na diversidade de pensamento que estão as grandes soluções.

Não foram poucos os especialistas que tentaram explicar a relação entre colegas de trabalho. O executivo norte-americano Jack Welch, que inovou no modo de liderar ao comandar a General Electric, classificava seus funcionários de acordo com três perfis profissionais – águia, rato e macaco. Esses conceitos servem de bússola para gestores avaliarem o perfil de cada colaborador.

As águias, topo da “cadeia alimentar” de empresas e entidades, são as pessoas consideradas “à nata”, por mostrar desempenho independente e visão de futuro. Ocupam cerca de 20% da mão-de-obra total e atuam de forma estratégica, fazendo a diferença para o desenvolvimento de onde quer que trabalhem. O segundo, o rato, é a minoria (apenas 10% do pessoal), e no ambiente de trabalho são a espécie de quem todos querem distância. É o bajulador, conhecido por apresentar performance pífia, mas com ótimo desempenho em causar intrigas e falar mal do trabalho alheio.

Por último, segundo Welch, está o macaco, que é a maioria da força de trabalho (em torno de 70%), ou seja, o popular “chão de fábrica”. Caracteriza-se por seguir sempre um modelo pré-concebido e por necessitar de orientação de seus superiores. De certa maneira,

todos têm pontos negativos e positivos, outros mais, outros menos. No fim, independentemente do cargo e da função que exercem os colaboradores, o sucesso ou o fracasso de um é partilhado por todos, ainda que inconscientemente.

Nem sempre o colaborador consegue se adequar ao clima organizacional e à equipe, gerando muitos conflitos. Só com o passar do tempo é que realmente será possível aos gestores desenhar um perfil de cada um, tentando encaixá-los em uma das características profissionais traçadas pelo especialista. Entretanto, devem agir com rapidez, para que o ambiente não seja contaminado com boatos e picuinhas.

“Integração é uma consequência de um ambiente comandado pelo líder aprendiz, que é aquele que prioriza o aprendizado individual e o desenvolvimento contínuo da equipe para o alcance das metas estratégicas”, explica o diretor da Up Treinamentos & Consultoria, Carlos Cruz, que atua como *coach* executivo e de equipes. Segundo ele, é imprescindível que este tenha flexibilidade para atuar com a liderança situacional, ou seja, com o estilo necessário de acordo com o momento da equipe e do estágio de desenvolvimento de cada membro.

“O líder aprendiz pode ter muitos estilos: diretivo (dá a direção dizendo o que fazer); treinador (desenvolve as pessoas para o futuro); mobilizador (mobiliza pessoas em direção à visão); afiliativo (cria harmonia para curar rixas de times e motiva em momentos de estresse); democrático (cria colaboração para conseguir consenso); apoiador (serve como apoio e estímulo); e gerente (gerencia operações, planos, atividades e soluciona problemas)”, enumera o especialista. ▶



## Administrar capacidades

Nas organizações de grande porte, com quadro de colaboradores considerável e diversificado, a dificuldade em administrar capacidades é igualmente proporcional ao volume de problemas gerados pela vivência cotidiana entre colegas no ambiente de trabalho, sejam eles contratados ou voluntários.

Parcela considerável dos administradores opta por contratar gente especializada no assunto – o *coach*, ou treinador. Esse profissional tem a capacidade de identificar e usar as próprias competências desenvolvidas pela equipe, a fim de reconhecer e superar as barreiras impostas. Atua encorajando e motivando os envolvidos, procurando transmitir-lhe capacidades ou técnicas que melhorem as suas capacidades profissionais ou pessoais.

A Apae de São Paulo, que conta hoje com 361 funcionários contratados e 200 voluntários, é uma dessas entidades. Optou por buscar um consultor para definir as chamadas competências *core* da instituição – orientação para clientes; disponibilidade para mudanças; e construção de relacionamento. A ideia é analisar o perfil comportamental e de competências das lideranças da instituição.

“A implantação de um modelo de desenvolvimento de pessoas é vital para a entidade atingir os seus objetivos estratégicos. Trata-se de um processo imprescindível para a sustentabilidade da organização e traz alguns benefícios imediatos. No entanto, seus resultados serão em médio e longo prazo”, salienta Aracelia Lucia Costa, superintendente da Apae de São Paulo.

Segundo ela, há três anos a instituição desenvolve seu plano de ação anual, com a participação de toda a equipe, a fim de aprimorar o relacionamento entre voluntários e funcionários contratados. A intenção é criar um espaço para estreitar os laços entre as pessoas que compõem o quadro colaborativo, além de garantir que todos os envolvidos estejam alinhados com as ações e os desafios que se apresentarão. “Temos um índice de rotatividade em torno de 25% ao ano, o que mostra uma boa retenção de capital humano”, argumenta.

O Grupo de Apoio ao Adolescente e à Criança com Câncer (Graacc) também já experimentou o apoio de um *coach*, mas de maneira menos enfática, para um rápido treinamento de lideranças. “No ano passado, essa ação envolveu todos os cargos de colaboradores que lideram e, também, os voluntários líderes. Isso gerou maior integração entre todos, reforçando o entendimento do foco da instituição, além de auxiliar todos

Os problemas e desafios podem ser resolvidos por meio do diálogo de desenvolvimento e comunicados em dois níveis: de comportamento e trabalho.

## Comportamento

Leve em consideração os seguintes aspectos:

- Ser descritivo em vez de avaliativo: evitar julgamentos ao relatar uma situação reduz a necessidade de reagir defensivamente.
- Quebrar a resistência: reconheça algo positivo antes de dizer a verdade ao outro, caso seja pertinente.
- Ser específico, e não genérico: em vez de dizer a alguém “você é...”, descreva seu comportamento em determinada situação.
- Ser focado nos comportamentos que o outro pode modificar, caso contrário terá um colega de trabalho frustrado.
- Ser oportuno: dê um *feedback* logo após o comportamento em questão; porém, é importante observar a abertura do outro para ouvi-lo.
- Ser pontual: quanto mais objetivo for, mais impacto vai gerar e maiores as possibilidades de melhoria.
- Ser franco: quanto mais franqueza tiver na comunicação, mais segurança você terá para falar a verdade.


## Trabalho

Lembre-se de:

- Basear-se em fatos.
- Apresentar soluções em vez de relatar problemas.
- Evitar triangulação na comunicação, ou seja, evite falar de um terceiro que não esteja presente na reunião.
- Estimular o debate colocando hipóteses para as verdades em questões.
- Focar em resultados.

os participantes com técnicas que podem ser utilizadas para resolver problemas com os colaboradores”, conta Rogério Guariniello, superintendente administrativo da organização.

O Graacc tem atualmente 469 colaboradores contratados e 373 voluntários. Lidar com tanta gente requer preparo e, para evitar conflitos, o grupo tenta integrar todos os que atuam na instituição. “Quando o problema é pontual, chamamos a pessoa para entender o que está acontecendo e ajudá-la no for preciso.

De fato, não é fácil para o gestor “manter a liga do bolo” nas relações interpessoais entre os colaboradores. “Existem quatro tipos de pessoas: aquelas que fazem as coisas acontecer; as que deixam que elas aconteçam; outras que as observam; ou ainda as que simplesmente perguntam – o que aconteceu?”, define o *coach* Carlos Cruz. 

# A gestão contábil de sua organização levada a sério

## SERVIÇO PERSONALIZADO E ESPECIALIZADO NO TERCEIRO SETOR

- Contabilidade gerencial com análise por orçamentos e por projetos
- Planejamento tributário, objetivando economia de forma legal
- Serviços contábil, fiscal, trabalhista e financeiro
- Auditoria e validação em arquivos eletrônicos para fiscalização (Sintegra, IN86)
- Controle e renovação de Certidões Negativas
- Consultoria e auditoria preventiva
- Intercâmbio de dados com qualquer sistema de gestão
- Informações pela web com total segurança

Três décadas  
de tradição, inovação,  
informação e agilidade





# A força de trabalho voluntária

## Atuação engajada dos funcionários é o ponto forte da responsabilidade social da Alcoa

Por Thaís Iannarelli

O comprometimento com os programas de responsabilidade social é um dos pontos fortes do Instituto Alcoa, criado pela empresa de mesmo nome em 1990 com o objetivo de melhorar a condição de vida das comunidades onde a companhia e suas subsidiárias atuam. A Alcoa Foundation, fundação americana, já existe há 56 anos. “Aí se vê que a ação não tem nada a ver com a onda da responsabilidade social. Para nós, é algo que já vinha sendo rotina durante todo esse tempo”, explica Suzana Sheffield, vice-presidente do Instituto Alcoa no Brasil.

Líder mundial em produção de alumínio, a Alcoa também tem alto desempenho em sustentabilidade – em 2009, foi considerada uma das empresas mais sustentáveis do mundo pela quinta vez consecutiva no Fórum Econômico Mundial em Davos, na Suíça. “Nosso presidente diz que o negócio só pode ser sustentável se as comunidades do entorno também forem”, complementa Suzana.

### Empresa e comunidade

O Instituto Alcoa preserva muito as relações com as comunidades vizinhas aos locais onde a empresa opera, procurando melhorar a qualidade de vida dessas pessoas. “Como se diz por aí, tratamos da nossa calçada da melhor maneira possível, e procuramos levar conhecimento, não só ajuda financeira”, explica Suzana.

Sua missão define bem este conceito. Por ser uma entidade de direitos privados com finalidade cultural e social, as atividades giram em torno da educação, saúde, meio ambiente e bem-estar. De acordo com Suzana, o objetivo é fortalecer as comunidades onde estão inseridos. “Fazemos nosso trabalho sabendo que atingimos uma parcela pequena em relação ao Brasil. Mas vamos fazendo a nossa parte, tentando articular parcerias, mobilizar empresas, associações e órgãos públicos para isso”, complementa.

Os pontos valorizados pela política de relações comunitárias do instituto são:

- Identificar áreas de conhecimento em que a contribuição da Alcoa seja mais produtiva;
- Identificar ações que sejam compatíveis com os valores da empresa;

- Reforçar o processo de incorporação da cidadania;
- Assegurar que a implementação de projetos comunitários esteja norteada pelos planos operacionais das Unidades Alcoa.

### Atuação

Existem duas maneiras para a empresa participar socialmente. Uma delas é a parceria no financiamento de projetos comunitários; a outra, a realização de ações comunitárias. Ambas, porém, incentivam o voluntariado corporativo.

### Projetos comunitários

Os projetos apoiados pela Alcoa devem ter a participação efetiva de seus funcionários e parceria com outras empresas, órgãos governamentais ou instituições. Assim, as demandas das comunidades são encaminhadas pelos próprios funcionários da empresa, que catalisa os recursos para os projetos. Essa aprovação deve partir tanto do Instituto Alcoa quanto da Alcoa Foundation. Em 2008, foram apoiados 116 projetos comunitários, que receberam R\$ 5.094.587 – 98 deles foram realizados pelo instituto, 18, pela Alcoa Foundation, e três, pela Alcoa Alumínio S.A. A iniciativa beneficiou mais de 944 mil pessoas em 32 municípios brasileiros.

### Ação comunitária

Nesse caso, não há aplicação de recursos financeiros. A ação é realizada por um ou mais funcionários voluntários que fazem visitas, atividades e mutirões nas instituições escolhidas por eles.

### Iniciativas

Por meio de programas e atividades especiais, o Instituto Alcoa trabalha para ser um dos mais sustentáveis do mundo. Entre eles, destacam-se:

### Programa Bravo!

Carro-chefe das ações sociais da empresa, o Programa Bravo! é um programa mundial de estímulo e

reconhecimento aos esforços dos “funcionários-voluntários” da Alcoa Foundation e do instituto no Brasil. Assim, cada funcionário que completar 50 horas de trabalho voluntário durante o ano fora do expediente recebe uma doação de US\$ 250 para encaminhar à instituição em que atua.

Em 2008, o programa teve excelentes resultados no Brasil. Rendeu mais de 167 mil horas de trabalho voluntário, que somaram R\$ 1.917.985,50 para aproximadamente 400 instituições. Isso significa que 53% dos funcionários completaram as 50 horas necessárias para tal resultado. O local com maior adesão foi Tubarão, em Santa Catarina – 84% dos funcionários receberam a doação.

## Action

A sigla em inglês para esse programa criado em 2001 significa “Alcoanos unindo-se em nossas vizinhanças” e coloca a empresa entre as que mais investem em responsabilidade social. Basicamente, ele consiste na realização de quatro horas de trabalho voluntário de, no mínimo, dez funcionários e familiares da Alcoa durante o final de semana. Depois de cumprida a tarefa, a empresa envia à instituição um cheque de US\$ 3 mil, doado pela Alcoa Foundation. Em 2008 aconteceram 29 *Actions* no Brasil, alcançando os R\$ 207.618.

## Mês Mundial de Serviços Comunitários

O objetivo dessa iniciativa é reunir o trabalho global da Alcoa em benefício de diversas entidades. Durante esse mês, que acontece anualmente, os funcionários de todas as unidades da empresa realizam ações em prol da comunidade de acordo com o tema específico do ano.

Em 2008, houve a participação de 22 mil funcionários pelo mundo em 700 eventos que, entre outras atividades, incluíram distribuição de refeições, plantio de

árvores, fortalecimento da infraestrutura local e auxílio à alfabetização infantil. Ao todo, 50 mil pessoas foram beneficiadas – no Brasil, aconteceram 88 eventos.

## Painéis Comunitários

Com o objetivo de promover a transparência e prestar contas à sociedade, a Alcoa realiza periodicamente o painel “A Alcoa e a Comunidade” nas unidades de Itapissuma (PE), São Paulo (SP), Poços de Caldas e Itajubá (MG), Tubarão (SC) e São Luís (MA). Nessas cidades, são realizados eventos para apresentar os resultados dos projetos comunitários implantados com recursos do instituto e da empresa. A auditoria é realizada por meio de visitas, aplicação de questionários, produção de fotos e filmagens.


## Conselhos Regionais

Em 2001, a Alcoa criou o Conselho Regional de Relações Comunitárias para manter o relacionamento com as comunidades transparente. Assim, são geralmente compostos por três funcionários da Alcoa na localidade, dois representantes de mais duas empresas da região e integrantes de associações de classe que são facilitadores no processo de relações comunitárias.

Os conselhos analisam a alocação dos recursos cedidos pela Alcoa Foundation e pelo Instituto Alcoa e a supervisão dos projetos comunitários.

## Rede do Bem Alcoa

Com mais de 500 usuários cadastrados e diversas ações voluntárias, a Rede do Bem Alcoa foi criada em 2007 como fruto da parceria entre o Instituto Alcoa e o Portal do Voluntário. O participante tem um blog para divulgar suas ações voluntárias, ideias e projetos.

O site da Rede do Bem fica aberto para os funcionários e colaboradores para troca de experiências. 

Links 

[www.alcoa.com](http://www.alcoa.com)

[www.rededobemalcoa.com.br](http://www.rededobemalcoa.com.br)

# ECONÔMICA Desenvolvimento Empresarial

- Congressos
- Seminários
- Cursos (inclusive *In Company*)
- Consultoria em responsabilidade social





# Empresas-ONGs: modelo para armar

Parcerias entre o setor privado e a sociedade civil organizada estimulam reações variadas na população

Uma das premissas da responsabilidade social empresarial é que ela conta com o apoio e a legitimidade da sociedade, pois permite avançar na resolução de problemas coletivos a partir não apenas de ações isoladas e unilaterais, mas também de iniciativas em conjunto com os setores da comunidade. Assim, cidadania corporativa que se preze passa pelo estabelecimento de programas e políticas capazes de impactar positivamente a longo prazo, e não apenas de forma imediata e limitada.

Mas será que é esse o modelo que os consumidores têm em mente quando sondados a respeito de algumas modalidades de implementação prática desses programas de responsabilidade empresarial? A noção de parceria com a sociedade encontra suficiente endosso público para se tornar a base de construção do compromisso corporativo com a sustentabilidade? E qual é o impacto que essas colaborações podem ter nos setores organizados da sociedade civil, convertidos em sócios e até garantistas dos programas de Responsabilidade Social Empresarial (RSE)?

Dados do *Monitor de Responsabilidade Social Corporativa*, pesquisa anual da Market Analysis sobre os consumidores e a cidadania corporativa, realizada desde 2004, indicam que é muito ampla a adesão recebida ao modelo de cidadania corporativa ancorado na parceria empresa-ONG. Nove em cada dez consumidores concordam com intensidade variada que o importante é o caminho a seguir para efetivar investimentos sociais bem sucedidos. Eles também

devem trazer retorno de capital reputacional à corporação engajada.

Brasilienses e gaúchos são os mais entusiastas em relação a esse modelo e seus efeitos benéficos sobre a imagem empresarial: mais de 80% deles concordam totalmente com a afirmação (diante da média geral de 60%). Recifenses e paulistas são os que têm a menor tendência a traduzir conhecimento de parcerias em respeitabilidade para a empresa parceira, indicando uma moderação no otimismo ao redor deste modelo.

Independentemente das oscilações na adesão pelo Brasil afora, os consumidores entendem que a parceria só traz benefícios para o universo corporativo. Elas se tornam, assim, sinônimo de credibilidade dos esforços empresariais para implementar planos de intervenção socioambiental, já que as ONGs emergem – entre outras funções – como avalistas da autenticidade e garantia de resultados palpáveis para a comunidade receptora dos investimentos sociais.

Mas será que a mesma lógica se aplica para as ONGs que se tornam parceiras das empresas? Quais as evidências a respeito de como o consumidor típico reage a uma organização da sociedade civil que embarca em uma associação de resultados, junto com o mundo empresarial? Acaso ela também obtém ganhos de reputação capazes de estimular o sucesso de um modelo cooperativo?

Os consumidores se revelam extremamente cautelosos quanto aos benefícios que semelhante cooperação traz para a sociedade civil organizada,

“Meu respeito por uma empresa aumentaria se ela fosse parceira de uma instituição de caridade ou ONG para ajudar a resolver problemas sociais”

60,2%



Concordo totalmente

29,2%



Concordo em parte

1,5%



Não concordo nem discordo

6,5%



Discordo em partes

2,7%




Discordo totalmente

Nove em cada dez consumidores concordam com intensidade variada que o importante é o caminho a seguir para efetivar investimentos sociais bem sucedidos

limitando a percepção do modelo como uma opção onde “todos ganham” para pouco mais de um ¼ do público geral.

A boa notícia é que somente uma minoria inexpressiva questiona os efeitos reputacionais positivos de uma parceria empresa-ONG: apenas um em cada 20 consumidores (5%). A notícia não tão boa é que o modelo de parceria traz muito mais consequências favoráveis para as empresas que embarcam nele do que para as ONGs que entram como sócias (62%).

Essa assimetria representa um verdadeiro obstáculo à disseminação de tais acordos, e pode significar um desestímulo para organizações e entidades da sociedade civil se vincularem às corporações. Isso significa, então, que se deve descartar tal modelo? De jeito nenhum. Os dados sugerem a revisão das contrapartidas e obrigações a partir das quais empresas e ONGs desenvolvem seus acordos de cooperação e, principalmente, a maneira como eles são comunicados e divulgados publicamente.

E a iniciativa para ser bem sucedida cai muito mais no colo das companhias do que das ONGs, pois elas são vistas com mais vantagem na prática de tais acordos, ou seja, podem se prejudicar mais na debandada da sociedade civil, se as ONGs começarem a perceber que, em vez de avançar a agenda da responsabilidade social, perdem seu volátil capital político ao entrar em parcerias com as grandes empresas. 

#### Ficha técnica

Entrevistas pessoais por amostragem probabilística realizadas com 805 adultos (18 a 69 anos) nas nove principais capitais do Brasil – São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, Salvador, Recife, Brasília e Goiânia. Dezembro 2007. Margem de erro: ± 3,45%.

Link 

[www.marketanalysis.com.br](http://www.marketanalysis.com.br)

e-mail @

[info@marketanalysis.com.br](mailto:info@marketanalysis.com.br)

Telefone 

(48) 3234-5853

CANTO  
CIDADÃO

## Palestras e oficinas Canto Cidadão

Bom humor e alegria como estratégias de desenvolvimento pessoal e profissional

Atuando junto a empresas, instituições de ensino, grupos abertos e órgãos sociais ou do governo, nossas palestras e oficinas tratam principalmente de temas como:

- a responsabilidade social e a motivação para o voluntariado nas empresas
- os direitos e deveres do cidadão
- a gestão de ONGs
- humanização hospitalar e qualidade de vida

E tudo sempre numa linguagem clara e muito divertida.

Mais informações: (11) 3259-8021 / (11) 3256-7296 ou [www.cantocidadao.org.br](http://www.cantocidadao.org.br)







### Fomento às construções sustentáveis

Antes dirigido apenas a pesquisadores da pós-graduação, o Prêmio Excelência em Construção Sustentável Holcim-Antac ampliou sua gama de avaliação e analisará projetos dos estudantes da graduação e pós-graduação de todo o Brasil. O prêmio, iniciativa da Holcim Brasil, é um fomento à pesquisa acadêmica no Brasil na área de construção sustentável ou sustentabilidade. A organização receberá os projetos até outubro de 2010 – 90 dias antes do início do Encontro Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído (Entac). A premiação está prevista para o final do mesmo ano, sem marca fixa até o momento.

[www.premioholcimantac.com.br](http://www.premioholcimantac.com.br)

### 1º Prêmio Fecomércio de Sustentabilidade

Lançado em setembro do ano passado, o Prêmio Fecomércio de Sustentabilidade, apoiado pela Fundação Itaú Social, Companhia Têxtil de Castanhal e Sebrae/SP, reafirma o compromisso da Federação do Comércio do Estado de São Paulo (Fecomércio) com o desenvolvimento sustentável da comunidade empresarial. Seu objetivo é reconhecer as iniciativas no varejo que respeitam os recursos naturais e os direitos dos trabalhadores. Os empresários podem fazer as inscrições gratuitamente até dia 15 de junho. A premiação vale para projetos desenvolvidos antes de 1º de maio de 2008.

[www.fecomercio.com.br/sustentabilidade](http://www.fecomercio.com.br/sustentabilidade)

### Prêmios Santander de Empreendedorismo e de Ciência e Inovação

Destinado a graduandos, pós-graduandos e pesquisadores-doutores, os prêmios, que têm inscrições abertas até 23 de agosto de 2009, têm o objetivo de estimular a atitude empreendedora e a pesquisa científica no meio acadêmico, revelando novos talentos e projetos que beneficiarão a sociedade brasileira e contribuirão para o desenvolvimento sustentável do país. O orientador com o maior número de projetos finalizados no Prêmio de Empreendedorismo receberá bolsa de estudo para a Babson College, a 10ª melhor escola de negócios do mundo. São R\$ 400 mil em prêmios, sendo que cada premiado é contemplado com R\$ 50 mil para investir em seu projeto.

[www.universia.com.br/premiosantander](http://www.universia.com.br/premiosantander)

## Radar

### Empresas, Desenvolvimento e Ambiente

No livro *Empresas, Desenvolvimento e Ambiente: Diagnóstico e diretrizes de Sustentabilidade* (148 págs., R\$ 61), Gilberto Montibeller enfatiza aspectos sociais e ambientais e os insere na relação entre ações estratégicas empresariais e o cenário macroeconômico. Também aborda o macroambiente como referência para as decisões no âmbito das empresas e as ações destas que, por sua vez, possibilitam o desenvolvimento socioeconômico e ambiental. A obra é direcionada a especialistas da área de engenharia e gestão da sustentabilidade, bem como a estudantes e profissionais como administradores, arquitetos, economistas, advogados, entre outros.

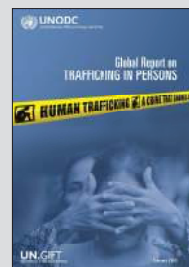
[www.manole.com.br](http://www.manole.com.br)



### Relatório Global sobre Tráfico de Pessoas

O Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) lançou em fevereiro o *Relatório Global sobre Tráfico de Pessoas*. A publicação apresenta uma visão sem precedentes do perfil do tráfico de pessoas e o que tem sido feito para enfrentá-lo, incluindo padrões globais de tráfico, respostas dos países e o perfil dos países envolvidos na pesquisa. Também aborda questões como: principais formas de tráfico de pessoas, taxas de condenações, padrões do tráfico, esclarecimentos sobre a situação atual do crime e informações sobre o crime no Brasil.

[www.unodc.org/documents/Global\\_Report\\_on\\_TIP.pdf](http://www.unodc.org/documents/Global_Report_on_TIP.pdf)



### Viva as Diferenças!

O Instituto Maurício de Sousa e o Instituto MetaSocial uniram-se em favor da causa da síndrome de Down, acreditando na importância de difundir o respeito à diversidade como meio de vencer barreiras e unir diferenças. Como resultado dessa parceria, e com apoio da Mantecorp, o Instituto Maurício de Sousa lançou a revista *Viva as Diferenças!* A publicação tem o propósito de esclarecer a população sobre alguns aspectos da síndrome de Down e, assim, ampliar a oportunidade de inclusão e a possibilidade de aprendizado mútuo, reforçando os conceitos de que cada ser é único e que ser diferente é normal.

[www.sindromededown.com.br](http://www.sindromededown.com.br)



### Prazer em conhecer

Para quem gosta de aprender e ensinar, não há lição mais valiosa do que as experiências narradas por Drauzio Varella e Miguel Nicolelis sobre suas trajetórias em *Prazer em conhecer: a aventura da ciência e da educação* (R\$ 27,90, 112 págs.). Entre a educação e a ciência, eles buscaram os maiores desafios, de querer vencer as lutas mais difíceis: desenvolver um mapeamento da rede neuronal, reduzir a transmissão da Aids, tratar de pacientes com câncer, devolver a mobilidade para deficientes físicos, informar um país sobre os males do tabagismo e assim por diante.

[www.papirus.com.br](http://www.papirus.com.br)



## Audiolivreria é inaugurada em São Paulo

A AudioLivro Editora, a primeira editora de livros em áudio do Brasil, inaugurou em março a primeira livreria especializada em audiolivros. A ideia é disponibilizar aos clientes um local onde poderão achar todos os títulos de audiolivros existentes no país, algo difícil de encontrar em uma livreria convencional. Além dos audiolivros em CD, a audiolivreria também comercializará os arquivos para download dos títulos da AudioLivro Editora. Inicialmente serão apenas títulos em português, mas, em breve, a loja também oferecerá títulos em inglês.

 [www.audiolivro.com.br](http://www.audiolivro.com.br)

## Selo Escola Solidária 2009

Até 31 de maio, escolas de todo o Brasil podem se inscrever no Selo Escola Solidária 2009. Criado em 2003 pelo Instituto Faça Parte, o selo reconhece e dá visibilidade às ações de voluntariado educativo realizadas pelos alunos das escolas públicas e particulares de todo o país. Para participar, basta responder um questionário de autoavaliação sobre as práticas socioeducativas que a escola desenvolve, disponível no site do Faça Parte, relatando um projeto de voluntariado educativo que esteja em andamento.

 [www.facaparte.org.br/selo2009](http://www.facaparte.org.br/selo2009)

## E-commerce verde

A eBay, líder mundial em mercado eletrônico, anunciou em março o lançamento da eBay Green Team, iniciativa que ensina maneiras inteligentes de se fazer compras "verdes" pela internet. A empresa encoraja a escolha por produtos sustentáveis como meio de reduzir os gastos do consumidor e os danos ao meio ambiente. Inúmeros vendedores aproveitaram a oportunidade para apresentar itens como roupas de algodão orgânico e produtos movidos a luz solar. A iniciativa da eBay incentiva, ainda, os consumidores a participarem de fóruns de discussão sobre sustentabilidade.

 [www.ebaygreenteam.com](http://www.ebaygreenteam.com)

## AACD lança site com comunidade social

A Associação de Assistência à Criança Deficiente (AACD) lançou no início de março seu novo site, o primeiro no âmbito das instituições do Terceiro Setor no Brasil a integrar uma rede de comunidade social. Criado pela AgênciaClick, o novo site visa a ampliar a participação do público na internet e estimular a interação entre interessados, pacientes, comunidade médica, colaboradores das unidades e a própria instituição. O projeto reúne ainda dados sobre cada uma das nove unidades existentes, serviços oferecidos, número de atendimentos, divulgação de estudos científicos, consulta aberta à fila de espera e exposição de produtos ortopédicos.

 [www.aacd.org.br](http://www.aacd.org.br)



## Conferência Internacional Ethos e Mostra de Tecnologias Sustentáveis

O Instituto Ethos promoverá simultaneamente em São Paulo, entre os dias 15 e 18 de junho, a Conferência Internacional 2009 e a segunda edição da Mostra de Tecnologias Sustentáveis do Instituto Ethos. A Conferência Internacional Ethos terá como principal foco a questão da crise financeira que atingiu as maiores economias do planeta e expôs a instabilidade do atual modelo de sistema financeiro e dos padrões de produção e consumo do nosso mundo globalizado. Já a exposição proporcionará ao visitante um ambiente inspirador, onde ele poderá ver, interagir e conhecer o funcionamento de tecnologias sustentáveis, assim como suas limitações e os requisitos para o seu adequado desempenho.

 [www.ethos.org.br](http://www.ethos.org.br)

## Facebook contra mudanças climáticas

A rede social norte-americana Facebook introduziu em seu sistema um novo aplicativo, batizado de HotDish. Seu principal objetivo é construir uma grande e participativa comunidade que não apenas distribua conhecimento sobre mudanças climáticas, mas incentive a tomada de ações por parte dos demais usuários. O Facebook pretende agregar a luta pela causa aos valores da empresa e utilizar a plataforma para auxiliar na propagação e integração dos usuários interessados no assunto.

 <http://apps.facebook.com/hotdish>

## Allianz Brasil aborda sustentabilidade

Criado pelo Grupo Allianz para debater temas emergentes na pauta mundial como as mudanças climáticas, energia renovável, segurança, saúde e sustentabilidade, o site informativo Knowledge Allianz Brasil, que ganhou em março sua versão em português, reúne um rico conjunto de informações, pesquisas, gráficos e imagens sobre esses assuntos. O site é dividido em quatro pilares (mudanças climáticas, perfil climático, energia & CO<sub>2</sub> e segurança), nos quais a Allianz Seguros pretende disseminar conhecimento ao público brasileiro por meio de artigos, estudos, vídeos e gráficos que aprofundam os temas em questão.

 <http://knowledge.allianz.com.br>

## Maio

Dia	Evento	Local	Realização	Info
5	Investimento social privado: o papel das empresas na transformação social	Uberlândia/MG	Instituto Ethos	www.ethos.org.br (11) 3514-9910
6 e 7	II Fórum Internacional de Comunicação e Sustentabilidade	São Paulo/SP	Atitude Brasil	www.comunicacaoesustentabilidade.com (11) 3815-6400
7	Administração e Sustentabilidade de Oscips	São Paulo/SP	Diálogo Social Eventos	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
9 a 30	Curso básico de Constituição e gestão de entidades sociais	São Paulo/SP	Universidade São Francisco	www.saofrancisco.edu.br (11) 3315-2043
11	II Jornada de Produção Científica em Direitos Fundamentais e Estado	Criciúma/SC	Universidade do Extremo Sul Catarinense	www.nupedunesec.net/jornada (48) 3431-2647
15	Planejamento e gestão de programas de responsabilidade social, institutos e fundações	São Paulo/SP	Diálogo Social Eventos	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
15 e 16	Workshop: A descoberta do brincar e o contar histórias na Saúde Mental	São Paulo/SP	Viva e Deixe Viver	www.vivadeixeviver.org.br (11) 3081-6343
16	Comunicação e marketing no Terceiro Setor	Florianópolis/SC	Sogepac	www.sogepac.com.br (48) 3334-1535
20 a 23	XXIII Congresso Mundial da Uniapac	Cidade do México	Uniapac Latinoamericana	www.congresouniapac.org (31) 3515-6100
21	Fórum Renovar de Sustentabilidade	Rio de Janeiro/RJ	Confederação Nacional dos Jovens Empresários (Conaje)	www.conaje.com.br/renovar (21) 3343-2009
22	Recursos públicos e captação de recursos na iniciativa privada	São Paulo/SP	Diálogo Social Eventos	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
29	Humanização hospitalar	São Paulo/SP	Diálogo Social Eventos	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643

## Junho

Dia	Evento	Local	Realização	Info
2 a 4	Feira e Seminário de Marketing Sustentável	São Paulo/SP	Sator	www.unomarketing.com.br (11) 3032-5633
4	Cooperativismo e Economia Solidária	São Paulo/SP	Diálogo Social Eventos	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
8 a 10	9ª Conferência Anpei de Inovação Tecnológica	Porto Alegre/RS	Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Inovadoras	www.anpei.org.br (11) 3842-3533
15 a 18	Conferência Internacional Empresas e Responsabilidade Social 2009	São Paulo/SP	Instituto Ethos	www.ethos.org.br (11) 3514-9910
15 a 18	Mostra de Tecnologias Sustentáveis	São Paulo/SP	Instituto Ethos	www.ethos.org.br (11) 3514-9910
16	Congresso Internacional de Bioenergia	Curitiba/PR	Porthus Eventos	www.eventobioenergia.com.br (41) 3072-3102



# Sergio Monello

## Escritório Contábil Dom Bosco

Mais de **40 anos** de exclusivo  
compromisso com as entidades do 3º setor



18	Leis trabalhistas	São Paulo/SP	Diálogo Social Eventos	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
19	Fumcad em quatro etapas: registro, projeto, captação e prestação de contas	São Paulo/SP	Diálogo Social Eventos	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643
26	Projetos ambientais: gestão, legislação e captação de recursos	São Paulo/SP	Diálogo Social Eventos	www.dialogosocial.com.br (11) 2281-9643

## Julho

Dia	Evento	Local	Realização	Info
13 a 17	Fórum Social da Juventude	Bento Gonçalves/RS	Fórum Social da Juventude – Comitê Geral	www.forumsocialdajuventude.com.br (54) 8148-5042
17 e 18	Planejamento Estratégico	São Paulo/SP	Gife	www.gife.org.br (11) 3816-1209
20 a 22	Festival Latino-Americano de Captação de Recursos	São Paulo/SP	ABCR / Resource Alliance / Revista Filantropia	www.dialogosocial.com.br/festival (11) 2281-9643

## Agosto

Dia	Evento	Local	Realização	Info
10 a 15	Congresso Mundial da Paz nas Américas	Santos/SP	Associação Brasileira dos Organizadores de Festivais de Folclore e Artes Populares (Abrasoffa)	www.abrasoffa.org.br (13) 3222-5772
14 e 15	Sustentabilidade e Mobilização de Recursos	São Paulo/SP	Gife	www.gife.org.br (11) 3816-1209, ramal 19

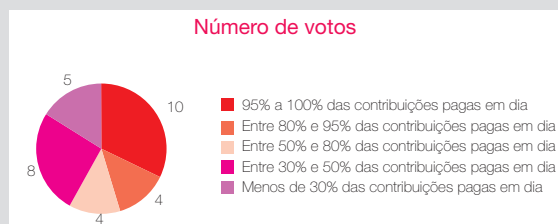
## ENQUETE

**Sua organização recebe periodicamente contribuições/doações/mensalidades por meio de carnê, boleto bancário ou outra forma de pagamento? Se sim, como é a pontualidade desses pagamentos?**

Resposta	Número de votos
95% a 100% das contribuições pagas em dia	10
Entre 80% e 95% das contribuições pagas em dia	4
Entre 50% e 80% das contribuições pagas em dia	4
Entre 30% e 50% das contribuições pagas em dia	8
Menos de 30% das contribuições pagas em dia	5

TOTAL: 31

O resultado desta enquete é baseado na frequência ao site e não possui valor científico



- ▶ Especializado em contabilidade de entidades do 3º setor
- ▶ Assessoria *in company*: tenha o departamento contábil com a qualidade Dom Bosco em sua entidade. Terceirização da gestão fiscal e financeira com sistema ERP
- ▶ Assessoria na obtenção e gerenciamento das certificações
- ▶ Assessoria em departamento pessoal
- ▶ Assessoria na elaboração e gestão de programas, projetos e gratuidades assistenciais

**(11) 3872-1195**

São Paulo

Av. Gal. Olímpio da Silveira, 655 1º e 2º andar  
Perdizes – São Paulo/SP - CEP 01150-001

[www.sergiomonello.com.br](http://www.sergiomonello.com.br)

Filial Brasília - Centro Multiempresarial

SRTVS , Quadra 701, Bloco O, sala 611  
Brasília/DF - CEP 70340-000

Divulgação



A atriz Fernanda Machado posa para campanha do IBCC; ao lado, produtos vendidos em prol do instituto

## O câncer de mama no alvo da moda

O Instituto Brasileiro de Controle do Câncer (IBCC), considerado um dos dez melhores hospitais do Estado de São Paulo, acertou no alvo quando trouxe ao Brasil, em 1995, a campanha Fashion Targets Breast Cancer, criada para alertar as mulheres sobre a importância da detecção precoce do câncer de mama. Traduzida para o português, O Câncer de Mama no Alvo da Moda vem há 14 anos quebrando tabus, superando barreiras e mostrando que a doença pode ser vencida. Agora, para contribuir com a causa, a Porto Brasil Cerâmica, referência no segmento de louça de mesa, firmou parceria com o IBCC para o lançamento da linha de produtos que leva o mesmo nome da campanha. A nova linha, que chegou em abril às principais lojas de presentes do Brasil, é composta por tigela, caneca, prato de sobremesa e copo. Parte da renda obtida com a venda dos produtos será revertida ao instituto.

 Instituto Brasileiro de Combate do Câncer  
[www.ibcc.org.br](http://www.ibcc.org.br)

 Porto Brasil Cerâmica  
[www.portobrasilceramica.com.br](http://www.portobrasilceramica.com.br)



Divulgação



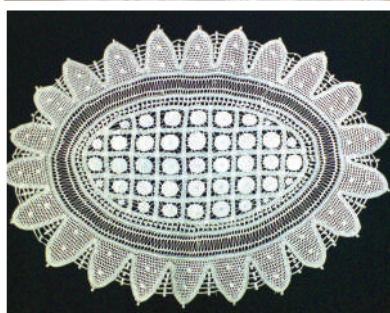
Sala do CDI com peças reaproveitadas de outras máquinas

## Lixo eletrônico reciclado

Apesar de a informática ser uma conquista da humanidade, ela também representa um sério problema: o descarte inadequado de computadores e componentes eletrônicos usados tende a causar graves danos ambientais. Com o rápido avanço tecnológico, o lixo eletrônico é o gênero de resíduo que mais cresce no mundo. Preocupado com essa questão, o Comitê para Democratização da Informática (CDI) de Campinas vem recebendo doações de computadores, que são avaliados, e as peças em bom estado são recicladas e utilizadas na montagem de novos computadores, destinados aos projetos desenvolvidos e mantidos pela própria ONG. Já as peças sem condição de reúso são enviadas a cooperativas de reciclagem, certificadas a trabalharem com a destinação correta de material tecnológico.

 CDI Campinas  
[www.cdicampinas.org.br](http://www.cdicampinas.org.br)





Moradora da região do Cariri participa de oficina profissionalizante; ao lado, produto pronto para comercialização

## Rendas que geram renda

Com pouca alternativa de desenvolvimento, baixos índices pluviométricos e em sério processo de desertificação, o Cariri paraibano abriga, em cinco municípios (Monteiro, Camalaú, São João do Tigre, São Sebastião do Umbuzeiro e Zabelê), uma população ativa de mais de 4 mil mulheres que subsistem abaixo da linha da miséria produzindo renda renascença. Há cerca de quatro anos, uma parceria entre o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e a ONG Paraí'wa viabilizou um trabalho de resgate dessa atividade, chamado Rendas do Cariri, que fornece curso de capacitação, estímulo à formação de novas gerações de rendeiras e acesso ao mercado. Atualmente, com apoio do Projeto Cooperar e do Governo do Estado, por meio do Programa Paraíba em Suas Mãos, as rendeiras ganharam um centro de comercialização e estão expandindo a produção com uma série de incentivos viabilizados pelo programa.

 **Paraí'wa**  
[www.paraiwa.org.br/rendas/index.htm](http://www.paraiwa.org.br/rendas/index.htm)



Telhas de plástico similar ao PVC feitas de garrafa PET

## Telha ecológica

Imagine construir um telhado com um produto de qualidade e durabilidade comprovadas em laboratório e que, ao mesmo tempo, contribua para a preservação do meio ambiente e custe 60% menos que o valor de um telhado convencional. É isso que a empresa amazonense Telhas Leve – LM da Amazônia pretende desenvolver com o projeto "Inovação de processos de reciclagem de garrafas PET para aplicação em sistemas de cobertura ecológica", com financiamento do Programa de Apoio à Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação em Micro e Pequenas Empresas. Atualmente, a empresa recolhe aproximadamente 13 toneladas de garrafas PET por semana, material que seria despejado no meio ambiente, mas que é transformado em telhas de plástico e tubos de rede esgoto similar ao PVC. A outra vertente do projeto, que está dependendo da assinatura de um convênio com a Fundação de Apoio Institucional Rio Solimões (UniSol/Ufam), prevê o desenvolvimento de um telhado para casas populares. A proposta é acabar com a estrutura pesada do telhado e, conseqüentemente, baixar o custo final da cobertura pronta.

 **LM da Amazônia**  
[www.telhasleve.com.br](http://www.telhasleve.com.br)



# O mundo é das mulheres



Felipe Mello

felipe@cantocidadao.org.br

Comunicador social, radialista e ator. Diretor fundador do Canto Cidadão, ONG responsável pelo programa social Doutores Cidadãos, o maior grupo do mundo de voluntários palhaços hospitalares. A organização desenvolve palestras e treinamentos sobre desenvolvimento pessoal e equilíbrio social em todo o Brasil.

**H**omens e mulheres vêm experimentando caminhos evolutivos diferentes. Embora convivendo desde a sua origem, apresentam características distintas, especialmente quando são observadas as questões comportamentais. Percorrendo a história de forma veloz e singela, fica nítido o aperfeiçoamento da mulher em termos relacionais. Afinal, enquanto ela ficava com a prole, ele saía em busca de alimentos com longos períodos de silencioso isolamento.

Depois de inúmeras gerações, cá estamos, no século 21, com a mulher se mostrando mais preparada para entender, e acolher, gente. Claro que toda generalização é burra, mas um olhar atento demonstra o estágio mais avançado de desenvolvimento das habilidades emocionais delas. Em casa, no trabalho ou na sociedade, as mulheres se mostram mais prontas para exercer competências essenciais neste momento da história, tais como resiliência e solidariedade.

## Capacidade de superação

Resiliência é um termo primeiramente utilizado pela física, demonstrando a capacidade de um material voltar ao seu estado normal após ser submetido a alguma sorte de pressão. As ciências humanas utilizam esse termo para qualificar a capacidade de um indivíduo possuir uma conduta sã em um ambiente insano, ou seja, a capacidade de sobrepor-se e construir-se positivamente frente às adversidades.

Ao longo da história, as mulheres vêm demonstrando a sua capacidade de superação. Exemplo óbvio são as épocas de guerras, que infelizmente vêm permeando toda a história humana. Nessas oportunidades, legiões de homens foram e não voltaram, deixando a elas a tarefa de erguer a geração seguinte.

## O poder da comoção

O verbo comover é visto, regularmente, de forma distorcida. O seu sentido mais potente é o de mover-se junto (“co-mover”). E essa postura de vida é alimentada pela capacidade de se colocar no lugar do outro e se solidarizar.

O voluntariado é a expressão prática da solidariedade, atividade que desde 1532 (primeiro registro na Santa Casa de Misericórdia de Santos/SP) vem cumprindo papel fundamental para a redução das injustiças no Brasil. Se o país já é injusto com o exercício do voluntariado,

fique à vontade para pensar em um caos ainda maior se ele não existisse.


Na prática voluntária, quem é o personagem protagonista? Sim, a mulher. Raro é o programa social que não tem em sua liderança uma mulher. Um exemplo é o caso dos Doutores Cidadãos, voluntários que desde 1999 utilizam a figura do palhaço para levar alegria e cidadania a mais de 40 hospitais na Grande São Paulo. Neste grupo, 74,5% dos mais de mil voluntários treinados são mulheres. Fato adicional: muitos homens chegaram ao grupo em função de alguma conhecida já estar atuando.

## Cuidando das cuidadoras

Seja a partir deste texto ou em função da observação cotidiana, o papel social das mulheres na travessia rumo ao futuro é inquestionável. Cabe às instituições perceber a imensa contribuição emocional, profissional e social que as habilidades e competências que brotam naturalmente nelas podem realizar.

Entretanto, a saúde das mulheres não anda bem, colocando em xeque este papel protagonista. As causas dessa degradação estão associadas a diversas questões, sendo que a busca incessante pela equidade nas funções parece não estar sendo conduzida de forma saudável.

Alguns argumentos: nos últimos cinco anos, mais de 1,2 milhão de mulheres deram entrada no Sistema Único de Saúde (SUS) em função de complicações resultantes de abortos ilegais. Outra prova vem do coração, que está sofrendo muito mais – inclusive no sentido literal – nos dias atuais: entre 1997 e 2007, o número de internações de mulheres por infarto agudo do miocárdio subiu 46%, com taxa de mortalidade chegando a quase 17% (levantamento realizado pelo Instituto Nacional de Cardiologia nos hospitais conveniados do SUS).

Um alerta adicional: a combinação de tabagismo com uso da pílula anticoncepcional aumenta o risco de um evento cardiovascular em até 39 vezes. Como último argumento, cabe citar que a maioria das internações de mulheres no mesmo SUS se deve à violência doméstica. Em tempos de Dia das Mães, sugiro reflexão sobre o valor existente na capacidade explícita de gerar vida que a mulher possui, seja em seu ventre ou na forma de olhar e agir no mundo. Mais cuidado com as cuidadoras (especialmente por parte delas mesmas) deve ocupar posição central na estratégia de reinvenção da espécie humana. 



## TRABALHANDO PARA QUE O TERCEIRO SETOR FAÇA **BEM** SUA PARTE.

**A** Audisa, em seu permanente compromisso com o Terceiro Setor, sabe que todo esforço deve ser empreendido com um único foco: a **Responsabilidade Social**. E tendo como pilar este conceito, entende como fundamental o papel da auditoria para que as entidades assistenciais possam desempenhar bem a sua função.

A experiência de mais de dez anos, a responsabilidade e o comprometimento com o cliente e a ampla gama de serviços oferecidos pela **Audisa**, possibilitam o desempenho pleno e transparente da Filantropia pelas organizações do Terceiro Setor, com a certeza de estarem fazendo um excelente investimento, por suas entidades e pelo País.



[www.audisaauditores.com.br](http://www.audisaauditores.com.br)

MATRIZ - São Paulo/SP  
Alameda Olga, 422 - 2º andar - Bloco B  
Perdizes - 01155-040  
Fone: (11) 3825.9671  
saopaulo@audisaauditores.com.br

NOVA FILIAL - Porto Alegre/RS  
Rua Visconde do Herval, 1309/204  
Menino Deus - 90130-151  
Fone/Fax: (51) 3062.8922  
portoalegre@audisaauditores.com.br

FILIAL - Recife/PE  
Av. Conselheiro Aguiar, 2333/104  
Boa Viagem - 51020-020  
Fone/Fax: (81) 3463.1862  
recife@audisaauditores.com.br





Festival  
Latino Americano  
de Captação de Recursos

FCR

20 a 22 de  
**Julho**  
de 2009

**LOCAL:**

Teatro Tuca - PUC São Paulo  
Rua Monte Alegre, 1.024 - Perdizes/São Paulo

Profissionais  
**brasileiros**  
e **estrangeiros**  
se unem para trazer  
estratégias inovadoras de  
**captação de recursos**

Compareça e compartilhe você também  
seu conhecimento: No evento, exponha  
suas experiências no **"Espaço Aberto"**

**PALESTRANTES JÁ CONFIRMADOS:**

 Lyndall Stein;  Marcos Concepción Raba;  Victor Naranjo;  Carla da Nóbrega, Claudia Amaral, Custódio Pereira, Harley Nascimento, João Meirelles, Marcelo Estraviz, Márcia Woods, Marcio Zeppelini, Michel Freller, Pedro Adam, Renata Brunetti, René Steuer, Rodrigo Alvarez

Realização



Informações e Inscrições

 (11) 2281-9643

 dialogo@dialogosocial.com.br

 [www.dialogosocial.com.br/festival](http://www.dialogosocial.com.br/festival)